



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 28ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Solenidade Realizada na 26ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Em defesa da produção e do emprego - contra a desindustrialização".
- 1.3 - 4ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Mais recursos para a saúde - assine mais saúde".
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/4/2012

Presidência dos Deputados José Henrique e Duarte Bechir

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2012 - Projetos de Lei nºs 3.096 a 3.098/2012 - Requerimentos nºs 2.941 a 2.951/2012 - Requerimentos dos Deputados Gustavo Corrêa e Alencar da Silveira Jr., Marques Abreu, Adalclever Lopes e Luiz Carlos Miranda, das Comissões de Meio Ambiente, de Segurança Pública, de Assuntos Municipais (8), de Direitos Humanos e de Transporte e da Comissão Especial da Dívida Pública - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Saúde, de Assuntos Municipais e de Educação - Questão de ordem - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Zé Maia e Alencar da Silveira Jr. e das Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência; questão de ordem - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão de Minas e Energia; discursos dos Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio, Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão; votação do requerimento; aprovação - Requerimentos das Comissões de Assuntos Municipais (8), de Meio Ambiente, de Direitos Humanos, de Segurança Pública e de Transporte, da Comissão Especial da Dívida Pública e dos Deputados Marques Abreu, Luiz Carlos Miranda e Adalclever Lopes; aprovação - Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do Deputado Duarte Bechir; aprovação - Inexistência de quórum para votação - Indicação nº 36/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Mário Neto Borges para o Cargo de Presidente da Fapemig; encerramento da discussão - Indicação nº 57/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o Cargo de Diretor-Geral do Iter; encerramento da discussão - Indicação nº 58/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o Cargo de Diretor da Arsae/MG; encerramento da discussão - Indicação nº 59/2012, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ilmar Bastos para o Cargo de Presidente da Feam; encerramento da discussão - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira



- Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35/2012

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado fica acrescido do seguinte artigo:

Art. ... - Até a eliminação do déficit habitacional, serão destinados, anualmente, recursos orçamentários aos Fundos de Habitação de Interesse Social do Estado e dos Municípios, em conformidade com o seguinte:

I - no Estado, no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 157 e 159, incisos I, alínea “a”, e II, da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;

II – nos Municípios, no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, da Constituição Federal.

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2012.

Pompílio Canavez - Maria Tereza Lara - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Dalmo Ribeiro Silva - Glaycon Franco - Doutor Viana - Paulo Lamac - Délio Malheiros - Sávio Souza Cruz - Arlen Santiago - Carlos Henrique - Antônio Júlio – Bosco - Luiz Carlos Miranda - Rogério Correia - Ulysses Gomes - Almir Paraca - Rômulo Veneroso - Carlin Moura - Marques Abreu - Celinho do Sinttrocel - Adalclever Lopes - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão.

Justificação: Atualmente, o déficit habitacional em Minas Gerais está estimado em 721 mil domicílios, atingindo essencialmente famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Esta proposta objetiva avançar na aplicação dos subsídios governamentais para famílias sem capacidade de pagamento, o que torna fundamental a vinculação de recursos orçamentários do Estado e dos Municípios até o saneamento do déficit.

Nestes termos, estamos certos de contar com o apoio dos demais parlamentares para a aprovação desta proposta de emenda à Constituição do Estado, na expectativa de que ela possa ser aperfeiçoada ao longo de sua tramitação legislativa, inclusive com a contribuição das diversas representações civis de nosso Estado.

- Publicada, vai a proposta à Comissão Especial para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.096/2012

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2012.

Arlen Santiago

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores e Trabalhadores Rurais de Lagoinha, com sede no Município de Montes Claros, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e tem por finalidade promover atividades escolares, recreativas e de cidadania com crianças e adolescentes da comunidade de Lagoinha; promover o ensino da leitura e da escrita para indivíduos analfabetos e semianalfabetos; promover e incentivar programas socioeducativos voltados para a comunidade carente,



conscientizando a sociedade da importância da educação com forma de integração social; promover cursos profissionalizantes para adolescentes, jovens e adultos da zona rural de Lagoinha, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.

O processo objetivando a declaração de utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Ante o exposto, conto com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.097/2012

Declara de utilidade pública a Associação da Localidade dos Pintos, com sede no Município de Belo Vale.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação da Localidade dos Pintos, com sede no Município de Belo Vale.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2012.

Gláycion Franco

Justificação: A Associação da Localidade dos Pintos, com sede no Município de Belo Vale, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade cultural, que visa, entre outros objetivos, promover atividades sociais, culturais e desportivas.

A entidade encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas, não remuneradas pelas funções que exercem. Atende, dessa forma, aos requisitos legais. O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública da referida entidade encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.098/2012

Declara de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes – Cisalv –, com sede no Município de Ressaquinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes – Cisalv –, com sede no Município de Ressaquinha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2012.

Gustavo Valadares

Justificação: O Consórcio Intermunicipal de Saúde das Vertentes – Cisalv – é uma entidade filantrópica de direito privado sem fins lucrativos que tem como objetivos planejar, adotar e executar programas e medidas destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico dos Municípios consorciados, por meio da interferência nos fatores condicionantes e determinantes da saúde.

A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, dessa forma, aos requisitos legais.

Pelo mérito deste projeto, conto com o apoio dos nobres colegas da Casa Legislativa mineira.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.941/2012, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para a elaboração de mapeamento da prática esportiva no Estado com vistas ao aprimoramento das políticas públicas para a formação de novas atletas e à melhoria da qualidade de vida de população. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 2.942/2012, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de informações sobre a previsão de criação de roteiros turísticos com foco nas atividades esportivas que prevalecem em cada Município do Estado, com as especificações que menciona.

Nº 2.943/2012, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre a previsão de aumento das sinalizações de trânsito para as instalações desportivas, com o objetivo de atender à população local e aos turistas, em virtude da Copa do Mundo de 2014. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 2.944/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a PMMG pelo trabalho desenvolvido pela equipe do helicóptero Guará 02 durante as enchentes que causaram danos à Zona da Mata mineira no início deste ano. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.945/2012, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça - STJ -, à Procuradoria-Geral da República e à Advocacia-Geral da União pedido de providências para a reversão da decisão prolatada pela 3ª Seção do STJ, que relativizou a presunção de violência no caso de crime de estupro de menores.

Nº 2.946/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Exatores do Estado de Minas Gerais pelo seu 60º aniversário. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 2.947/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações sobre as circunstâncias da prisão de Vinicius Geraldo Guerra, durante a realização do Axé Brasil 2012, no Mega Space, em Santa Luzia, o qual veio a falecer em seguida. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.948/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da PMMG pedido de providências para a apuração de possível excesso na prisão de Vinicius Geraldo Guerra, durante a realização do Axé Brasil 2012, no Mega Space, em Santa Luzia, o qual veio a falecer em seguida.

Nº 2.949/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares, que menciona, da 1ª Cia. Rotam pela atuação na operação que culminou na apreensão de um tablete e duas porções de “crack”, 8kg de cocaína, 3 balanças de precisão, celulares, colete balístico, réplicas de fuzil, dinheiro e outros.

Nº 2.950/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a inclusão, no Programa Fica Vivo, do Bairro Jardim Vitória, nesta Capital, onde se encontra a Escola Municipal Professor Milton Lage e seja encaminhado Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que a referida área seja incluída nas ações preventivas realizadas pelo Gepar.

Nº 2.951/2012, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social correspondência da Sra. Márcia Meyer Ferreira Guimarães e pedido de providências para a manutenção da integridade física do seu irmão, Pedro Meyer Ferreira Guimarães, uma vez que há denúncias de violência contra ele na prisão.

Dos Deputados Gustavo Corrêa e Alencar da Silveira Jr. em que solicitam seja realizado ato público a ser denominado "Marcha contra o uso do crack e outras drogas". (- À Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos Marques Abreu, Adalclever Lopes e Luiz Carlos Miranda, das Comissões de Meio Ambiente, de Segurança Pública, de Assuntos Municipais (8), de Direitos Humanos e de Transporte e da Comissão Especial da Dívida Pública

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Saúde, de Assuntos Municipais e de Educação.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, só para lamentar que, neste instante, minutos atrás, houve mais um acidente trágico no anel rodoviário, no mesmo lugar em que aconteceu aquele há três dias. Estava no meu gabinete terminando de despachar e pude ver pela televisão: uma carreta, mais uma vez, uma carreta desgovernada arrebentou vários carros, e os bombeiros estavam lá trabalhando e tirando das ferragens as pessoas. Os carros estavam irreconhecíveis, Sr. Presidente. Até quando o anel rodoviário será tratado com esse descaso que tem ocorrido? Até quando o governo federal e o DNIT continuarão com esse descaso com o anel rodoviário, esse jogo de empurra? O cachorro que tem dois donos morre de fome. A Prefeitura tem responsabilidade sobre o anel; o governo federal tem responsabilidade sobre o anel; o governo do Estado já quis trazer o anel para sua responsabilidade e não consegue. Mais uma tragédia, Sr. Presidente, neste instante. Quem ligar a televisão agora verá as equipes de socorro tirando os feridos das ferragens, e a minha oração é para que não haja óbito, para que não morra ninguém, porque a situação lá está um caos. Pelas imagens, parece-me próximo do Shopping Del-Rey novamente. Então fica aqui mais esse registro, mais esse apelo. O anel rodoviário não pode continuar como está. O DNIT tem de tomar uma posição e assumir. O anel rodoviário é hoje uma via importantíssima na nossa cidade. O tráfego de caminhões no anel rodoviário tem de ser mais fiscalizado. A maioria dos acidentes que vêm acontecendo ali, Sr. Presidente, são provocados por caminhões que descem e circulam pelo anel, muitos deles de forma irresponsável, com velocidade acima do limite. Só respeitam o limite onde há radares; onde não há, o anel rodoviário virou realmente – uma expressão não muito apropriada – um açougue humano. Não dá mais para aguentar, não dá mais para ver notícias de acidentes trágicos no anel rodoviário, como temos tido, vários deles, toda semana. E esse de agora, lamentavelmente. Como disse, oro para que não haja vítima de morte, porque trauma com certeza causou, e dos grandes, nos que estão envolvidos no acidente que neste momento está tendo a atenção e o socorro das equipes de resgate. Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Zé Maia e Alencar da Silveira Jr. e as Deputadas Luzia Ferreira e Liza Prado proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência vai responder à questão de ordem formulada pelo Deputado Rogério Correia em que solicita explicações sobre a interrupção da transmissão, pelo sistema interno de áudio desta Casa, de seu pronunciamento na 27ª Reunião Ordinária, realizada ontem.

A Presidência, nesta oportunidade, reafirma que não houve intenção de prejudicar o pronunciamento do Deputado Rogério Correia. Houve, sim, uma coincidência, já que, naquele momento da reunião, considerando negociação prévia das Lideranças e a relevância da



matéria em pauta, antes mesmo que se iniciasse o processo de votação, também foi determinada a realização de chamada sonora dos Deputados, o que sempre ocorre quando há votações importantes.

Reitere-se que, quando da realização de chamada pelo sistema de áudio da Casa, os pronunciamentos da reunião de Plenário continuam a ser transmitidos pela TV Assembleia, bem como a ser registrados nas notas taquigráficas, na íntegra.

Mesa da Assembleia, 18 de abril de 2012.

José Henrique, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por ter respondido à questão de ordem que solicitei, mas pediria a V. Exa. que fosse reconsiderada a forma de fazer essa recomposição de quórum. Não houve acordo de lideranças para que se pudesse fazer recomposição de quórum no momento em que o Deputado ocupa a tribuna. Como Líder, não fui consultado se haveria chamada de recomposição de quórum enquanto algum Deputado ocupa a tribuna. Não me parece nada razoável que um Deputado fale e se faça a recomposição de quórum enquanto ele faz o pronunciamento. O pronunciamento feito pelo Deputado é ouvido em toda a Casa Legislativa. Então, Sr. Presidente, se esse critério for considerado de novo, evidentemente ele estará coibindo as pessoas de escutarem o Deputado que estiver na tribuna. Então peço a V. Exa. que reconsidere a posição da Mesa, e que a recomposição de quórum só seja feita se não houver Deputado utilizando a palavra. Caso contrário, enquanto ele fala, o sistema de som da Casa sendo utilizado dessa forma impedirá que o Deputado seja ouvido. Compreendo e não farei uma questão tão relevante como acho que deveria, mas pediria a V. Exa. que solicitasse ao sistema de som da Casa que só fizesse a recomposição de quórum a partir do momento em que não houver Deputado na tribuna ou exercendo seu direito de palavra, senão é cerceado o direito do Deputado. Muito obrigado.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 2.948 a 2.951/2012, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública - aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 17/4/2012, dos Requerimentos nºs 2.718/2012, da Comissão de Participação Popular, 2.750/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.838/2012, do Deputado Bosco, 2.874/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 2.896/2012, do Deputado Jayro Lessa; de Saúde - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 18/4/2012, do Projeto de Lei nº 282/2011, do Deputado Elismar Prado, e dos Requerimentos nºs 2.829/2012, da Deputada Liza Prado, 2.869 a 2.871/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, e 2.906/2012, do Deputado Elismar Prado; de Assuntos Municipais - aprovação, na 7ª Reunião Ordinária, em 18/4/2012, dos Requerimentos nºs 787/2011, do Deputado Fred Costa, 2.704 e 2.705/2012, do Deputado Doutor Viana, e 2.824/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Educação - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 18/4/2012, dos Projetos de Lei nºs 1.551/2011, do Deputado Antonio Lerin, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, 2.785/2012, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, 2.857, 2.903 e 2.906/2012, do Governador do Estado, e 2.939/2012, do Deputado Carlos Henrique, e dos Requerimentos nºs 2.853 e 2.854/2012, do Deputado Elismar Prado, e 2.895/2012, do Deputado Jayro Lessa (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Minas e Energia em que solicita seja encaminhada à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais cópia da denúncia do Sr. Wagner Luiz Macencini, operador local de crédito fundiário, requerendo que o órgão se manifeste perante essa Comissão sobre os fatos narrados e indique possíveis providências aplicáveis ao caso. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

- Os Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio, Paulo Guedes e Adelmo Carneiro Leão proferem discursos, encaminhando a votação do requerimento, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado ao Incra-MG pedido de informações sobre o processo de titulação dos produtores rurais que residem nos assentamentos de Três Rios, no Município de Manga. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco e ao Incra-MG pedido de informações sobre a assistência prestada aos afetados pela Barragem de Janaúba, tendo em vista relatos apresentados durante audiência pública da Comissão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado ao Incra-MG pedido de informações sobre o cronograma de cadastramento das famílias afetadas pela construção da Barragem de Janaúba, tendo em vista o adiamento do início de tal cadastramento, conforme relatos feitos durante audiência pública realizada pela Comissão no Município de Janaúba. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco pedido de informações sobre o processo de indenização dos afetados pela construção da Barragem de Janaúba, em especial sobre o fundo constituído para tal finalidade, tendo em vista relatos apresentados durante audiência pública da Comissão, que dão conta do pagamento de valores irrisórios ou da não indenização aos afetados pela mencionada barragem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que pleiteia seja solicitada ao Conselho Municipal de Política Urbana do Município de Belo Horizonte cópia da ata da reunião em que foi aprovada a construção de dois empreendimentos hoteleiros, Bristol



Stadium Hotel e Hotel Go Inn, bem como cópia dos pareceres jurídicos que demonstrem a legalidade de tal construção. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia pedido de informações sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica em assentamentos de reforma agrária nos Municípios de Manga, Juvenília, Montalvânia, Matias Cardoso e outros da Região Norte Mineira, tendo em vista relatos sobre a precariedade desse serviço, apresentados durante audiência pública realizada pela Comissão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo pedido informações sobre a atuação, em Minas Gerais, das empresas denunciadas pelo referido órgão, a saber: Nutriplus, SP Alimentação, Geraldo J Coan, De Nadai, Sistol e Terra Azul. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco pedido de informações sobre o processo de desapropriação de terras para a instalação do Projeto Gorutuba, conforme relatos apresentados durante audiência pública da Comissão, sobre o pagamento de indenizações irrisórias na época das desapropriações. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente em que solicita sejam encaminhados à Prefeitura do Municipal de Porteirinha as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais, realizada no Município de Janaúba, em 1º/3/2012, e pedido de informações sobre denúncia de contaminação ambiental provocada por despejo de resíduos em cursos d'água. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Sindicato Rural do Município de Patrocínio pedido de providências com vistas à apuração de denúncias sobre a falta de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física nas dependências do Parque de Exposições. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Segurança Pública em que solicita seja encaminhado às redes de TV e rádio privadas com atuação no Estado pedido de providências com vistas à veiculação de campanha que ressalte a importância do serviço 190, da PMMG, salientando os graves prejuízos causados pelos trotes rotineiros recebidos na Central de Atendimento da citada corporação. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Transporte em que solicita seja encaminhado à Logiguarda - Guarda de Veículos e Equipamentos Ltda. pedido de informações, com cópia dos documentos que menciona, sobre o critério de repartição do produto da venda de veículos levados em hasta pública. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão Especial da Dívida Pública em que pleiteia seja solicitada à Prefeita Municipal de Contagem, ao Procurador-Geral do Município e ao Secretário de Fazenda Municipal cópia do contrato de renegociação da dívida pública desse Município com a União, celebrado no final dos anos 90, início dos anos 2000, bem como informações sobre os valores quitados nos últimos anos e os valores restantes para a quitação total da referida dívida. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Marques Abreu em que solicita seja encaminhado ao Ministério do Esportes pedido de informações acerca dos recursos federais destinados a projetos esportivos desenvolvidos no âmbito de universidades brasileiras, notadamente sobre o montante de recursos repassados a este título ao Estado nos últimos doze meses. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja o Projeto de Lei nº 2.050/2011 distribuído à Comissão de Saúde. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Adalcleber Lopes em que solicita seja o Projeto de Lei nº 728/2011 distribuído à Comissão de Transporte. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião a Indicação nº 34/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Augusto Monteiro Guimarães para o cargo de Presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed -, a Indicação nº 35/2011, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Eugênio Ferraz para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e a Indicação nº 37/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Anali de Rezende Peixoto para compor o Conselho Estadual de Educação e os Requerimentos nºs 2.130, 2.157 e 2.158/2011, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite; informa, ainda, que fez retirar também os Requerimentos nºs 339, 606, 725, 747, 748, 768, 809 e 1.312/2011 e a

Indicação nº 38/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Andréa Pereira da Silva para compor o Conselho Estadual de Educação, a Indicação nº 39/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação, a Indicação nº 41/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Lázaro de Assis Pinto para compor o Conselho Estadual de Educação, a Indicação nº 42/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Eustáquio Machado Coelho para compor o Conselho Estadual de Educação, e a Indicação nº 43/2012, feita pelo Governador do



Estado, do Nome do Sr. José Francisco Soares para compor o Conselho Estadual de Educação, apreciadas na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Vem à Mesa o requerimento do Deputado Duarte Bechir em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que as Indicações n°s 57, 58 e 59/2012 sejam apreciadas em segundo lugar, nessa ordem, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta.

Indicação n° 36/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Mário Neto Borges para o cargo de Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação n° 57/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Márcio Eli Almeida Leandro para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação n° 58/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hubert Brant Moraes para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Indicação n° 59/2012, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ilmar Bastos para o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Questão de Ordem

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Aproveitando essa mudança de fase, quero aqui rapidamente fazer uma referência. Havíamos inscrito para fazer uso da tribuna na reunião da tarde de hoje, porém, em virtude do grande número de oradores inscritos, não foi possível a nossa participação. Sr. Presidente, o assunto que iríamos levar à tribuna é a questão de um novo projeto que vamos apresentar, se Deus quiser, amanhã, na próxima reunião, que estabelece diretrizes para a inclusão do ensino de música nas escolas da rede estadual de Minas Gerais. Já existe a Lei Federal n° 11.769, que foi instituída em agosto de 2008 até mesmo por um parlamentar que era Deputado Federal, mas que agora está nesta Casa como Deputado Estadual, o Deputado Elismar Prado. Queremos ampliar ainda mais a abrangência e a eficácia dessa lei em relação a Minas Gerais. O nosso projeto tem esse objetivo. Queremos, e acreditamos nisso, que esse projeto alcançará para todos os 853 Municípios de Minas Gerais, sobretudo promovendo a oportunidade e o acesso dos nossos alunos de Minas Gerais, quer sejam das escolas estaduais, quer sejam das escolas municipais, para que tenham essa grande oportunidade de aprender música. Tenho certeza de que por aí estaremos revelando grandes talentos por todo o Estado. Não poderia, Sr. Presidente, deixar de destacar aqui a presença de três grandes parceiros desse projeto em Minas Gerais. Destaco a dupla Don e Juan, que está aqui acompanhando esta nossa reunião. Don e Juan é uma dupla sertaneja de sucesso, uma dupla mineira que já tem 25 anos de estrada e, acima de tudo, é de Varginha, terra sagrada de Dilzon Melo. Portanto, Don e Juan, é uma satisfação e alegria poder não só tê-los na Assembleia, mas, acima de tudo, vê-los dando esse apoio à música e à cultura em Minas Gerais. Agradecendo-lhes, eu também agradeço ao Prof. Roberto Bittar, saudando-o. O Prof. Roberto Bittar também é um grande exemplo de culto à música, essa arte tão importante em Minas Gerais, desenvolvendo um projeto interessante, sobretudo com as crianças, principalmente de uma forma voluntária. Bittar, é uma satisfação saber que Minas Gerais conta com pessoas valiosas, preciosas e importantes. Então temos o exemplo do Bittar, da dupla Don e Juan e dos parlamentares desta Casa que sempre apoiaram a cultura e a música, como o Deputado João Leite e todos os companheiros que sabem da importância da música, sobretudo no aprendizado, principalmente nas escolas, buscando o equilíbrio das nossas crianças e dos nossos jovens. Então, Sr. Presidente, deixaremos para apresentar esse projeto na próxima reunião. Fica aqui o nosso registro e o nosso muito obrigado, mais uma vez, a essa grande dupla Don e Juan e ao Prof. Roberto Bittar, pela grande contribuição que nos têm dado. Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Duarte Bechir) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão, em turno único, das Indicações n°s 44 a 46, 48 a 51, 53 a 55 e 61/2012 e do Veto Parcial à Proposição de Lei n° 20.846, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Celinho do Sinttrocel

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Carlos Pimenta - Palavras do Sr. Olavo Machado Júnior - Palavras do Sr. José Reginaldo Inácio - 2º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Luiz Aubert Neto - Palavras do Sr. Agnaldo Diniz - Palavras do Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha - Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis - Esclarecimentos sobre os debates - Debates.



Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates “Em defesa da produção e do emprego - contra a desindustrialização”.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel o Exmo. Sr. Deputado Carlos Pimenta, Secretário de Estado do Trabalho e Emprego, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; a Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; os Exmos. Srs. Deputado Federal Weliton Prado; Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; e Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte desta Casa; a Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; e os Exmos. Srs. Olavo Machado Júnior, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Gustavo Persichini, Superintendente Geral da Associação Mineira de Municípios, representando o Presidente Ângelo José Roncalli de Freitas; José Reginaldo Inácio, Secretário Regional da Terceira Secretaria da Região Sudeste da Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNTI -, representando o Presidente José Calixto Ramos; e Fábio Veras, Secretário Adjunto de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Vereador Tarcísio Caixeta; Roberto Luciano Fagundes, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Minas; Domingos Francisco de Castro, Vice-Presidente da Ciemg; Edwaldo Almada de Abreu, Vice-Presidente da Fiemg; Luiz Carlos Dias Oliveira, também Vice-Presidente da Fiemg; Marcílio César de Andrade, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais; Luiz Carlos Motta Costa, Diretor-Presidente do Diário do Comércio; João Batista Nunes Nogueira, Presidente da Fiemg Regional - Alto Paranaíba; Adson Marinho, Presidente da Fiemg Regional - Pontal do Triângulo; Flávio Roscoe Nogueira, Presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas do Estado de Minas Gerais; Ralph Luiz Perrupato, Presidente do Sindicato das Indústrias da Cerâmica para Construção e Olaria no Estado de Minas Gerais; e Ramon Alves do Amaral, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Calçados de Nova Serrana; da Exma. Sra. Patrícia Vinte di Iório, Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sabará; dos Exmos. Srs. Eduardo Caram Patrus, Presidente do Sindicato das Indústrias de Ferroligas e de Silício Metálico no Estado de Minas Gerais; Raymundo de Almeida Vianna, Presidente do Sindijóias; Rogério Soares Lima, Presidente do Sindicato das Indústrias de Bolsas e Cintos do Estado de Minas Gerais; Alberto José Salum, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais; Jânio Gomes Lemos, Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de Minas Gerais; Adelmo Pércope Gonçalves, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado de Minas Gerais; e Jéferson Bachour Coelho, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ipatinga; da Exma. Sra. Scheilla Nery de Souza Queiroz, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Serralheria; e dos Exmos. Srs. Bruno Magalhães Figueiredo, Presidente do Sindicato Intermunicipal da Indústria de Sorvetes; Carlos Alberto Passos Villefort, Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Vespasiano e Lagoa Santa; Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - Ibef -; e Carlos Alberto Homem, Presidente do Sindicato do Mobiliário e de Artefatos de Madeira no Estado de Minas Gerais. Registramos também a presença das seguintes entidades: Força Sindical; Sindicato dos Químicos; Sindicato dos Calçados; Sindicato da Saúde de Almenara; Sindicato da Saúde de Governador Valadares; Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rita do Sapucaí; Sindicato da Construção Civil de Contagem; Federação dos Bancários de Minas Gerais; Federação dos Urbanitários de Minas Gerais; trabalhadores rurais de Barbacena; Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado; rodoviários de Barbacena; Sindigráficas de Juiz de Fora; eletricitários, setores de calçados e confecções, agentes de saúde, grupos de mulheres e de jovens, representantes de vendas de medicamentos, rodoviários e trabalhadores do serviço público de Juiz de Fora; ferroviários de Belo Horizonte; Sindicato dos Bancários de Varginha; Sindicato do Vestuário de São Gonçalo do Pará; Sindicato de Alimentação de Três Corações; Sindicato dos Professores da Rede Particular; Sindicato dos Metalúrgicos de Betim; Sindicato dos Metalúrgicos de Lavras; Sindicato dos Metalúrgicos de Sabará; Sindicato dos Auxiliares de Educação de Minas Gerais; Sindicato dos Servidores Públicos de Divinópolis; Sindicato dos Vigilantes de Uberaba; metalúrgicos e trabalhadores de arte e “hip hop” de Uberaba; Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Uberaba; Sindicato dos Rodoviários de Coronel Fabriciano; Sindicato dos Comerciantes de Belo Horizonte; Sindicato dos Comerciantes de Juiz de Fora; Sindicato das Bebidas de Belo Horizonte; Sindicato do Vestuário de Formiga; Sindicato do Vestuário de Varginha; Sindicato do Vestuário de Três Corações; Sindicato dos Trabalhadores de Joias de Belo Horizonte; Federação dos Trabalhadores do Vestuário de Minas Gerais; Associação dos Comerciantes Aposentados; Associação dos Aposentados do Setor do Vestuário de Belo Horizonte; Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais; Sindicato Nacional dos Aposentados; e Sindicato dos Servidores Públicos. Registramos ainda a presença dos Exmos. Srs. Michel Aburachid, Presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Minas Gerais; Vicente de Paula Aleixo Dias, Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Minas Gerais; Wellington Memic, Presidente do Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles do Estado de Minas Gerais; SéSYM Horeb Cerqueira, Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material e Elétrico de Santa Luzia; Teodomiro Diniz, Vice-Presidente da Fiemg; Arquimedes Wagner Brandão de Oliveira, Presidente do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados, Informática, Software e Serviços em Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais; e Hélio Rabelo, Secretário Adjunto de Trabalho e Emprego do Governo de Minas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro.

Palavras do Sr. Presidente

Saúdo o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Emprego, querido amigo, Carlos Pimenta, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; a Exma. Sra. Jô Moraes, querida amiga e brilhante Deputada Federal; o Exmo Sr. Deputado Federal, guerreiro, Weliton Prado; o Exmo Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, Dr. Geraldo Flávio Vasques, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Alceu José Torres Marques; o Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, Deputado Celinho do Sintrocet - parabéns, Deputado Celinho, coordenador dos trabalho neste ciclo de debates; a Exma Sra. Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais, Dra. Andrea Abritta Garzon Tonet; o Exmo Sr. Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, amigo Olavo Machado Júnior; o Exmo. Sr. Superintendente Geral da Associação Mineira de Municípios, Dr. Gustavo Persichini, representando o Presidente Ângelo Roncalli de Freitas; o Exmo. Sr. Secretário Regional da Terceira Secretaria da Região Sudeste da Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNTI -, José Reginaldo Inácio, representando o Presidente José Calixto Ramos; o Exmo. Sr. Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, Fábio Veras. Quero saudar também, de forma carinhosa, os coautores do requerimento que deu origem a este evento relevante, Deputados Luiz Carlos Miranda e Duarte Bechir; e também saúdo, de forma afetuosa e respeitosa, os líderes sindicais, os trabalhadores mineiros e brasileiros e os líderes empresariais. Estendo os cumprimentos às Deputadas e aos Deputados desta Casa de vocês, desta Casa de Minas. Cumprimento a imprensa, sempre vigilante, atuante, que participa ativamente desses momentos extraordinários deste Parlamento sagrado do povo mineiro.

Senhoras e senhores, o debate que hoje esta Assembleia Legislativa de Minas Gerais promove contempla um grave desafio da conjuntura econômica brasileira e que será objeto, nos próximos dias, de audiências públicas nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do Senado da República. Esperamos, portanto, que os frutos de nossas análises e reflexões sejam levados a essas instâncias da Câmara alta como efetiva contribuição de Minas Gerais ao melhor encaminhamento de uma questão crucial do desenvolvimento brasileiro, relativo à política industrial do Brasil.

Estamos igualmente conscientes - todos nós - de que o processo de crescimento sustentado do Brasil é, hoje, irreversível e projeta nossa economia, formando parte, em futuro próximo, dos cinco maiores Produtos Internos Brutos - PIBs - do mundo. Salvo acidentes excepcionais de percurso, depois do sinal de alerta dado pelo relativamente baixo desempenho do PIB nacional em 2011, de 2,7%, as projeções mais conservadoras, de especialistas brasileiros e estrangeiros, projetam para este ano um crescimento econômico de 3,5% a 4%, taxa que será mantida em 2013 e que deverá alcançar um aumento de 4,5% em 2014. Portanto, não se trata aqui de colocar em dúvida a marcha ascendente do desenvolvimento brasileiro; trata-se, sim, de discutir a estratégia desse desenvolvimento, ou seja, a realidade que mostra uma redução significativa da participação da indústria no perfil da produção nacional e do próprio PIB do País.

Como lembrou, em recente artigo, o Presidente da Coteminas, nosso conterrâneo Josué Gomes da Silva, filho do nosso querido e saudoso José Alencar, os produtos manufaturados tiveram um déficit na balança comercial brasileira de US\$92.000.000.000,00 em 2011, enquanto, há cinco anos, em 2006, haviam registrado saldo positivo de US\$5.000.000.000,00.

Evidentemente, querido Olavo Machado, a disparidade desses números tem a ver diretamente com a produção e o emprego em nosso país, transferidos que estão sendo para outras economias do mundo, em detrimento da nossa gente, de vocês, queridos e heroicos trabalhadores. Contribuem para isso, sem dúvida, múltiplos fatores, e esperamos vê-los debatidos e aprofundados no ciclo que ora nos reúne. Um desses fatores reside, sem dúvida, naquilo que o Ministro Guido Mantega chamou de guerra cambial e, mais recentemente, a Presidente Dilma denunciou como “tsunami” monetário dos países ricos, ou seja, a moeda de vários de nossos parceiros comerciais está sendo subvalorizada. Ajuntando-se a isso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a supervalorização do real, juros e impostos elevados, com energia e logística caras, configurando o chamado custo-Brasil, temos como produto final a desindustrialização de setores industriais, notadamente na indústria de transformação, a mais exposta a essa concorrência internacional claramente assimétrica.

Por outro lado - e é importante ressaltar todos os ângulos da questão -, os últimos dados levantados pela Fundação Getúlio Vargas no mês de março passado demonstram que todos os setores industriais estão operando no Brasil, com exceção de produtos farmacêuticos e veterinários, com mais de 80% de uso da sua capacidade instalada, inclusive na indústria de transformação, que opera atualmente com uma taxa de 83%, encontrando-se no topo a indústria de papel, com 91,1% de ocupação. Isso significa, senhoras e senhores, que temos uma margem de manobra para reverter ou controlar essa tendência de regressão industrial, ou melhor, o risco real de “reprimarização” de sua indústria de transformação e de suas exportações.

Quem alertava para essa realidade ainda no final de 2010, ainda no governo do ex-Presidente Lula, era exatamente o caro e luminoso Presidente da Fiemg, Olavo Machado. E acrescentava, nos termos da "Carta da Indústria de Minas", então divulgada: "Aquilo que a indústria mineira reivindica, em essência, é isonomia nas condições de competição num mercado livre e de câmbio flutuante, uma conquista tão importante para o País e sua população quanto foi o fim da inflação". O que era então uma advertência do Presidente Olavo Machado hoje se traduz em números e fatos, à vista de todos os mineiros e brasileiros.

Precisamos considerar, igualmente, em classificação feita pela ONU, que o Brasil dispõe do 10º maior parque industrial do mundo, o que não é pouca coisa. Mas, em contraste com essa posição, quando se considera o rendimento industrial competitivo, o País cai para o 44º lugar no “ranking” internacional. Trata-se, como vemos, de uma contradição simplesmente brutal.

Por último, e o não menos importante, apresenta-se a este ciclo de debates, quando já estava com sua agenda programada, o pacote de medidas divulgadas pelo governo federal no último dia 3, sob o título “Novas medidas para o Plano Brasil Maior”, que diz respeito exatamente ao cerne deste nosso debate.

É oportunidade, pois, para aqui avaliarmos os efeitos dessas medidas, que visam a três eixos fundamentais de ações e resultados, quais sejam: 1º- estimular os investimentos públicos e privados; 2º- aumentar a competitividade da economia brasileira, pela produtividade e sobretudo inovação; e, por último, 3º- reduzir os custos tributários, econômicos e financeiros.

Este ciclo de debates tem enriquecido, senhoras e senhores, a presença daqueles que estão no “front” da luta pela produção e pelo emprego - aliás, neste momento, quero reverenciá-los -, as lideranças sindicais e os trabalhadores da indústria que aqui se encontram. São eles, senhoras e senhores, que mais de perto convivem com os riscos do sucateamento de um segmento industrial que já participou, na década de 1980, com 36% da formação do PIB brasileiro e que viu essa participação cair, no ano passado, para 14,6% - o menor nível desde 1956, Secretário Carlos Pimenta.

Portanto, no momento em que esta Assembleia tem como bandeira central de sua atuação institucional a luta contra a fome e a miséria em Minas Gerais, onde quase 1 milhão de pessoas ainda convivem nos limites da exclusão social, podem estar certos e confiantes todos os participantes deste ciclo de debates que esta Casa passa a incorporar, em seus objetivos permanentes e, acima de tudo, sagrados, a defesa de vocês, a defesa da produção, do emprego e do trabalhador, a favor do fortalecimento industrial de Minas e do Brasil. Aliás, com a certeza absoluta de que haveremos de alcançar o mais rápido possível aquele cenário desejado por todos nós de paz, justiça, trabalho e dignidade. Um grande abraço! Parabéns! Vamos juntos em Minas de forma unida e pacífica e, acima de tudo, firme e perseverante, elevando a sua voz para que o Brasil fique cada dia melhor.

Palavras do Secretário Carlos Pimenta

Boa tarde a todas e a todos. Quero iniciar cumprimentando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, pela abertura de realizar um seminário e um debate desta envergadura e grandeza. Ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar as Deputadas e os Deputados na pessoa do meu amigo Celinho do Sinttrocel e do Deputado Luiz Carlos Miranda, dois sindicalistas que se encontram presentes lutando e defendendo os interesses dos trabalhadores de Minas Gerais. Quero trazer o meu abraço à Deputada Federal Jô Moraes, grande ícone que tem uma história e um passado de luta no nosso Estado; ao meu amigo Weliton Prado, ex-Deputado Estadual, representando hoje o nosso Estado na Câmara Federal; ao Sr. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral da Justiça Adjunto, representando o Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça - aliás, é importante a presença do Ministério Público neste debate e em todos os setores e momentos; ao Deputado Celinho do Sinttrocel, Vice-Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, coordenador dos trabalhos neste ciclo de debates - aliás, Celinho, a Secretária de Trabalho estará presente em todos os momentos; à Dra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; aos Exmos. Srs. Olavo Machado Júnior, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e amigo, em cuja pessoa cumprimento todos os empresários e toda a classe que aqui se encontra presente em massa, num dos momentos importantes e raros desta Casa Legislativa; Gustavo Persichini, Superintendente-Geral da Associação Mineira de Municípios, representando o Prefeito Ângelo José Roncalli; José Reginaldo Inácio, Secretário Regional da 3ª Secretaria da Região Sudeste da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - CNTI -, a quem agradecemos com muito prazer a presença; e Fábio Veras, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico, representando a Secretária Dorothea Werneck, que também participará de todos os momentos.

Quero trazer um abraço muito carinhoso a todas as centrais sindicais aqui presentes. É importante a presença e a participação dos trabalhadores, da mesma forma que estiveram presentes no nosso debate na Conferência Estadual de Trabalho Decente, em que Minas deu um “show”.

Meu caro Presidente Dinis Pinheiro, em agosto estaremos levando a palavra dos trabalhadores de Minas para a conferência nacional, que se realizará em Brasília. Presidente Dinis, primeiramente quero cumprimentá-lo por mais este evento. A Assembleia de Minas tem sido notória em erguer e defender bandeiras importantes para o nosso povo, para o nosso Estado. As questões sociais foram expostas aqui de maneira muito profissional e, mais uma vez, a Assembleia de Minas esteve à frente, participando em todas as regiões do Estado, identificando os problemas sociais, principalmente dos trabalhadores que não estão no mercado formal de trabalho, mas que constituem uma legião de trabalhadores que cuidam das suas vidas, das suas famílias por meio da geração de renda do trabalho informal.

Posteriormente, a Assembleia de Minas levanta uma bandeira fundamental para os Estados brasileiros ao questionar as dívidas dos Estados com a União. Isso trará um benefício inimaginável para o nosso Estado. Então, a Assembleia de Minas é a Casa mais próxima do povo. Agora, Presidente Dinis, de maneira muito importante, ímpar na história desta Casa, V. Exa., como Presidente, e os Deputados promovem um debate colocando à mesa trabalhadores, empresários e os governos municipais, estadual e federal, para que possamos efetivamente tirar o máximo de proveito deste debate. Depois, como o Presidente disse, esse exemplo, esse resultado será levado a Brasília. Um grande e inevitável debate público acontecerá no Congresso Nacional.

Vejo este evento como um momento ímpar. Dizia ainda há pouco a uma repórter que o País está vivendo um momento mágico, um momento em que a economia tende a crescer muito, diferentemente dos últimos meses do ano passado, quando tivemos períodos extremamente preocupantes com a queda do produto interno, do movimento industrial. Mas parece que agora a recuperação é iminente. É importante que comecemos a entender e participemos de debates desta natureza. Não adianta nada ser um país em que o PIB está crescente, em que a economia suplanta a de países tradicionais tornando-se a quinta economia do mundo, em que assistimos à Presidente Dilma participando de debates importantes na Europa e nos Estados Unidos recentemente, se não tivermos efetivamente coragem de colocar o dedo na ferida ou em várias feridas: uma ferida que hoje desestimula o empresariado, que machuca e joga por terra qualquer aspiração, pretensão e sonho das pessoas que querem fazer este país crescer quando se nota uma invasão sem precedentes de outras economias internacionais, sem medidas protecionistas dos empresários brasileiros, uma ferida que machuca o trabalhador que quer crescer, ter uma qualificação profissional. Ainda há pouco disse, na Câmara de Dirigentes Lojistas, que, no mês passado, Minas conseguiu, por meio de sua rede, do Sistema Nacional de Emprego - Sine -, captar mais de 120 mil vagas, Deputado Weliton Prado, e só assistimos à inserção de menos de 60 mil trabalhadores nas vagas conquistadas em Minas Gerais. Isso aconteceu, muitas vezes, por falta de educação, de qualificação profissional. O trabalhador perde frequentemente o seu emprego no momento da entrevista por não haver possibilidade ou por falta de oportunidade para disputar o emprego em igualdade de condições com outros trabalhadores do Estado.



É importante que vejamos também o governo apresentar dados concretos. Ontem o governo do Estado, em uma reunião do secretariado, lançou a carta de missões para todos os Secretários, para toda a máquina administrativa do Estado, cujo tema principal e mais importante é fazer com que nossas ações cheguem ao público, ao povo, aos trabalhadores mineiros, aliás trazendo para a Secretaria do Trabalho a árdua missão, que vamos cumprir, de responder por 12% das vagas de todos os Estados brasileiros.

Queremos assumir a paternidade da inserção de 12% dos trabalhadores. Estamos falando de cerca de mais de 350 mil inserções no emprego formal neste ano de 2012.

Ficam os nossos agradecimentos à Assembleia de Minas e aos Deputados presentes. O que posso garantir é a presença maciça do governo, por meio da Secretaria de Trabalho e Emprego e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e desejar que tiremos daqui os melhores e os maiores exemplos a serem apresentados para todo o País. Bom trabalho. Bom seminário e bons debates a partir deste momento.

Palavras do Sr. Olavo Machado Júnior

Boa tarde a todos. Conforme aprendi com o Deputado Sebastião Costa, falarei de pé, pois, caso contrário, não serei visto. Cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, agradecendo o apoio que sempre tem dado à Federação das Indústrias e, particularmente, neste momento, quando o senhor colocou a Casa à disposição da indústria, dos trabalhadores, para que este seminário ocorresse aqui. Cumprimento o Deputado Carlos Pimenta, Secretário de Trabalho e Emprego, representante do Governador Antonio Anastasia. Cumprimento a Deputada Federal Jô Moraes e, na pessoa dela, todas as mulheres presentes; o Deputado Federal Weliton Prado; o Dr. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico; a Dra. Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; o Dr. Gustavo Persichini, Superintendente-Geral da AMM, representando o Prefeito Ângelo José Roncalli de Freitas; o Sr. José Reginaldo Inácio, meu companheiro de conselho do Sesi-Senai, representando o Presidente da CNTI, José Calixto Ramos; e o nosso amigo Fábio Veras, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico. Gostaria ainda de cumprimentar e agradecer muito o apoio e a determinação do Deputado Celinho do Sinttrocel, que abraçou a nossa causa, movimentou os trabalhadores e nos proporcionou a realização deste ato tão importante para a indústria e para os trabalhadores. A minha missão hoje é muito mais de agradecer, por isso queria cumprimentar e agradecer a presença do nosso companheiro Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq, que foi um dos mentores desse movimento e que se deslocou de São Paulo, há dias, para estar comigo e mostrar a importância da Fiemg; participar disso. O Presidente Aubert, juntamente com o Presidente Humberto Barbatto, da Abinee, aqui representado pelo Sr. Aílton Ricaldoni, com determinação tem lutado pela causa da desindustrialização. Aubert, quero agradecer-lhe, mais uma vez, a oportunidade que nos está dando. Sei que esse nosso movimento é apoiado e acompanhado pelo Presidente Robson Braga de Andrade, meu antecessor na Fiemg e atual Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI. Cumprimento e agradeço também a luta do meu companheiro de Fiemg e Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit - , Sr. Aguinaldo Diniz. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, ele terá a oportunidade de falar. Aliás, o Aguinaldo foi uma das primeiras pessoas que nos alertou sobre a importância da desindustrialização no País e como, em Minas Gerais principalmente, um setor tão tradicional como o têxtil tem sofrido. Quero cumprimentar e agradecer a presença dos nossos companheiros, hoje liderados pelo Presidente do Ciemg de Contagem, Sr. Francisco Guerra Lages; o apoio sempre constante do Roberto Fagundes, Presidente da ACMinas; os meus Vice-Presidentes da Fiemg - se pudesse, nominaria todos. Então, Deputado, não vou nominá-los, mas perderei muitos votos, entretanto tentarei lembrar de todos, cumprimentando a Scheilla, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Serralheria, e todos os companheiros Presidentes de sindicatos. Cumprimento ainda os Presidentes de sindicatos de trabalhadores, os trabalhadores e os Presidentes das diversas regionais da Fiemg, os quais se deslocaram até Belo Horizonte.

Gostaria de dizer que estamos fazendo o óbvio, ou seja, justamente a luta pela industrialização e pelo emprego no Brasil, uma luta de empresários e trabalhadores. Acredito que muitos se espantam quando veem trabalhadores e empresários no mesmo lado da mesa, mas essa é a nossa constância. Não há nenhuma indústria que se faça sem trabalhador. Os trabalhadores são as peças principais de tudo aquilo que temos.

Temos certeza de que, com isonomia, redução de juros, desoneração de folha, desoneração de impostos e valor adequado para o câmbio, a indústria nacional, a mineira particularmente, estará apta a concorrer. Ela não precisará de proteção, mas de condições que sejam iguais.

Presidente Dinis, quando sairmos deste seminário, tenha certeza de que os industriais terão a alma renovada, com a disposição renovada para a luta que sempre foi dos empresários, porque temos do nosso lado os trabalhadores. Tendo os nossos trabalhadores, temos certeza de que somos mais fortes. E tendo o representante do povo, o representante da Assembleia, os nossos Deputados Federais, que são os melhores políticos do País, temos certeza de que essa luta não será em vão e de que mudaremos esse quadro. As medidas que a Presidente Dilma anunciou recentemente podem não ser ainda todas de que precisamos, mas a grande parte está ali. O que é mais importante: se o governo federal com o Governador Anastasia derem velocidade a essas ações, temos certeza de que a indústria nacional e mineira terá todas as condições de liderar o mercado nacional.

Agradeço mais uma vez. A Fiemg sempre estará ao lado da Assembleia, não só nessa ação, mas também nessa luta que o senhor determinou e que já ganha o Brasil inteiro, da redução dos juros da dívida pública. Contem sempre com a Fiemg. Obrigado.

Palavras do Sr. José Reginaldo Inácio

Boa tarde a todos os presentes. Gostaria, primeiramente, de fazer a minha saudação aos trabalhadores e trabalhadoras, sindicalistas, representantes de sindicatos de trabalhadores e também de sindicatos patronais, representantes de federações de trabalhadores e também de federações patronais. Queria destacar a presença das centrais sindicais. Podemos dizer que todas as centrais foram convidadas. Estão aqui a CTB, a Força Sindical e a Nova Central, todas com suas delegações. Todas as centrais foram convidadas e estão presentes. Há essa preocupação, e acreditamos, fielmente, que as demais também têm a mesma preocupação, mas, por motivos outros, não puderam estar presentes. Destaco aqui também a grande presença das associações de aposentados, as quais têm



demonstrado preocupações fundamentais nas discussões e nos debates que trazem vida, ou não, à indústria brasileira. É importante destacarmos que várias medidas de incentivo à indústria afetam diretamente a Previdência. Saudando os nossos companheiros de plenária, queria saudar - desculpe-me a alteração - o Deputado Celinho, e, em saudando este, saúdo todos os membros da Mesa.

Queria fazer um apontamento breve, justificando a ausência do Presidente da nossa Confederação e da Nova Central, José Calixto Ramos. Represento também o Miranda, que não pôde comparecer, mas me pediu para destacar a relevância de cerrarmos fileiras neste debate tão importante para a classe trabalhadora brasileira, visando garantir a manutenção da produção da indústria mineira e nacional. Assim, gostaria de destacar alguns pontos que consideramos fundamentais, os quais não podemos deixar que passem despercebidos, pois acreditamos que eles fazem parte de um diagnóstico da indústria mineira e brasileira. Automaticamente, isso afeta diretamente a classe trabalhadora mineira e brasileira.

Celinho, primeiramente, gostaria de destacar como é relevante o fato de você, enquanto sindicalista, tomar a frente dessa discussão tão importante. Neste momento, consideramos que é fundamental o reconhecimento do valor do mundo do trabalho, especificamente da classe trabalhadora, para a sustentação dos meios de produção e da indústria. O Dr. Olavo ressaltou, com muita firmeza e veemência, a necessidade do reconhecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores presentes, ativos ou aposentados, e, obviamente, também daqueles de todo o Estado e de toda a nação brasileira. É importante colocarmos em evidência exatamente isso.

Falaremos diretamente sobre tudo que nos preocupa com relação a esse processo e a essa discussão. Dissemos, no momento oportuno da primeira reunião em que tratamos desse assunto, que, para nós, é fundamental estarmos ao lado - literalmente ao lado - daqueles agentes, daquelas pessoas e daquelas lideranças que querem, de fato, discutir a situação do mundo do trabalho. Ao discutirmos o processo de desindustrialização, estaremos, fundamentalmente, discutindo as possibilidades de melhores condições de trabalho, ou não, para o povo brasileiro.

É importante destacar que a Presidente Dilma disse que nenhum direito do trabalhador seria afetado com o pacote de incentivo à indústria. É importante destacar que, aos olhos da Presidente, será dessa forma, conforme anunciado em seu discurso, mas existe um grande paradoxo, um grande antagonismo. Ao assinalar a desoneração da folha, especificamente no tocante à questão da Previdência, fica muito difícil acreditarmos que isso não afetará a vida da classe trabalhadora, sobretudo a dos aposentados de agora e do futuro. Fundamentalmente nós, do movimento sindical, ficamos muito inseguros quando se coloca em pauta a discussão de um processo de incentivo à indústria, a fim de reverter o processo de desindustrialização, envolvendo 15 setores, podendo esse número ser ampliado. É importante frisar que a desoneração que o governo vem propondo para diversos setores, com base, fundamentalmente, na substituição dos 20% da contribuição da Previdência sobre a folha pela contribuição sobre o faturamento, causa uma instabilidade futura para a Previdência Social.

Portanto, é impossível não destacarmos esse assunto nas discussões. Temos de levar em consideração que a cada 1% de desoneração da folha há um reflexo de aproximadamente R\$4.900.000.000,00 na Previdência Social. O governo sinaliza frequentemente dizendo à sociedade brasileira que a Previdência está deficitária, mas, de repente, o mesmo governo anuncia uma renúncia fiscal de um valor exorbitante, para o nosso posicionamento. Significa dizer que o governo federal está fazendo uma renúncia de direito da classe trabalhadora. Um direito que se construiu ao longo da história e se está renunciando a ele por meio do governo federal em um pacote de incentivos. Não há segurança. A possibilidade da desconexão da receita que hoje é arbitrada na folha para a questão do faturamento causa uma grande insegurança para a Previdência Social e pode golpeá-la em definitivo.

É importante destacar também a qualidade, a quantidade e a diversidade do emprego, cujo reflexo é direto. Quero apontar algumas questões. O crescimento do consumo não foi acompanhado pela geração de vagas na indústria de transformação. Praticamente observamos que, de fato, criou-se uma geração de postos de trabalho e de empregos precários. Por muito tempo observamos e agora nos preocupamos. Durante muito tempo, geraram-se empregos de modo precário. Agora, estamos em um momento da história em que percebemos que algumas questões são impactantes para a vida da classe trabalhadora e afetam diretamente a indústria. Um dos fatores - e sabemos disso - é a alta rotatividade. Hoje ela existe, e sempre existiu. Por quê? É necessário esclarecer que existe no Brasil uma grande facilidade para a demissão imotivada, ainda que o posicionamento do setor industrial seja diferente do posicionamento do setor sindical, que considera que ainda existe essa facilidade. Há necessidade de fazermos essa discussão. O uso regular de contratos de prazo determinado é outro ponto fundamental para abordarmos aqui. Nesse caso, a rotatividade atinge fundamentalmente o trabalhador com menos qualificação profissional. É um ponto que pega e nos preocupa. Há um descompasso muito grande entre a formação e a qualificação de mão de obra e, obviamente, entre os próprios requerimentos de postos de trabalho. Quando se requerem postos de trabalho, não temos a possibilidade de fazer essa discussão de modo correto. A oferta de programas de qualificação não acompanha as necessidades dos trabalhadores e das empresas. Há, de fato, uma baixa qualidade nos postos de trabalho e renda que não incentiva o trabalhador a qualificar-se. Isso afeta a questão da industrialização. Há o reconhecimento de que precisamos recuperar esse aporte de formação da classe trabalhadora.

O crescimento desigual do emprego e da renda entre regiões e setores é outro fator que, de certo modo, contribui e dificulta o processo de industrialização. Certamente trazemos aqui outro dado: a questão da persistência. Consideramos persistência os altos índices de informalidade. Esse é um ponto fundamental a ser destacado. Parece-me que a grande solução para resolver o problema da informalidade é formalizar a informalidade. A grande discussão é reduzir e enxugar ao máximo, formalizando a informalidade. Isso nos preocupa, porque se essa for, de fato, a maneira de resolver o problema da formalização, sabemos que não resolverá. Portanto, precisamos pensar nesse assunto. Por que há a persistência da informalidade? Temos uma deficiência muito grande - e é importante que os Deputados Federais presentes levem essa discussão - de fiscalização, seja na área do contrato de trabalho, seja na esfera da saúde do trabalhador.

Outra questão que pega: as regras burocráticas inadequadas. De certo modo, elas são muito inadequadas, literalmente, ao porte das empresas. Há uma exigência burocrática elevada que temos de repensar. Outro ponto difícil se refere aos baixos salários. Sessenta por cento dos novos empregos têm salários de até dois salários mínimos. Isso afeta demais a nossa questão.

Percebemos que há praticamente um ciclo de atividades econômicas de baixo valor agregado. Precisamos pensar sobre isso.



Já falamos sobre os postos de trabalho, que exigem baixa qualificação. É importante destacar que existe um processo histórico de desvalorização salarial que assola a sociedade brasileira, apesar do avanço ocorrido no governo Lula e agora no governo Dilma. Mas houve uma defasagem muito grande no passado recente. De alguma forma, precisamos reverter esse processo. Aqui em Minas, por iniciativa desta Casa, estamos discutindo o piso mínimo regional, que alavanca a situação da indústria mineira. Recebi a notícia de que o Paraná está renovando o piso mínimo regional.

Destacamos certa instabilidade gerada pela predominância de empregos de curta duração. Grande parte dos empregos não duram mais que quatro anos no Brasil. Esse dado estatístico é preocupante. Obviamente, existem alguns fatores que merecem destaque, como a terceirização usada como forma de precarizar as condições de trabalho e de produção, que gera exemplos danosos que se refletem na indústria europeia, chegando ao Brasil. Entregar o trabalho primário da empresa para o setor terceirizado faz com que se perca o foco de produção. Isso explica a incidência de “recall” em todas as áreas de produção.

Também destacamos outro fator que melhora a competitividade e faz com que o trabalhador desempenhe seu serviço com maior competência e se dedique mais: a participação nos lucros e nos resultados, que perdeu o sentido. É necessário que haja um mecanismo de partilha dos ganhos de produtividade. A PLR, tão citada e estimulada nas discussões, perdeu sua característica principal, pois hoje deveria ser um estímulo à produção, mas está passando a gerar lucros e riquezas a algumas gerências e a níveis de alto escalão. Assim, perde-se o foco de motivar o trabalhador a participar do processo industrial. É importante falar sobre isso.

Precisamos discutir o baixo retorno social dos recursos públicos transferidos para as empresas privadas de modo geral. O Dr. Olavo se preocupa com isso, temos falado sobre isso no conselho. Queremos abordar essa questão pontualmente. Os financiamentos, estímulos e isenções que os governos federal, estadual e municipal concedem às empresas, como modo de acompanhamento e fiscalização, não estão sendo percebidos. Não há metas, exigências e monitoramento da geração de emprego, da liberdade sindical e da negociação coletiva, boas condições de trabalho, programas e políticas públicas de estímulo às empresas. Isso gera impactos diretos. A falta de metas e de compromissos em relação aos impactos para a comunidade local antes, durante e depois dos empreendimentos é um fator a se considerar nesse processo. Que tipo de indústria queremos para a sociedade?

Há alta incidência de problemas trabalhistas, sociais e ambientais nas cadeias produtivas. Temos a cadeia-mãe, mas e a cadeia produtiva? Resolvemos o problema da indústria principal, mas e as outras empresas que acompanham esse processo? Precisamos tratar disso.

Salientamos ainda os elevados custos econômicos e sociais provocados pelos constantes acidentes e doenças do trabalho, muitas vezes existentes em função dos arranjos produtivos provocados pelos atuais modelos.

Ao pensarmos na industrialização, precisamos trazer para dentro da discussão deste ciclo de debates alguns desses pontos, que consideramos aqui, senão em grande parte, danosos para o processo de industrialização, emprego de qualidade e condições de trabalho.

Portanto, gostaria de agradecer a possibilidade de estar aqui representando os trabalhadores e sindicalistas nesta Mesa e, em nome do José Calixto Ramos, Presidente da nossa Confederação, também agradecer por esta oportunidade e desejar a todos um bom debate e boas discussões, para que realmente possam enxergar os meios de produção sempre mais elevados com a industrialização mineira e nacional, sempre à frente da possibilidade de um mundo do trabalho melhor para toda a classe trabalhadora. Obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de mais nada, gostaria de registrar a minha gratidão como mineiro, na condição de empregado dos mineiros e exercendo temporariamente a Presidência deste Parlamento. Vemos o engajamento, a espontaneidade e espírito patriótico da Fiemg ao tratar de temas tão importantes não só para Minas, mas também para 25 Estados brasileiros. Trata-se de um tema referente às dívidas dos Estados contraídas até 1997, sob parâmetros adequados e corretos, as quais, hoje, lamentavelmente, se encontram distorcidas em face da nova realidade e da nova conjuntura econômica que estamos vivenciando. Ontem mesmo, em parceria com a AMM, com a Fiemg, com os nossos Municípios e nossos trabalhadores, fizemos um grande encontro em Governador Valadares. A partir do momento em que Estados e Municípios têm condições mais plenas de exercitar os seus orçamentos, evidentemente se alcança com maior rapidez maior número de trabalhos, leva-se à prática da cidadania e tem-se acesso à cultura, à saúde, à educação e ao saneamento básico.

Portanto, reafirmo aqui a nossa alegria e o nosso agradecimento. Essa questão da dívida dos Estados é algo suprapartidário que se apresenta como um movimento nacional. Gostaria de destacar o papel decisivo dos Deputados Carlin Moura e Adelmo Carneiro Leão, que preside a Comissão Especial. Também gostaria de abraçar o Deputado Bonifácio Mourão, relator dessa Comissão, e todos os Deputados e Deputadas por esta discussão serena, firme, suprapartidária, mas propositiva, sem, nesse caso, residir uma crítica a quem quer que seja, mas na busca concreta de soluções.

Reafirmo aqui, Olavo, o compromisso do Parlamento de Minas com o segmento industrial. Reconhecemos o papel de protagonista na busca da tecnologia e da inovação. Através da indústria se qualificam os inovadores do futuro e, por meio dessa atividade industrial bem protegida, certamente havemos de atingir também o aprimoramento do ser humano, a capacitação da mão de obra e uma apresentação cada dia mais robusta da atividade industrial como sustentáculo da elevação dos níveis de renda, de desenvolvimento da nossa sociedade e do nosso povo. Assim, acabaremos de uma vez por todas com a miséria e construiremos um Estado muito mais justo, mais solidário e mais cristão. Parabéns a todos os trabalhadores. Contem com o Parlamento de Minas. Nós somos empregados dos senhores e das senhoras na busca de uma vida melhor para nosso povo, para nossa gente.

Neste instante gostaria de transferir a Presidência dos trabalhos a este guerreiro, amigo e combativo Deputado Celinho do Sinttrocel. Mais uma vez, gostaria de mandar o nosso abraço e demonstrar o nosso reconhecimento aos Deputados Duarte Bechir e Luiz Carlos Miranda, grandes protagonistas deste momento importantíssimo para Minas, para São Paulo, para os mais pobres, para os mais carentes, enfim, para o nosso amado país.



2º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa para o 2º Painel os Exmos. Srs. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Subsecretário de Indústria, Comércio e Serviços, representando a Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sra. Dorothea Werneck; Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq -; Agnaldo Diniz, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções; Gilson Luiz Reis, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil em Minas Gerais - CTB Minas -; Olavo Machado Júnior, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; e Rafael Leal, Presidente da União Estadual dos Estudantes - UEE-MG.

Registro de Presença

O locutor - Registramos também a presença dos Exmos. Srs. Adilson Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Minas Gerais, bem como do Sindicato dos Trabalhadores de Papel e Papelão de Betim; e José Balbino Maia de Figueiredo, Presidente do Sindicato Intermunicipal de Rochas Ornamentais - Sinrochas -; e de representantes da União Estadual dos Estudantes - UEE -, da União Nacional dos Estudantes - UNE -, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes -, da União Colegial de Minas Gerais - UCMG -, da União Juventude Socialista - UJS -, do DCE Izabela Hendrix, da Fafich da UFMG, do DCE Funorte, da Umes Betim e do Sindicato da Construção Civil de Betim.

O Sr. Presidente (Deputado Celinho do Sinttrocel) - Boa tarde a todos e a todas aqui presentes. Cumprimento as autoridades que compõem a Mesa neste ciclo de debates que está sendo realizado na Assembleia Legislativa, as Deputadas e os Deputados presentes. De forma especial, cumprimento todos os dirigentes sindicais. Cumprimento também todos os trabalhadores presentes no Plenário; todas as lideranças políticas e empresariais; todos os servidores e servidoras da nossa Assembleia Legislativa; todos os telespectadores da TV Assembleia que nos assistem.

Fico muito feliz, numa tarde como esta, de poder participar de um debate tão importante e de ter sugerido ao Presidente da Assembleia de Minas, Deputado Dinis Pinheiro, a realização de um debate sobre a desindustrialização em Minas Gerais e no Brasil. Agradeço, de forma forte, ao Presidente da nossa Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, e ao Presidente da Fiemg, Dr. Olavo, que abraçou, de forma firme, o debate sobre tema tão importante. Farei um pronunciamento acerca do assunto.

O Brasil precisa retomar o desenvolvimento. A indústria moderna perpassa todas as atividades humanas. Como nunca, nossa existência e nosso destino estão presos à indústria e à produção. Por isso, é de amedrontar quando assistimos que o segmento cresce em alguns pontos do planeta às custas da retração em várias partes do mundo, particularmente quando percebemos que essa desaceleração atinge em cheio o nosso país. O reflexo mais direto desse processo são as transformações vividas pelo setor, em especial com a chamada desindustrialização.

Nos últimos 30 anos, a indústria manufatureira apresentou queda de 15%. A situação é ainda mais preocupante porque os setores atingidos são os mais variados possíveis. Vão da indústria de brinquedos, passando pela têxtil e de calçados, chegando até a de máquinas e equipamentos.

Alguns procedimentos nos empurram para uma situação perigosa, vulnerável e de subalternidade internacional, como, por exemplo, a desnacionalização de nossa economia, a dependência de produtos primários e de “commodities”, o declínio da indústria manufatureira, as dificuldades na geração de empregos de qualidade e os ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores.

O fantasma de uma economia baseada na produção e exportação de produtos primários e na importação de mercadorias industrializadas, infelizmente, ganhou corpo no Brasil. Em 2011, o déficit na balança comercial de manufaturados foi da ordem de US\$93.000.000.000,00. Por algum tempo ouvimos falar de uma possível recuperação do PIB e da indústria brasileira. Porém, o PIB verificado no ano passado e a intensidade do declínio industrial, já nos primeiros meses de 2012, nos informam categoricamente o contrário. Com a estagnação, as perspectivas de crescimento industrial no ano ficam próximas de zero.

Em Minas Gerais decaí consistentemente a participação de produtos com maior valor agregado no PIB estadual. E mesmo setores industriais ainda pouco atingidos, como a mineração, a agropecuária e o de serviços, vêm-se debilitando. Para termos um exemplo, o Vale do Aço, referência da indústria siderúrgica nacional, sofre diretamente as consequências dessa realidade perversa.

No ano passado, o Brasil importou 17.000.000t de aço. Enquanto isso, as indústrias locais enfrentaram um aumento sucessivo de preços nas matérias-primas, um câmbio desfavorável e incentivos fiscais à importação de produtos siderúrgicos. A região já foi responsável pela produção de 80% do aço inoxidável produzido no País; hoje, responde por menos de 50%. Não são poucos os boatos permanentes sobre o encerramento de atividades de grandes empresas do Vale, como a Aperam, que, por sinal, vem fechando alguns setores e terceirizando outros, como a área de manutenção mecânica e de vigilância.

Aliás, a terceirização é outro problema que tem-se relacionado com o enfraquecimento industrial. Com ela, várias empresas buscam reduzir custos e, como dizem, aumentar a produtividade. Ilusão, já que a produtividade do trabalhador brasileiro é igual à de um trabalhador chinês. Na prática, as empresas estão comprometendo sua própria produção, precarizando as relações trabalhistas e promovendo uma redução indireta de salários.

A internacionalização e as permanentes transferências de sócios causam novos problemas. Assistimos a uma transmissão de tecnologia nunca vista e poucos investimentos em plantas situadas no território nacional. Como se não bastasse, para mim, o recente anúncio da transferência da sede administrativa da Usiminas para São Paulo é um descaso para com Minas e os mineiros. O capital estrangeiro é bem-vindo, mas deve promover investimentos locais e permanentes, além de assumir suas responsabilidades sociais.

O que nos une aqui e agora é a certeza de que, com investimentos cada vez menores na indústria, o Brasil, Minas e o Vale do Aço correm sérios riscos. As razões e as causas do atual quadro incluem elementos estruturais, passando por políticas de longo prazo, até chegar a pontos conjunturais como a crise econômica mundial, as deficiências na educação e no desenvolvimento técnico-científico, a ausência de uma política industrial permanente que priorize setores estratégicos e garanta a soberania nacional, a adoção de políticas neoliberais nos últimos 30 anos, o descaso com a infraestrutura, os juros altos e a valorização artificial do câmbio.



O Estado brasileiro, em suas diversas esferas de governo, precisa chamar para si a responsabilidade de resolver essa questão. Recentemente, o governo federal anunciou a segunda etapa do programa Brasil Maior. Várias medidas apontam para o rumo certo, mas são insuficientes e têm caráter paliativo. Sabemos que a maioria das medidas necessárias têm que emanar de Brasília. Contudo, o governo do Estado pode e deve tomar iniciativas regionais. A título de sugestão, cito: a preferência de compras governamentais em empresas localizadas no Estado; o aumento da taxa de investimento público e incentivos aos investimentos privados em infraestrutura; e o fortalecimento da atuação do BDMG.

Portanto, para um debate produtivo, que busque soluções a curto, médio e longo prazos, é preciso pensar e repensar nas grandes causas desta situação e de seu agravamento. Para uma reversão desse quadro mais geral, são necessárias medidas emergenciais, mas que não comprometam o nosso futuro, como: a redução dos juros; a adoção de uma taxa de câmbio condizente com os interesses nacionais; o controle de remessas de lucros e a implementação de quarentena para o capital especulativo; por fim, uma política industrial de controle e substituições de importações.

Certamente medidas como essas e outras propostas fruto do debate vão se chocar com pensamentos conservadores e contrariar interesses poderosos. Contudo é hora de colocar as necessidades de nossa gente em primeiro lugar. E isso requer ousadia e determinação, como ousados são os sonhos que temos, que, com a luta dos trabalhadores, serão construídos. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O locutor - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de questões ou sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário do “Participe Agora”, e pelo 0800. Para melhor organizarmos o debate, ainda durante as falas dos expositores, os participantes poderão encaminhar suas questões ou sugestões por escrito, no formulário próprio que será distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta, para tanto, acessarem o “site” da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o “link” Ciclo de Debates e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 0800-709.2564.

Palavras do Sr. Luiz Aubert Neto

Boa tarde a todos. Agradeço ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, a oportunidade de estar aqui; ao Deputado Celinho do Sintrocél, em nome de quem agradeço a todos os Deputados e políticos aqui presentes; aos companheiros de sindicatos, em cuja luta estamos juntos; aos nossos empresários. Agradeço ao Sr. Olavo, meu amigo, Presidente da Fiemg, que abraçou essa ideia com toda força - obrigado, Olavo -; ao Aginaldo, companheiro de guerra - estamos juntos. Acho que o nosso setor é o que está sofrendo mais por todo esse processo, e o Aginaldo tem-nos acompanhado por todo o Brasil para um debate.

Início dizendo a vocês que eu não tenho dúvida nenhuma de que algo diferente está acontecendo no Brasil. Começamos esse movimento em Porto Alegre, onde compareceram mais de 8 mil pessoas; depois fomos a Santa Catarina, São Paulo, hoje, aqui, em Minas Gerais, e iremos a Curitiba, Manaus, Recife e Salvador. Repito que não tenho dúvida nenhuma, senhores políticos, de que alguma coisa diferente está acontecendo. Quando conseguimos unir trabalhadores, empresários e estudantes, juntos, em torno de uma causa - eu não me recordo de isso ter acontecido no Brasil -, podem ter certeza de que alguma coisa nova está acontecendo. Costumo apresentar uma figura de linguagem: se soubermos da força que unidos temos, seria como o elefante no circo, porque, se soubesse da força que tem, ele levaria o circo todo embora. “Tchau, domador, tchau todo o mundo”.

Se conseguirmos levar este movimento para frente, com propostas, pressionarmos nossos Deputados, nossos Senadores, legisladores, para que possamos transformar este Brasil num Brasil do nosso sonho, com divisão de riqueza, de igualdade, senhores, é este movimento que temos de levar para frente. Não podemos parar aqui. Isso é a nossa luta, é a luta da indústria e dos trabalhadores. Estamos juntos nessa empreitada para um Brasil maior. E a minha palestra aqui, o que apresentarei para vocês, é justamente que tipo de país teremos, se um Brasil-potência ou um Brasil-colônia. Em que podemos transformar este país?

Primeiro gostaria de mostrar-lhes um pouco do que é a Abimaq. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - Abimaq - foi fundada em 1937 pelo sindicato têxtil, e hoje representamos mais de 4 mil empresas no Brasil todo. São 1.500 empresas associadas que pagam voluntariamente para ser sócias da Abimaq, como se fosse um clube. Nem na Alemanha há isso. Hoje 40% das empresas fabricantes de máquinas e equipamentos são associadas da Abimaq. É um recorde que nós, da Abimaq, estamos batendo. O nosso setor gera 260 mil empregos diretos, e abro um parêntese para dizer que é o setor que mais paga na indústria de transformação. O salário médio do nosso setor é de R\$3.000,00, sem encargos, e o tempo médio de estudo no nosso setor é de nove anos, comparado com a Coreia.

Na década de 80 éramos o 5º maior fabricante de máquinas do mundo, hoje somos o 14º; na década de 80 tínhamos no nosso setor mais de 460 mil empregos diretos, hoje temos 260 mil; na década de 80, vejam isso: se pegássemos toda a produção industrial brasileira e comparássemos com toda a produção da Ásia, tirando o Japão, podia-se somar a produção industrial da China, da Coreia, de Taiwan e de todos aqueles países, que não dava a produção industrial brasileira. Hoje, senhores, em 30 anos, representamos menos de 10% deste país. E há uma regra de ouro que o mundo todo conhece, o mundo rico e desenvolvido: não existe país desenvolvido sem uma indústria de transformação desenvolvida, porque é essa indústria que gera conhecimento. E o que é indústria de transformação? É a indústria que pega o minério de ferro e o transforma numa chapa de aço. Vá ver o que é uma usina siderúrgica, o que é esse processo de conhecimento. Tem de levar ao alto-forno, ter o conhecimento de tudo aquilo. Pego essa chapa de aço e a transformo num automóvel. Vá ver o que é uma indústria automotiva. Pego essa chapa de aço e a transformo num avião, num satélite. Quanto mais conhecimento tenho nessa indústria de transformação, mais riqueza gero. Apontem-me um país que tenha uma indústria de transformação forte que seja um país pobre. Não existe. Eles conhecem isso desde 1750, quando veio a James Watt, com a máquina a vapor. Eles importam matéria-prima dos países pobres para gerar conhecimento. Agora me apontem um país rico em matéria-prima que seja rico e desenvolvido. Não existe. Só existe um que deu certo, a Noruega, que tem o petróleo. E o que a Noruega faz?

Por isso é importante a discussão que teremos sobre o pré-sal. A Noruega pega 70% da sua receita de petróleo e investe maciçamente em educação e em quatro setores em que são imbatíveis: eletroeletrônico, próprio da indústria do petróleo, e indústria de papel e celulose. O resto, que depende de “commodities”, não gera riqueza, não necessita de conhecimento. Então, se formos por essa linha, em que hoje 76% das nossas exportações já são matéria-prima, estamos condenando este país a ser eternamente pobre e subdesenvolvido. É isso que quero mostrar-lhes hoje.

Qual é a característica principal da Abimaq? Oitenta por cento dos nossos associados são pequenas e médias empresas, empresas com menos de 150 funcionários, que geram toda essa riqueza que lhes mostrarei. Temos sedes regionais no Brasil todo, são 11 sedes regionais: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ribeirão Preto, Piracicaba, em São Paulo, São José dos Campos e Brasília. Tínhamos um escritório em Beijing, na China, que abrimos há seis anos.

Por que abrimos um escritório na China? “Se tenho concorrente, vamos conhecê-lo lá”. Éramos tão inocentes. Fomos obrigados a fechar o escritório na China porque começou a se tornar o portal do mal. Todos os empresários que levávamos para a China iam buscar representação lá e trazê-la para o Brasil e vender aqui. Aí fomos obrigados a fechar o que chamamos de portal do mal.

Rapidamente falarei sobre o número dos setores porque quero mostrar algo mais à frente. O nosso setor fatura aproximadamente R\$85.000.000.000,00. Até 2008 exportávamos 35% do nosso faturamento. Hoje estamos com menos de 23%, com toda essa invasão, câmbio e juros que mostrarei mais à frente.

Falamos sobre o déficit da balança. Só no ano passado, no nosso setor, o déficit da balança comercial de máquinas e equipamentos foi de US\$18.000.000.000,00. Neste ano bateremos o recorde de novo. Somente nesses dois primeiros meses, o déficit da balança comercial do nosso setor passa de 3,5 bilhões de dólares. Se os senhores entrarem no “site” da Abimaq - aliás, farei aqui a minha propaganda - www.abimaq.org.br, verão que criamos o “desempregométrico”. O que isso significa? Ele é um painel que há na sede da Abimaq de 6 por 4 metros, onde mostramos o seguinte: “Até hoje, dia 12 de abril, o nosso setor já importou R\$6.500.000.000,00 e, com isso, geramos mais de 175 mil empregos lá fora e 60% disso na China”. Repito: emprego de R\$3.000,00 sem encargos e nove anos de estudo. É isso que estamos discutindo aqui.

Quero mostrar para os senhores o Nuci. Aliás, parece um palavrão, mas não é. O que é Nuci? Nível de Utilização da Capacidade Instalada. O que isso significa? Tenho um torno na minha empresa e meço o quanto está sendo utilizado. Quando esse índice está em 85% ou 86%, estou em pleno trabalho, ou seja, trabalhando muito e a minha máquina está lá trabalhando em um turno. Olhem como está hoje esse índice. O nosso Nuci está abaixo de 71% em janeiro. É o pior nível de utilização da capacidade instalada dentro do setor desde 1990. Não tivemos isso nem na crise de 2008 nem em março de 2009, quando chegamos com um Nuci de 75%. Questionam-me: “Calma aí, Luiz. O faturamento do setor não caiu”. Aumentamos o faturamento em 5% em relação ao ano passado. Como aumentamos o faturamento se a minha máquina está parada? Simplesmente importando. Não consigo mais concorrer com os asiáticos em todo o mundo em razão de câmbio, juros e tributo. Conheço o mercado e, então, o que faço? Vou até à China de onde trago a máquina pronta, retiro a plaquetinha do “ching ching ling”, ponho a minha marca e vendo internamente. Para o governo, tudo bem! Continuo faturando e recolhendo os meus impostos, mas não estou fabricando mais, e sim perdendo todo aquele conhecimento da indústria de transformação. Esse é o processo de desindustrialização que estamos levando para todo o Brasil. Além disso, estamos mostrando a importância disso para todo o mundo e todos que estão envolvidos nesse setor.

E o modelo brasileiro? Citarei alguns exemplos para os senhores verem o que está acontecendo com o Brasil. Primeiramente falarei sobre café, conhecimento e geração de riqueza.

O Brasil começou a se tornar mais desenvolvido com a produção do café, a indústria do café. Hoje o nosso país é o maior exportador de café do mundo, café bruto, sem nada. Os senhores sabem qual é o maior exportador de café industrializado do mundo, ou melhor, esse café de sachê que tomamos nessas maquininhas italianas? É a Alemanha que não tem um pé de café. Ela pega o nosso café e o da Colômbia e agrega conhecimento, faz um “blend”, industrializa e vende por 100, 200, 300. Sabem quanto custa um sachê daquele lá? R\$5,00, R\$6,00. Há conhecimento lá dentro.

Falaremos agora da soja. Hoje o Brasil tem a maior produtividade de soja do campo do mundo graças a dois fatores. Um deles é a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa -, um ícone brasileiro e um fator de orgulho do Brasil e que transformou todo aquele cerrado que não valia nada num maior benefício para nós em termos de soja, das nossas máquinas e de plantar e colher.

Hoje, destinam-se à China 76% das nossas exportações de soja. Mas vai o produto bruto. Sabem o que a China está fazendo? Está construindo na Bahia a Sojabras, a maior processadora de soja do mundo. É um investimento de US\$1.500.000.000,00. Não vai entrar um parafuso brasileiro nesse negócio. Como eles vão fazer? Como 70%, 80% da soja bruta é água - chinês tem cinco mil anos de comércio -, sabem o que significa isso? Vão processá-la na Bahia e levar o óleo e o farelo de soja para a China e, em cinco anos de frete, pagam todo esse investimento.

Por que não criamos a nossa Sojabras? Por que o Brasil não faz isso, tipo uma Petrobras? Porque quando vou construir uma fábrica de processamento de soja, faço a conta, e os impostos, os tributos, essa guerra fiscal de impostos, inviabilizam essa construção. Relativamente à soja que sai do Mato Grosso para ir à Bahia, têm-se de pagar ICMS, PIS e Cofins. O empresário que vai construir a Sojabras tem de pagar também ICMS, PIS e Cofins, e isso chega a onerar o investimento em quase 36%. O Brasil é o único país do mundo que tributa quem investe. Chega ao absurdo de ter 36% de impostos em cascata. Quanto maior a minha cadeia produtiva, quanto mais conhecimento agrego, mais impostos pago. São 36% de impostos. Do outro lado, o Brasil premia o capital especulativo com a maior taxa de juros do mundo. Como saímos dessa encrenca?

Vou dar um outro exemplo. O Brasil é o maior exportador de celulose do mundo e por quê? Por causa do nosso clima, Deus é brasileiro, o eucalipto cresce duas, três vezes mais rápido aqui que em qualquer lugar do mundo. Hoje, 95% da celulose brasileira é exportada. Pasmem! Do papel consumido hoje no Brasil, 60% é importado da China. Vão verificar o conhecimento que há em uma fábrica de papel. Foi citada aqui o nome de uma fábrica de papel. Vão verificar o conhecimento que há lá para se fazer uma fábrica. Mando matéria-prima para lá, para importar produto de valor agregado.



Vou falar do algodão. O Agnaldo está aqui. O Brasil é hoje o maior exportador de algodão do mundo. O déficit da balança comercial - corrija-me se eu estiver errado, Agnaldo -, apenas no ano passado, foi de US\$5.000.000.000,00 no setor têxtil. Mando algodão para a China e para a Índia, e importo toda camisa e todo terno. É esse o Brasil que queremos, o Brasil potência-colônia? Depois o Agnaldo terá oportunidade de falar sobre o que está acontecendo com o setor têxtil.

Agora vou falar do pré-sal. Temos o privilégio de ter o pré-sal aqui. Hoje, 10% das exportações brasileiras é de óleo cru. Sabem qual é o maior déficit da indústria de transformação no Brasil? É o da indústria química. O Brasil importa hoje gasolina e resina porque não tem capacidade de processá-las, não há refinarias aqui. Sai caro construir refinaria no Brasil. Por quê? Porque há impostos, é por causa do câmbio. O déficit da balança comercial do setor químico, no ano passado, foi de US\$30.000.000.000,00. Se não tomarmos cuidado com o pré-sal, vamos cair em um buraco. É a doença holandesa, sobre a qual podemos depois discutir.

Em relação ao alumínio, o Brasil tem hoje a maior reserva de bauxita e alumínio do mundo. A bauxita é a matéria-prima para se fazer o alumínio. Há 25 anos, não sai uma fábrica nova de alumínio no Brasil. No ano passado, o Brasil virou importador de alumínio. Por quê? Porque temos a energia elétrica mais cara do mundo, o principal insumo da indústria de alumínio.

A CBA, a maior fabricante de alumínio do Brasil, está construindo uma fábrica no Uruguai, um investimento de US\$800.000.000,00. Por que isso? Porque está fugindo do custo Brasil, porque aqui não dá mais para fazer isso. Só que ela vem pegar o mercado brasileiro. Vão construir no Uruguai, para fazer isso.

Um outro exemplo, é o minério de ferro. O Brasil é hoje o maior exportador de minério de ferro do mundo. O déficit do setor de máquinas e equipamentos é de US\$18.000.000.000,00. Deem uma olhada nesse número ali. O Brasil detém 65% das reservas de minério de ferro. Detemos apenas 2% da produção de aço do mundo. Dá para acreditar em uma coisa dessa? Há toda matéria-prima aqui, todo o conhecimento e apenas 2% da produção de aço. Como pode isso? Como vamos querer que este país seja rico, desenvolvido, com uma estrutura dessa?

Então coloco uma pergunta para vocês: como temos uma Embraer, a terceira maior fábrica de avião do mundo? Quer coisa mais difícil que construir aviões? A Embraer tem 3 mil engenheiros trabalhando todos os dias na tecnologia de informação. Percebem o conhecimento que isso gera? Como conseguimos ter uma Embraer? Porque alguns malucos-beleza acreditaram nisso e colocaram o BNDES para financiar aquilo. Se não fosse o BNDES, a Embraer não existiria hoje. E há ainda quem critique o BNDES. Se conseguimos ter uma indústria aeronáutica do porte da Embraer, dá para fazer qualquer coisa aqui no Brasil. Basta o quê? Vontade política. Basta mudar toda essa estrutura, que está acabando com este país - e ainda falarei sobre juros aqui.

E aqui poderia dar vários exemplos para vocês, mas estou cortando alguns. Irei para a frente. O que fizemos na Abimaq? Estava cansado de falar de China e de câmbio. Então contratamos a Fundação Getúlio Vargas para levantar o que é esse custo Brasil. Quero saber o que é o custo Brasil. Levantem-me esse número. Se alguém se interessar, é um livrinho de 40 páginas, em que estudamos oito itens.

O que é o custo Brasil? Se trouxermos para o Brasil uma indústria alemã que vende um produto lá por 100 euros para vender aqui o mesmo produto, ela o venderá por 143,85 euros. Esse é o custo Brasil. E aqui temos: impostos não recuperados na cadeia produtiva, que representam quase 3% do faturamento; logística, 2%; custo de investimento, 1%; custo dos insumos básicos. Hoje, o aço brasileiro é 30% mais caro que o aço alemão - não é comparação com o chinês, não. Tudo aqui no Brasil é mais caro.

Costumo falar que, quando a 5ª Avenida de Nova Iorque, que é o lugar mais caro do mundo, onde estão as melhores lojas do mundo, está mais barata que qualquer shopping aqui de Minas ou de São Paulo, alguma coisa está muito errada neste país. Basta ver que os sacoleiros trocaram o Paraguai por Miami e Nova Iorque. Ninguém mais sai com mala do Brasil. Compro a mala lá e trago todas as malas cheias de roupas, de tecidos, de tudo isso aí.

Entre os setores de máquinas, equipamentos, que cresceram com a indústria têxtil, o faturamento do setor de máquinas têxteis caiu 78%. Não há mais fabricantes de máquinas têxteis no Brasil. Por quê? Porque importo tudo. Para que vou comprar ou fabricar máquina, se trago tecido muito mais barato de fora?

Isso aqui é o principal. O que é essa taxa de investimento? É a formação bruta de capital fixo. É o investimento que faço hoje e que me traz a riqueza de amanhã. E como ele é formado? Da seguinte forma: 55% com bens de capital - comprando máquina -; 35% com construção civil - por isso os governos investem em construção civil, pois mexe com toda a cadeia produtiva -; e os 10% restantes são outros itens. Então o que é isso daqui?

Meu tempo acabou? Vou concluir. Nos últimos 10 anos, o Brasil investiu apenas 17% do PIB; a América Latina, 18%; o mundo todo, 24%; Rússia, Índia e China, 32%. Só a China, 50%. Vocês querem ver o reflexo disso? É esse quadro aqui - e então encerrarei.

Orgulhamo-nos de ser a 6ª economia do mundo - esses dados não são da Abimaq; são da ONU. Vejam: Ranking de Competitividade em 136 países. Melhor classificação do Brasil: 41º em logística; 76º em telefonia celular; 123º em portos e estradas; e recorde absoluto em taxas de juros. Mas o pior de tudo está no lado direito aqui: ranking social. O que adianta ser a 6ª economia do mundo, se somos os 133º em distribuição de renda, ganhando de Botswana, do Haiti e de outro país africano? E por que isso? Porque não sobra dinheiro para investimento. E sabem por que não sobra? Porque, na minha opinião, o maior câncer que temos aqui se chama taxa de juros.

E vou acabar. Nos últimos 16 anos - 8 anos de governo Fernando Henrique Cardoso e 8 anos de governo Lula -, vocês sabem quanto o governo brasileiro já pagou de juros? Pagou 3 trilhões. Se corrigirmos isso por qualquer índice, o valor passa de 3 trilhões. É a maior transferência de renda que um país já fez para um setor, que é o financeiro. No ano passado, o governo brasileiro pagou 250 bilhões de juros e investiu 21 bilhões em educação e 30 bilhões em saúde.

Como nós, empresários e sociedade civil, com desconto em duplicata, cheque especial e cartão de crédito, somos cobrados? Nem agiota russo cobra o que os bancos cobram. Sabe o agiota russo? Aquele que você deve, traz o dedinho da sua mãe e fala que, se não pagar, ele vai acabar com ela? É isso. Pagamos R\$350.000.000.000,00 de juros. É só entrar no "site" do Banco Central e conferir. Somando isso, não temos ideia, mas dá R\$600.000.000.000,00. Sabe o que isso significa? Significa pegar toda a produção de automóvel, de caminhão, de trator, de máquina, de equipamento, de eletroeletrônico, como televisão, geladeira, fogão, toda a



produção da Abit e da Sindipeças, entregar aos bancos e, ainda assim, faltará R\$150.000.000.000,00. Não sobra dinheiro para nada neste país. São para pagar juros 47% do Orçamento do governo. Enquanto isso, para a educação, são 3%, e 5%, para a saúde. É só sairmos na rua e vermos a consequência disso.

Em repeteito a todos, vou encerrar a minha fala. Tenho outro gráfico importante para mostrar, mas o mostrarei em outro debate. É isso que devemos discutir no Brasil: que País queremos ser. Se é o Brasil potência ou o Brasil colônia. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Quero agradecer ao Sr. Luiz Aubert Neto a brilhante explanação e os dados apresentados. Sabemos que o tempo é curto, mas, mesmo assim, foi possível fazermos uma reflexão sobre o processo de desindustrialização no nosso país. Parabéns, Sr. Luiz Aubert.

Palavras do Sr. Agnaldo Diniz

Deputado Celinho do Sinttrocel, Presidente Olavo e demais componentes da Mesa, não tenho uma palestra escrita para apresentar, pois fiquei sabendo que falaria praticamente neste momento. Então, a resumi neste pedaço de papel em um pequeno lembrete. Falarei também um pouco sobre o setor têxtil no País e o que representa essa indústria, que é a história da industrialização do Brasil.

Muito antes da máquina a vapor, tínhamos a indústria têxtil no Brasil. Somos um setor que emprega 1.700.000 pessoas em empregos diretos. Em empregos diretos e indiretos, há aproximadamente 8.000.000 de pessoas. Somos um setor que, no ano de 2010, apesar de toda a conjuntura adversa, investiu US\$2.500.000.000,00. Somos um setor que, no ano de 2010, faturou US\$65.000.000.000,00 em toda a cadeia. Realmente, sofremos um problema crucial na indústria brasileira, que o Presidente Olavo mencionou e quero enfatizar. Uma semana após a sua posse, o Presidente Olavo fez um painel sobre desindustrialização na Fiemg. Que eu me lembre, aqui em Minas, ele foi um dos primeiros a falar sobre esse tema absolutamente presente na indústria nacional, com repercussões em toda a sociedade brasileira. Temos vários problemas, falamos, por exemplo, sobre a China, que é um grande problema.

Mas a gente tem alguns problemas internos. Falo sempre que não há empresa nem setor competitivo se o País não for competitivo. O que o nosso Brasil precisaria ter feito há 20 ou 30 anos. Estamos correndo atrás do prejuízo de forma neurótica. A indústria nacional como um todo está vivendo isso. Mas não podemos esquecer que a indústria é um elo da corrente, e graças a Deus temos uma dádiva, que é o agronegócio. Dizem que só exportamos “commodities”, e isso é uma pena. Sete “commodities” representaram 49% do volume de exportação brasileiro, mas não vejo isso como excludente. Ter uma “commodity”, um setor de serviço e uma indústria é o tripé que o País deve alavancar.

Tenho uma preocupação muito grande: como vamos suportar esse ato competitivo que há no Brasil? Não adianta muito falar em reforma. Adianta sim, claro, mas não temos mais tempo. Nós, da indústria brasileira - e não só da indústria, pois quem está no serviço e no campo também sofrerá o impacto da desindustrialização -, deixamos de fazer o nosso dever de casa. Não quer dizer que não venhamos a fazê-lo. Precisamos, Sr. Presidente, do apoio político para que possamos agir celeremente.

Há alguns anos participei ativamente do projeto de reforma tributária. Era Presidente o Deputado Sandro Mabel e relator o Deputado Palocci. Tivemos inúmeras reuniões para discutir reforma tributária, reforma tributária, reforma tributária. Acho difícil essa reforma tributária acontecer no Brasil por causa dos interesses difusos. O dólar, o câmbio, o custo Brasil, tudo isso precisamos de atacar. Nós, sociedade, não temos muito tempo para evitar que a indústria chegue a uma situação irreversível. Fazer o transatlântico da indústria voltar à rota do sucesso depois de chegar a uma situação difícil será quase impossível.

Alguns jornalistas falam que nós, do setor têxtil, somos os chorões do dólar e do câmbio. Não podemos esquecer que se trata de um fator de competitividade e de concorrência. Temos um câmbio flutuante, enquanto a China tem um câmbio administrado. Queremos concorrer, mas, de repente, senhores trabalhadores e parceiros da indústria, o Brasil deixa de ser competitivo. O empresário brasileiro não é competitivo. Esse é um detalhe em que temos que pensar urgentemente.

Deputado Celinho, o tempo dos políticos é um, e o tempo dos empresários é outro. Temos que correr de forma célere. O senhor tem uma responsabilidade, pois é um legislador de Minas Gerais, todos nós temos responsabilidade, mas não podemos deixar para a geração futura um país desindustrializado. Não podemos, é um crime de lesa-pátria. Existem anomalias neste país contra a indústria. Por exemplo: estou participando ativamente em Brasília, e recentemente houve uma audiência, das Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos, a respeito da guerra dos portos. Temos que ser competitivos. Qualquer um que queira importar qualquer coisa, uma camisa, um telefone, um “pen drive”, uma tela, paga menos imposto do que se comprar de quem produz no Brasil. São problemas que dependem de vontade política do governo para serem resolvidos. O Brasil é o único país do mundo que dá incentivo para importação, e chama isso de Pró-Emprego. Tive oportunidade de falar para a Presidente Dilma que é Pró-Emprego na China.

É preciso que o trabalhador brasileiro tenha a mesma condição de competir, e só conseguiremos isso se atuarmos juntos. Não nos iludamos, é uma duríssima jornada, e no Brasil existe uma grande e terrível assimetria econômica. O exemplo fático do Luiz Aubert mostrou detalhes, mas não o tenho em mãos para mostrar-lhes. No entanto, precisamos fazer um levante cívico para que este país não seja entregue ao mercado chinês, para que a China não venha aqui usufruir de duas coisas: do nosso minério e do nosso mercado.

Deputado, acho que, certa vez, fui um pouco rude com a Presidente Dilma - o Olavo presenciou o fato -, pois disse a ela: detesto chinês. Acho que eu agi de uma forma não muito correta com a Presidente da República. Entretanto, a China quer que o nosso emprego seja transferido para lá. Para que isso não ocorra, devemos agir e fazer a nossa parte. Temos de fazer as nossas reformas, atacar os juros e investir em educação. Sem ser pessimista, Sr. Deputado, quero dizer que, sem indústria pujante, apesar de termos um País maravilhoso, teremos pouco sucesso.

Veja, Sr. Deputado, o que está acontecendo na Zona do Euro. Qual é o País que está segurando a Zona do Euro? A Alemanha. Por quê? Por causa da indústria e da educação alemãs. Então, país nenhum vive sem indústria. É um grande gerador de emprego de qualidade e de renda. Tive a oportunidade de ver isso, como o Luiz Aubert já falou, pois há dez dias estive em São Paulo, onde havia

aproximadamente 60 mil pessoas, e me foi dada a palavra para falar sobre o movimento Grito de Alerta, voltado à geração de emprego neste país.

Sr. Presidente Celinho, na Casa Legislativa, na Casa do Povo, juntamente com os trabalhadores, com os representantes da classe trabalhadora e com os representantes da classe empresarial, temos condições, se fizermos muito esforço, de reverter essa tendência de desindustrialização, que é inadmissível.

Para terminar, Deputado Celinho, gostaria de dizer que nós, brasileiros, seríamos ingênuos se entregássemos o mercado brasileiro com 200 milhões de consumidores e a nossa capacidade de geração de emprego e renda para outros países que só querem, realmente, o que temos de bom: o nosso mercado e a nossa condição de trabalho.

Este momento, este movimento, com o apoio da Assembleia de Minas, é um passo importante para fazermos essa difícil reversão, ou seja, para fazermos com que a indústria brasileira volte a ser cada vez mais pujante e geradora de emprego e renda para o povo brasileiro.

O Sr. Presidente - Quero agradecer ao Dr. Agnaldo a brilhante explanação, a qual contribuiu muito para fazermos uma forte reflexão sobre as nossas indústrias. Acho que o primeiro papel está sendo feito aqui, na Assembleia de Minas, onde tivemos a felicidade de propor esse ciclo de debates. Se nós, parlamentares, não tivermos a audácia, junto com os empresários e com toda a sociedade, de lutar pelos interesses nacionais, não serão os estrangeiros que farão isso. E uma das questões afetas à defesa dos interesses nacionais é a defesa da nossa indústria. Você está de parabéns. Espero podermos, ao longo do debate, construir propostas para solucionar, a médio e longo prazos, essa situação tão importante. Agradeço ao palestrante.

Palavras do Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha

Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento os componentes da Mesa, assim como os demais participantes deste evento, por meio das eminentes figuras do nosso Deputado Celinho do Sinttrocel e do Presidente da Fiemg, Olavo Machado Júnior.

A Secretária Dorothea deveria estar aqui falando aos senhores, certamente com muito mais competência e acuidade, mas, infelizmente, foi demandada pelo Governador para receber uma missão empresarial e não pôde comparecer aqui. De qualquer forma, vamos tentar cumprir o objetivo de falar aos senhores e às senhoras da nossa percepção como governo de Minas sobre a desindustrialização, que, na prática, mostra-se extremamente presente e, mais do que isso, pede mudanças emergentes.

O Brasil tem sido pródigo nos últimos 500 anos em bancar o amador no jogo de profissionais. Podemos verificar, com a segunda abertura dos postos que aconteceu no início da década de 90, o quão açodados fomos e como quase matamos a economia brasileira. Evidentemente, naquela época, aparentemente o restante do mundo não estava preparado para abrigar essa lacuna que abrimos no nosso mercado e também as oportunidades que propiciamos.

Ocorre que, depois, a nossa pujante economia que se reinventa a partir da base do agronegócio, passando pela indústria e por final pelo comércio e pelos serviços, soube dar a resposta e se aculturou, amalgamou-se aos novos tempos, conseguindo gerar expectativa e esperança. O nosso mercado se modernizou rápida e efetivamente e se tornou competitivo.

Porém, ao longo desse tempo, algumas coisas conspiraram contra, e vamos começar a ver do que se trata. A primeira delas, podemos verificar nesse quadro. O Primeiro Mundo, aqui representado pelos quatro grandes países, mostra claramente uma certa perda de eficiência econômica ao longo do tempo. Ou seja, nos anos 2000, começamos um novo milênio já às portas de uma crise. E essa crise teve o seu ápice entre os anos 2008 e 2009 e culminou, podemos dizer, com uma estabilização em patamares muito abaixo do desenvolvimento do mundo. Isso, na prática, quer dizer redução de mercado e aumento da competição. Só os fortes sobrevivem ou aqueles que se tornam fortes perante as condições que lhes são oferecidas.

Se verificarmos o conjunto dos chamados emergentes, no qual o Brasil se inclui, veremos que Rússia, Índia e China, nossos primeiros contendores, tiveram comportamento igual não só ao do Primeiro Mundo, mas também ao do Brasil. Porém, Índia e China se encontram em um patamar mais elevado. Podemos verificar que o crescimento econômico desses dois países está em um nível muito acima. Se compararmos com o Primeiro Mundo, que está na faixa de dois ou dois e poucos por cento, veremos que eles estão bastante distanciados e ganharam fôlego extra não apenas para cumprir sua agenda de produção e desenvolvimento, mas também para gerar benefícios sociais internos: emprego e renda.

Com isso, eles estão tratando as questões sociais com muito mais competência e disponibilidade de recursos.

Este gráfico está um pouco confuso porque é extremamente completo. Tanto a China como a Índia e os Tigres Asiáticos, que estão na prevalência, e a África do Sul, que desponta em condições de crescimento elevado, conseguem se manter num patamar alto, ao passo que o Brasil se encontra numa curva senoidal muito mais complexa e difícil. Isso caracteriza o ambiente mundial e a forma como o Brasil se encontra inserido nesse ambiente, ou seja, a situação não está boa para nós.

O Luiz Aubert mencionou muito claramente vários fatores, mas reforçarei alguns deles porque realmente têm um significado. Os números comprovam isso. Falamos da chamada guerra cambial e da guerra de juros. Enquanto estabelecemos um patamar de juros extremamente favorável às importações e não às exportações, enquanto mantemos uma taxa extremamente elevada, a China, a zona do euro, a Rússia e o Reino Unido estão num patamar muito acima. O quadro de baixo mostra claramente a diferença entre os juros praticados no Brasil e nessas outras regiões. A diferença mínima fica em torno de 5%, equivalente à margem de resultados de uma empresa. Ou seja, se compararmos uma empresa americana com uma empresa brasileira, veremos que a margem de lucro da primeira equivale ao diferencial da taxa paga pela indústria brasileira. Se as condições fossem isonômicas em termos de custos de produção, ainda assim o industrial brasileiro ficaria em desvantagem, porque paga juros muito superiores aos praticados nos Estados Unidos. Isso retira a capacidade de competitividade da indústria brasileira no mercado mundial. Constatamos, pois, que não somos competitivos para a exportação.

Mas a situação é muito pior. O problema não é a briga lá fora, o problema é que eles vêm brigar aqui dentro e com essa vantagem na garupa. Eles têm melhores condições de colocar seus produtos aqui de forma mais competitiva. Aí, despertamos e começamos a cortar a taxa de juros básica, que é exatamente a mãe de todas as questões. Mas isso está ocorrendo de uma maneira muito tímida e



extremamente tardia. Ainda que tenhamos o BNDES, que nos propicia meios e recursos para investimentos de médio e longo prazos, numa condição subsidiada em relação à taxa brasileira, comparativamente ao que os investidores conseguem lá fora, não há possibilidade de competição. Eles conseguem uma taxa de juros ainda mais barata do que aquela subsidiada pelo próprio BNDES.

Se verificarmos, isso se torna um fator atrativo da vinda de capital externo, porém aquele com o capital de curto prazo, que chamamos de especulativo. Pioram as coisas porque isso deprime a condição de câmbio real e nos joga em um patamar em que o excedente de moeda estrangeira força o câmbio para baixo. Então, artificialmente, ainda temos mais um problema para aguentar como consequência dessa questão dos juros. Deu no que deu: incentivo às importações e desestímulo às exportações.

Vejam bem aqui o caminho da taxa de câmbio. Claramente a tendência dela é declinante. Às vezes tem-se um solução, fruto de uma situação em que emergencialmente, utopicamente se aduz uma política que não é consistente a médio ou a longo prazo, mas, sim, fruto de uma necessidade, de uma urgência, de um atendimento momentâneo que não tem surtido efeito.

Depois de setembro de 2011 continuou o mergulho. Chegamos ao nível de uma cotação do dólar a R\$1,50 - os senhores se lembram disso, pois foi muito recente. Isso tem sido extremamente prejudicial. Alguns alegam: “Não, mas isso propicia a vinda de tecnologia e a compra de bens de capital que vêm pra cá”. Ora, precisamos é de que os bens de capital sejam produzidos aqui internamente e em condições favoráveis para que o mercado interno seja fornecedor e supridor das necessidades do próprio mercado interno.

Repito: precisamos voltar um pouquinho à filosofia sem xenofobismo, e àquela condição para termos profissionais. Os demais países fazem isso. Não adianta nos queixarmos a quem quer que seja, dizendo que existe aí uma política cambial que nos é desfavorável, pois as palavras ficam no ar. Na prática, a sociedade dali não permitirá que aquilo aconteça, porque eles também precisam se erguer. Então se faz como um ouvinte mercador: entra aqui, sai aqui, e clamamos ao vento.

Portanto, o que é necessário é efetivamente termos uma política que permita cuidar do problema internamente. Vejam aqui: a Argentina tem a mesma idade nossa, no entanto o que ela tem feito muito recentemente é impor certas barreiras não tarifárias que têm levado efetivamente à manutenção do nível de produção interna. Foi necessário passar muito tempo até que se despertasse para tal medida, mas, na verdade, aqui ainda continuamos sonhando.

Minas Gerais: saindo um pouquinho da questão do Brasil, como é que nos contextualizamos? Em média, Minas tem sido aquilo que é o País. Em 2008 e em 2011, crescemos igual ao País. No entanto, tivemos dois momentos distintos: 2009, fruto daquilo que aconteceu por sermos fortes exportadores de “commodities”, notadamente de grãos e minérios. Fomos afetados substancialmente mais do que os demais Estados, mas, em 2010, com a inversão da curva, também fomos beneficiados. Isso não quer dizer que a nossa indústria levou vantagem porque, na verdade, ela se encontra em um patamar abaixo dessa média. Se eu medir a economia só pelo desempenho da indústria, veremos que ela se encontra em um patamar menor do que a média do PIB. Aí vemos aquilo que também já foi dito: que progressivamente existe uma concentração na área de serviços e uma perda de participação da indústria. O setor do agronegócio continua mais ou menos como sempre foi, entre 9% e 10%. Isso é histórico. Porém, a indústria vem perdendo espaço para o crescimento do setor de serviços.

Isso mostra claramente - e esse gráfico explica - que as exportações de Minas têm crescido muito. Realmente temos aclamado isso bastante. Por Minas são feitas 17% de todas as exportações do Brasil; o melhor saldo da balança comercial, que tem ajudado a sustentar o superávit brasileiro, vem de Minas. Mas isso não quer dizer grandes coisas. Se eu abrir esses dados, verificarei uma série histórica, desde 2003 até 2011. Vejam bem: a linha dos industrializados está subdividida em semimanufaturados, ou seja, com média agregação de valor; e em manufaturados, que teriam maior valor agregado. Ambos vêm em queda vertiginosa. Se olharmos a composição das exportações brasileiras, veremos que o Brasil perde menos do que Minas. O impacto dessa desindustrialização, Presidente Olavo, está acontecendo com muito mais rigor em Minas Gerais do que em outros lugares. Acho que esse gráfico deixa isso bem claro.

Os principais destinos de exportação - aqui vem um pouco o discurso de tratar com reciprocidade - têm sido China e Taiwan. Isso não quer dizer nada, porque eles continuarão comprando do mesmo jeito, eles precisam dessas “commodities”. Isso não é vantagem nenhuma, pelo contrário, quer dizer que deveríamos nos aproveitar dessa necessidade e também formar certa proteção para nossa indústria. Não podemos entregar mercado, não podemos entregar toda uma atividade econômica extremamente importante para a formação de capital e de conhecimento para terceiros. Essa não é uma atitude nacionalista favorável; é claramente desfavorável para nossa brasilidade.

Se analisarmos a pauta brasileira e elencarmos os 10 primeiros produtos exportados, praticamente não veremos nada de agregação de valor. Essa realidade vale, da mesma forma, para bens do Estado de Minas Gerais, e talvez com muito mais rigor. Quando analisamos as importações, a situação muda de figura. Vocês verão isso. Automóveis com motores e outras coisas - três categorias diferentes - estão entre os 10 primeiros. Estamos sendo inundados por produtos de terceiros. Sorte de Minas, que ainda tem uma Fiat competente, que está conseguindo ainda manter nicho de mercado. Mas o resto é “commodity”.

Conclusões. Como fazer para enfrentar essa circunstância? Criar condições para que o investimento produtivo seja estimulado. Acho que o plano Brasil Maior traz algum alento, mas não é solução. Falta muito o que fazer. Precisamos olhar para a questão da proteção da indústria nacional de forma muito mais vigorosa. Com isso, estaremos também protegendo os empregos, gerando outros tipos de riqueza e uma cadeia produtiva, que é extremamente importante não só para o País como também para o Estado.

Apostar em tecnologia e inovação. Foi dito aqui que a Noruega o faz com muita competência. Dos 70% que o Luiz Aubert citou aqui, na Noruega, foi feito um fundo que aplica pesadamente no conhecimento e no apoio a esses setores que fazem diferença em valor agregado. Com isso, eles conseguem constituir empregos de qualidade, com alta remuneração, porque conseguem promover um desenvolvimento social muito mais equânime, linear.

Aplicar maiores recursos em educação. Sim, especialmente de base e profissionalizante. Estou terminando. Investir de forma maciça na preparação de profissionais de nível superior no âmbito científico e de gestão. Só a China forma por ano 40 mil doutores e pós-doutores. Só agora começamos, timidamente, um programa dessa natureza.

Outro ponto seria a recuperação da infraestrutura e a melhoria da logística para o escoamento da produção. Não é possível mais, em cima das parcas estradas que temos, notadamente em nosso Estado, pensar que vamos ter um aumento de produção e conseguir escoar onde caminhões competem com carros. Não é possível que isso aconteça.

Para concluir, da parte do governo mineiro, alguma coisa está sendo feita. Preparamos alguns fundos estaduais, inclusive um fundo de atualização para trabalhar junto com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, de tal forma a atingir o máximo possível de empreendimentos com valores similares aos do BNDES. Não conseguimos baixar isso, porque é necessário que haja uma redução da taxa Selic para conseguirmos chegar até lá. Outros mecanismos também estão sendo usados. Alguns setores estão sendo atendidos mais topicamente com desonerações.

Há várias outras iniciativas, como o PEP, que é voltado para o ensino profissionalizante, por meio da Secretaria de Educação. A Secretaria de Ciência e Tecnologia também está distribuindo um volume muito maior de bolsas para formar profissionais no exterior e até internamente. Também estamos fazendo um esforço enorme para dotar de melhor infraestrutura o Estado, mas é necessário que tenhamos o concurso do governo federal nos auxiliando nesse mister.

Agradeço a paciência e a oportunidade. Parabenizo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela iniciativa. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Marco Antônio, parabenizando-o pela brilhante explanação. Agradecemos as sugestões recebidas até agora pelo telefone e pela internet. Agradecemos a manifestação, por “e-mail”, de Alexandre Gonçalves Araújo, da cidade de Uberaba.

Quero transmitir a todos os presentes, a todo o povo mineiro, que o Presidente da Assembleia Legislativa acabou de receber um telefonema do Presidente da Usiminas, garantindo que o escritório da Usiminas fica em Minas Gerais.

Palavras do Sr. Gilson Luiz Reis

Cumprimento o Deputado Celinho do Sinttrocel, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa, empresários e estudantes. Registro aqui a importância do primeiro mandato de um sindicalista nesta Assembleia, o qual tem contribuído muito com esse debate dos trabalhadores. Acho muito importante ocupar este espaço para avançarmos nessas discussões. Cumprimento todos os dirigentes sindicais. São dezenas que participaram, vieram de todo o Estado de Minas Gerais, das centrais sindicais, do sindicato. Isso é fundamental para que possamos estabelecer esse diálogo maduro entre capital e trabalho e construir uma alternativa concreta nessas relações e na construção do nosso país.

Primeiramente, esse encontro representa a maturidade do movimento sindical dos trabalhadores e dos empresários na construção de pontos que possam provocar a convergência de nossas opiniões e construir uma saída para os problemas enfrentados, tanto na produção e no emprego como nas relações sociais existentes em nosso país. Queria apenas deixar registrada essa questão, que me parece fundamental.

Mais importante do que termos iniciado hoje, na Assembleia Legislativa, este ciclo de debates, é o entendimento de que esse é o primeiro passo. Não podemos nos contentar com a atividade que realizamos agora e deixar de lado o nosso diálogo e a nossa possibilidade de debater e construir, a partir de hoje, alternativas concretas para enfrentarmos os problemas que estamos enumerando aqui e vamos continuar a enumerar. Ou seja, este não pode ser um ato que se encerra em sua inauguração; que seja algo de longo prazo, de fôlego longo. Que tenhamos a possibilidade e a capacidade de sentar à mesa e discutir os nossos problemas, com responsabilidade e espírito cívico, na intenção de construirmos os objetivos estratégicos para o nosso país. Assim, este é o primeiro passo de uma longa caminhada que precisamos empreender no próximo período.

Lembrando que milhares de trabalhadores acompanham este debate em todo o Estado de Minas Gerais, é importante ressaltar que essa unidade representa, como eu disse anteriormente, a maturidade. É lógico que não vamos superar aqui todas as contradições entre capital e trabalho, que são inerentes a eles e vão continuar a existir. A luta entre capital e trabalho é histórica, intrínseca às relações sociais e políticas. Mas o que estamos dizendo é que, mesmo com essas divergências, é possível construir alternativas que aproximem o pensamento dos movimentos sindicais mineiro e brasileiro, para que possamos estruturar de forma madura essas nossas relações. Portanto, é preciso sinalizar que estamos discutindo pontualmente questões que dizem respeito à produção e ao emprego, e é necessário que façamos esse diálogo em alto nível, esquecendo-nos temporariamente das contradições que existem e vão continuar a existir entre capital e trabalho.

Há uma primeira questão que me parece importante e que foi sinalizada por todos os componentes da Mesa. É fundamental que resgatemos, na história do nosso país - e o Secretário acabou de nos brindar com esse assunto em sua fala -, a origem do que estamos chamando de desindustrialização do País. Parece que há, entre todos os que se manifestaram, uma opinião comum: a desindustrialização no Brasil não se inicia em 2011 ou em 2012. A compreensão de todos é que isso ganha um vulto importante no Brasil a partir dos anos 90 do século passado - foi o que todos disseram aqui.

Mas por que isso ocorre a partir dos anos 90? Não terei tempo de me aprofundar nesse tema, que mereceria uma discussão mais detalhada, mas foi exatamente a adoção, nos anos 90, no Brasil, do que chamamos do projeto neoliberal, que criou vários mecanismos que nos trouxeram à situação em que estamos hoje. Apenas para dar alguns exemplos, sem me aprofundar no tema, vamos lembrar que, nos anos 90, os juros chegaram a 48% ou 50% em nosso país, no chamado Plano Real. Vamos lembrar da paridade com o dólar naquele período, quando ele chegou a R\$1,00 e até a menos do que isso. Vamos lembrar que abrimos o mercado brasileiro para os produtos internacionais, de forma completamente irresponsável naquele período - o pão de queijo Forno de Minas e o café Minas Rio, por exemplo, foram comprados por uma empresa israelense e uma empresa francesa. Então, temos um marco histórico nesse processo de desindustrialização, com a abertura indiscriminada do capital brasileiro, da economia brasileira, cuja consequência são os efeitos que estamos sentindo hoje.

Ora, ao contrário do que vivemos nos anos 90 no Brasil, o que parte do mundo fazia então era uma economia planejada, que se colocava nos objetivos estratégicos de se pensar na economia daqueles países após 20, 30, 40 anos - estamos falando de Taiwan,

China, Índia, Rússia e mesmo dos países centrais, que nunca abdicaram da sua capacidade de planejar minimamente as suas economias. Nós, na onda liberal dos anos 90, das privatizações, privatizamos tudo, até a infraestrutura: portos, rodovias, ferrovias. Achando que essa seria a redenção do Estado Brasileiro, abandonamos um projeto estratégico de nação e vivemos as consequências hoje. Acho que esse debate tem de ser feito, porque a história não pode ser rasgada e esquecida, como se fosse algo que não ocorreu. Isso ocorreu e nos coloca um desafio: retomamos, hoje, outro projeto de nação, e esse projeto precisa ser posto em evidência.

É aqui que colocam o nosso processo de convergência. Estamos atacando algumas questões que nos parecem importantes estratégias daquilo que o movimento sindical de trabalhadores e empresários têm discutido nesse período. Por exemplo, a política de juros. Não é possível que a taxa básica de juros do Brasil continue sendo a maior do mundo, ou mesmo o “spread” bancário, porque é preciso ser feito investimento na economia brasileira. Isso feito, há possibilidade de ter dinheiro mais barato para investir na economia nacional.

Da mesma forma, a política cambial. Há quem diga que ela tem de ser flexível, como foi a origem da política macroeconômica, juros, câmbio e ajuste fiscal dos anos 90. Está certo, o Brasil tem de ser um país aberto. E muitos bateram palmas para isso. E estamos vendo agora a consequência disso para o nosso país, para a indústria, para o desenvolvimento, para tudo que vivemos hoje. Então, isso nos faz convergir. Nós queremos reduzir juros da economia básica do Brasil, e esse discurso nosso não é de hoje, mas de muito tempo. Achamos também que é preciso haver um certo controle do fluxo de capitais. Qualquer país, na sua história, em todo o mundo, que estiver em momentos de processo de industrialização tem de ter um certo nível de controle ou talvez um controle completo do câmbio.

Ontem à noite, li no “Informe Econômico” que, só com as medidas de IOF que o governo tomou, de 6%, no capital que estava chegando ao Brasil, no mês de março, US\$350.000.000,00, não entraram para especular a moeda brasileira e essa flexibilidade do câmbio no Brasil. Então, essas questões, esse desafio nos coloca no sentido de convergirmos para aquilo que achamos importante: política de juros, política cambial, a estruturação do Estado brasileiro, a discussão em torno do projeto de infraestrutura que foi abandonado. A indústria brasileira foi destruída, por exemplo, a indústria naval, que já foi a 2ª maior do mundo e foi destruída nos anos 80, nos anos 90. Dessa forma, creio que isso nos apresenta uma reflexão. E creio que hoje estamos maduros, tanto o movimento sindical como os empresários e o governo, no sentido de discutir as alternativas apresentadas para o Brasil.

Estamos aqui convergindo para questões fundamentais e na discussão sobre a desindustrialização no Brasil; ao setor da indústria de transformação, principalmente dos bens de consumo, que tem sido atacado de forma violenta em função do mercado muito competitivo e muito bem planejado externamente. Temos sido atacados também na produção de bens de produção. Como exemplo de bens de produção, o Brasil era exportador de tecnologia na área de telecomunicações nos anos 70, anos 80, até os anos 90. Privatizou-se o setor de telecomunicações do Brasil. Exportávamos ciência e tecnologia, construímos o Centro de Tecnologia em Campinas nos anos 60, 70. Ocorre que, com a privatização, nós importamos ciência na área de telecomunicação da Espanha e de outros países do mundo. Então, é isso que representou para o Brasil esse processo de destruição da economia na perspectiva. Ora, se estamos discutindo então que há problemas, é preciso proteger o emprego no Brasil, o setor têxtil, que me parece ser um problema de competição irregular, porque há diferenças no mercado.

Agora, como eu disse inicialmente, é preciso construirmos um pensamento único. Para repensar para além da desindustrialização no Brasil, nós precisamos discutir um tema importante: a reindustrialização nacional. Vejam que, por estarmos falando dessa economia da indústria nacional que vem sendo atacada pelas grandes potências de produção, é que nós precisamos repensar em qual nicho de produção, na chamada divisão internacional do trabalho, vamos nos situar. Tudo bem produzir camisas, sapatos, minério, essas coisas que produzimos, da economia industrial do século passado, ou nós vamos pensar que a economia brasileira, a indústria brasileira, precisa se restabelecer em outro patamar, o que nós chamamos de indústria tecnológica? Ou seja, a indústria vai agregar valor a partir da ciência e tecnologia e nós poderemos construir, nesse processo histórico, de forma planejada, para daqui a 20 anos, 30, 40 anos, os nichos de produção industrial que o nosso país vai ocupar nessa situação internacional, nessa divisão internacional do trabalho. Parece-me ser esse o maior desafio colocado nesse cenário internacional.

Porque ou fazemos essa discussão de forma aprofundada e sob o ponto de vista de projeto nacional, ou podemos ficar patinando em questões meramente conjunturais. Acho importante o anúncio da Presidente Dilma, nos últimos dias, no Plano Brasil Maior, a questão de IOF, os R\$68.000.000.000,00 para investimento na economia, agora o “spread” bancário, a própria Selic diminuindo, o setor automotivo. Lembro que o saudoso Juscelino Kubitschek, quando trouxe a indústria automobilística para o Brasil, nos anos 50, trouxe com a condição de que a produção de peças fosse nacional. Abandonamos isso nos anos 90 também. Privatizamos as principais indústrias de autopeças do nosso país, entregando-as ao capital internacional. A cadeia produtiva do setor automotivo está também no Plano Brasil Maior, para resgatar parte da indústria nacional de produção de equipamentos do setor industrial automotivo. Isso tudo está colocado, mas, se não tivermos uma visão de futuro, estaremos simplesmente discutindo questões conjunturais e não vamos aprofundar e avançar naquilo que precisamos fazer, que é a construção deste país.

Dizia aqui o representante da Abimaq que nosso país produz avião, e não foi porque duas pessoas iluminadas falaram para produzir avião, mas porque houve uma decisão de governo. Vamos produzir avião, tecnologia, para desenvolvermos capacidade industrial nesse patamar. E temos capacidade de desenvolver na área de TI, de telecomunicações, de nanotecnologia, de biotecnologia, em várias áreas de produção científica. Mas, para fazer isso, é preciso algo que não estamos vendo no cenário internacional, que é o investimento em educação.

Estava vendo os dados do representante do governo, e é inacreditável - sou Presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais e Presidente da CTB - como o nosso Estado de Minas Gerais e como o governo federal tratam a educação como questão secundária. Não investimos 5% do PIB em educação em nosso país. Estamos agora disputando, no Plano Nacional de Educação, o investimento de 10% do PIB em educação. Ora, vamos falar da China? Cem milhões de chineses estão agora na universidade pública chinesa, estudando de manhã, à tarde e à noite, para se formarem como protagonistas do desenvolvimento da ciência e tecnologia. No Brasil temos 5 milhões, 6 milhões de estudantes, sendo que 75% estudam em escolas privadas, que não são universidades, mas



escolas de formação técnica de profissionais. Não tem ciência, não tem tecnologia, não tem investimento em extensão, não tem nada. Moramos num Estado onde não há uma universidade. Em São Paulo há a Unicamp, a USP, e em Minas Gerais não temos uma universidade.

Para falar da dimensão de uma universidade. Temos aqui a Uemg e, em Montes Claros, a Unimontes, mas não podemos considerar isso, porque não existe investimento do Estado na produção de ciência e tecnologia. Não podemos falar em agregar valores da produção industrial mineira. Oitenta e cinco por cento da economia mineira consiste na siderurgia, no agronegócio e na exploração mineral. Ora, não é possível mais pensarmos a terceira maior economia do País focada em três setores de produção que são, na verdade, “commodities”. Ora, se pensarmos seriamente no desafio colocado diante de nós, trabalhadores, empresários e governo, temos de perguntar qual é a parcela de contribuição de cada um de nós nesse projeto. Qual é a participação do governo de Minas Gerais nesse novo projeto nacional? Ou vamos continuar achando que é suficiente exportar minério para a China e comprar, muitas vezes, aço da China para produzir nossos automóveis aqui? Penso que esse não pode ser o futuro de Minas nem do Brasil. Por isso essa questão está colocada para nós como um desafio importante.

Nós, do movimento sindical, compreendendo a importância deste debate, estamos abertos ao diálogo, mas também temos preocupações com o que está sendo feito. Dizia aqui meu companheiro Reginaldo, da CNTI, da Nova Central, sobre a situação que vivemos no mercado de trabalho e a desoneração da folha. Ora, desonerar folha pode ser um mecanismo importante para aumentar a produtividade, aumentar a produção no Brasil, liberar energias na produção, mas vivemos a vida toda discutindo problemas de falta de dinheiro para a previdência, em fazer reforma da Previdência, em destruir a Previdência, e agora tiram R\$8.500.000.000,00 da Previdência. É lógico que vão instituir imposto para repor o dinheiro, mas não temos compreensão de que isso possa ocorrer.

Se não ocorre, será mais uma reforma da Previdência e um ataque aos direitos dos trabalhadores? Penso que não. Se há uma união no intuito de construir um projeto estratégico, todos têm de ganhar. Então não é para um setor ganhar e outro perder. É preciso compreender esses dilemas apresentados em torno da relação de trabalho. Por exemplo, há desoneração? Sim, mas também uma situação no mercado de trabalho no Brasil que precisamos discutir. Todos os anos 25% da mão de obra no Brasil é demitida. Na verdade, é um dos países que mais demite trabalhadores - aliás, demite muitas vezes trabalhadores com valor x para contratar com valor x menos 20, x menos 30. No Brasil, 30% dos trabalhadores ainda não têm carteira assinada, ou seja, não foram formalizados de maneira decente no mercado de trabalho.

Se estamos discutindo a desoneração da folha, qual é a contrapartida para o trabalho? Qual é a contrapartida na questão do valor do custo? Há muita discussão sobre o valor do custo da mão de obra no Brasil. O valor médio do salário praticado no Brasil na indústria é de US\$5,00, enquanto na Alemanha são US\$37,00, e nos EUA US\$25,00. Então o que estamos dizendo é que o mercado de trabalho no Brasil e as relações de trabalho ainda são muito precários. É preciso melhorar e abrir esse diálogo. Melhorar salário é melhorar o mercado interno. E melhorando o mercado interno, melhora-se a produção, o comércio e o giro da economia nacional e mineira.

O Deputado Celinho foi um dos precursores dessa luta da construção do piso salarial regional. Minas Gerais, um dos seis maiores Estados do País, é o único que não tem um piso regional. E olhem que não é muito grande. Estamos parados. Deve estar engavetado em alguma mesa da Assembleia Legislativa. Devemos recuperar esse debate no Estado porque o mercado interno e a massa salarial criarão as possibilidades para retomarmos esse projeto estratégico de desenvolvimento no nosso país.

Quanto a essas questões que apresento como desafiantes para o trabalho, a indústria e os governos nacional e estadual, nenhuma das partes pode ser omissa. Estamos assumindo. Como disse o companheiro da Abimaq, é um momento histórico e algo está acontecendo em nosso país. Considero também isso. Existe abertura de diálogo, possibilidade de construção e necessidade de fazer o que estamos fazendo? Sim. Agora devemos sentar-nos à mesa, discutir, debater e estabelecer que precisamos repensar o Brasil de forma estratégica e planejada para os próximos 20, 30 anos e conjuntamente estabelecer essas relações que estão sendo colocadas. Além disso, pensar que não podemos esgotar essas relações e duras penas construídas e cada um aproveitar-se de forma oportunista das condições históricas apresentadas e não pensar no futuro. Então devemos pensar nas próximas gerações de brasileiros, de trabalhadores industriais e do povo brasileiro e construir uma alternativa real e concreta para a construção deste Brasil grande - aliás, ele um dia será com certeza, porque temos potencial em todas as naturezas para fazer isso e teremos capacidade intelectual, científica e de produção e articulação para construir esse futuro que temos de construir.

Parabéns aos trabalhadores de Minas Gerais, aos empresários e a todos os setores. Esperamos que o governo de Minas some forças num esforço nacional da Presidente Dilma e que, em forma conjunta, construamos alternativa estratégica de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Companheiro Gilson, parabéns pela brilhante explanação, que também contribui muito para que continuemos com este ciclo de debates.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Além disso, pedimos também que entreguem antes a sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Informamos aos participantes que, após o evento, a apresentação dos palestrantes estará disponível no “hotsite” do Ciclo de Debates, que pode ser acessado por meio do “site” da Assembleia Legislativa, www.almg.gov.br.

Informamos, ainda, que a publicação da ata deste ciclo de debates será feita no “Diário do Legislativo” do dia 20 de abril, sexta-feira. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões deste ciclo de debates, esclarecemos que a reprise será exibida pela TV Assembleia no dia 21 de maio, segunda-feira, às 8h30min.

Debates

O Sr. Presidente - Convido para fazer uso do microfone o Sr. Gustavo Persichini, da AMM.



O Sr. Gustavo Persichini - Boa tarde, Deputado Celinho, que preside este evento. Fiz parte da Mesa que iniciou os trabalhos. Saúdo V. Exa., em nome de quem saúdo todos os demais participantes presentes. Meu nome é Gustavo Persichini. Sou Superintendente-Geral AMM. Nós, dos Municípios, estamos presentes neste evento por uma razão muito simples: quando se fala em emprego, fala-se necessariamente em cidadão; quando se fala em cidadão, fala-se necessariamente em Municípios, porque é ali que o cidadão vive. O cidadão não tem contato direto com a figura estranha que se chama União; não tem contato direto com a figura ainda imaginária, que se chama Estado. Entretanto, com o Município, sim. Ele se encontra com o Prefeito todos os dias, na farmácia, na padaria, enfim, em vários lugares. Ali ele cobra diretamente o resultado a que se propõem as políticas públicas em âmbito local.

A AMM, com seus 60 anos, é uma parceira de muitas entidades representadas aqui. É parceira da Fiemg, da Assembleia Legislativa, do governo do Estado e desenvolve, por meio de sua capilaridade, uma repercussão, faz reverberar muitos assuntos que cotidianamente surgem em nível nacional, estadual e outros. Realizamos um trabalho de formiguinha, por assim dizer, para fazer chegar a todos os Prefeitos, a todos os legisladores municipais, informações importantes, como as que estão sendo debatidas aqui hoje.

Ao se falar de um programa como este, um grito de alerta em prol da industrialização e contra a desindustrialização, é importante que destaquemos que muitas das ações que estão sendo propostas têm também um impacto direto na vida dos Municípios. É muito importante, Sr. Presidente, aliás, solicito singelamente que o tempo não me seja cerceado neste momento, porque, quando falamos das propostas que estão sendo feitas em torno da industrialização, da luta pelo emprego, é importante, sim, que uma associação de Municípios, que representa os 853 Municípios de Minas esteja presente. Em Minas Gerais, somos costumeiramente ordeiros, hospitaleiros, recebemos bem todas as iniciativas. Mas não somos omissos. Não nos calamos quando identificamos ou deparamos com algum tipo de injustiça. Assim, Presidente Olavo, apoiamos todas as ações propostas, com uma pequena ressalva em relação a um ponto específico.

Quando se fala em desoneração de impostos federais e estaduais, temos de ter um olhar muito atento para esses pontos. Recentemente, tivemos medidas implementadas pelo governo federal de desoneração do IPI para a chamada linha branca, que foi estendida agora para outros setores, como laminados, móveis e outros. A medida implementada pelo governo federal, senhores e senhoras presentes e os que nos ouvem neste momento, não é paga única e exclusivamente pelo governo federal. É paga pelos Municípios. A desoneração desse tipo de imposto recai nas costas dos gestores municipais, porque o Fundo de Participação dos Municípios, o IPI Exportação, o ICMS, recaem sobre as contas municipais, que têm os seus recursos reduzidos. Nosso apoio será forte com esse objetivo. A nossa mobilização, Sr. Presidente, será forte. Faremos chegar a todos os gestores municipais as medidas em prol do emprego e da reindustrialização deste país. Mas não podemos deixar de observar que o que recai nas costas dos Municípios tem de ser olhado, para que não tenhamos uma conta sendo paga injustamente do outro lado, por esse ente da Federação.

Para exemplificar, de dezembro a março, tivemos R\$13.000.000,00 renunciados para os Municípios e, de abril a junho, R\$18.000.000,00 renunciados.

Conte com o nosso apoio incondicional na AMM. Todos os gestores saberão que essas medidas que aqui estão sendo implementadas devem repercutir em todo o Estado. Mas gostaríamos de pedir uma atenção especial para que não recaia sobre este ente fraco da corrente, os Municípios, essa desoneração e essa queda de recursos. Muito obrigado a todos e agradeço a gentileza.

O Sr. Presidente - A segunda intervenção é de Edson Ferreira da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores de Ipatinga, que faz a pergunta: "Por que o fantasma de uma economia baseada na produção e exportação de produtos?", direcionada ao Dr. Aguinaldo Diniz.

O Sr. Aguinaldo Diniz - Edson? Quem é o Edson? Pelo que posso entender dessa pergunta, acredito que produção e exportação são componentes importantíssimos de uma economia, mas deve haver um equilíbrio. O que está acontecendo no Brasil, por vários motivos já expostos aqui, é que existe um "gap", onde a competitividade Brasil, por todos esses problemas levantados, está fazendo com que haja mais importação que produção. É justamente o problema do fantasma - utilizando a palavra do Edson - de uma desindustrialização. Realmente isso não é bom para um país. Como falou o líder dos Municípios, não é bom para os Municípios que haja esse desequilíbrio - e isso ocorre no geral. E o Brasil está perdendo esse equilíbrio, tendo em vista o déficit de US\$93.000.000.000,00, que foi colocado e que existe na indústria de transformação. Isso representa muito emprego. Então, podemos chamar isso de um desequilíbrio nessa economia: mais importação com menos exportação.

O Sr. Presidente - Convido Rafael Leal, da UEE, para fazer sua intervenção e, a seguir, peço para se aproximar do microfone João Pedro da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga - Sindipa.

O Sr. Rafael Leal - Boa tarde a todos os presentes: trabalhadores, empresários, estudantes e ao Deputado Celinho do Sinttrocel.

Deputado, é muito importante que este debate seja mais permeado pelos âmbitos políticos. Para começar minha intervenção, eu diria que, para além dos termos técnicos, a luta contra uma desindustrialização e por uma reindustrialização é pela garantia da soberania nacional, do desenvolvimento nacional. E essa luta coloca algumas contradições do Estado brasileiro em evidência, as quais permearam os 500 anos de existência deste país.

Foi colocada pelo companheiro da Abimaq a contradição entre colônia ou potência. O Brasil tem uma grande riqueza natural e uma grande possibilidade de ser uma grande potência, mas, por eventuais interesses estrangeiros, ainda não conseguimos nos tornar essa potência. Faço coro com o Gilson: tivemos uma das piores décadas em 90, quando diversos setores foram privatizados, desvalorizando nossa indústria. Essa década apresentou uma agenda diferente para o desenvolvimento do nosso país.

E agora chegamos em um momento histórico, quando trabalhadores, estudantes e empresários se unem em uma causa que tem convergência e que é pela reindustrialização e pela defesa do emprego e da indústria nacional. Nesse sentido, devemos travar uma dura luta contra o capital especulativo e o capital financeiro.

A luta pela diminuição de juros é uma das principais lutas que todos nós devemos travar. Hoje se pagam 60% do PIB em juros e amortização da dívida pública. São quase R\$600.000.000.000,00, enquanto na educação se investem apenas 4% do PIB. No Estado de Minas Gerais, não temos uma universidade que produza ciência e tecnologia e consiga agregar valor aos nossos produtos minerários.



A UEE está apresentando um projeto aos Deputados desta Casa, e fizemos uma audiência pública sobre o projeto de emenda constitucional, a PEC do Minério, para que se crie um fundo social - e contamos com o apoio do Deputado Celinho do Sinttrocel - com dinheiro proveniente da exploração do minério para se investir em ciência e tecnologia na universidade, a fim de agregar valor aos nossos produtos minerários e para construirmos uma Minas Gerais que seja uma potência tecnológica, para construirmos um país que seja referência, não em importação de “commodities”. Se hoje o Brasil é a 6ª economia mundial exportando grãos, minério bruto e diversas “commodities”, imaginem se investirmos maciçamente na ciência e na tecnologia, nas universidades e na indústria de transformação. Temos tudo para sermos uma grande potência, desenvolvida, socialmente justa, que garanta direitos democráticos aos trabalhadores e ao seu povo. Mas, para isso, companheiros, enfrentaremos forças conservadoras muito fortes.

O CQC esteve nesta Assembleia para dizer que ela gasta muito e para criticar o investimento no Estado, no instrumento público de fortalecimento da democracia, mas não faz crítica ao maior roubo que é feito nos cofres públicos brasileiros: o pagamento de 46% do PIB, cerca de R\$600.000.000.000,00, para banqueiros. Além disso, não denunciam que o País está passando por um processo drástico de desindustrialização. Esse movimento, companheiros, deve ecoar gritos muito mais fortes.

A UEE fará um ciclo de debates nas principais universidades a fim de levar - e sintam-se todos convidados - esse debate para dentro da academia. É preciso travar uma luta nos lugares onde são produzidos muitos economistas e financistas que só pensam no capital financeiro. É preciso travar esse debate lá dentro. Devemos levar esse debate a todos os cantos de Minas Gerais, porque os setores conservadores do capital financeiro têm força e têm, nessa luta política, por enquanto, muita força. Devemos acumular força para baixar os juros e fazer com que ganhem nesse pêndulo da balança os trabalhadores, a indústria nacional, a produção e a constituição de um Brasil soberano economicamente e justo socialmente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - João Pedro da Silva, do Sindipa, está presente? Cristiane de Souza Machado, da UJS - União da Juventude Socialista - pergunta ao Dr. Marco Antônio quanto se gera de emprego e o que pode melhorar em quedas de impostos no Estado?

O Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha - Quanto à geração de emprego, na realidade, Minas Gerais desponta no cenário nacional como um Estado ímpar, talvez com a taxa mais baixa de emprego: algo na ordem de 4,9%. Até agora, Minas tem gerado, na média dos últimos três anos, algo na ordem de 300 mil empregos anuais. Evidentemente, ainda não estamos satisfeitos com isso. Por quê? É necessário que se faça investimento em empregos de qualidade. Melhorar a condição do empregado é investir nele, capacitá-lo e remunerá-lo à altura do que efetivamente ele pode dar em abrigo às empresas para as quais trabalha. Evidentemente, depende muito do esforço, não apenas do governo, mas de vários entes que têm nos ajudado na capacitação.

Gostaria de destacar o Senai, que pertence ao sistema Fiemg e que tem feito um esforço enorme para dotar o Estado da mão de obra necessária para aqueles novos investimentos que aqui estão acontecendo. Assim como outros entes que têm nos auxiliado bastante, por meio de cursos profissionalizantes. Basicamente, hoje o governo de Minas tem apoiado isso por meio do Programa de Educação Profissional - PEP -, que permite capacitar cerca de 30 mil pessoas por ano, comprando vagas em cursos específicos para dotar essa mão de obra de maior eficiência e maior qualidade.

O Sr. Presidente - A última pergunta é do Sr. Francisco Rubió, do Partido Pátria Livre, para o Subsecretário Marco Antônio. (- Lê:) “A taxa de juros Selic vem sendo mantida nas alturas, sob o argumento de inibir a demanda e equilibrá-la com a disponibilidade de bens e serviços. Isso parece ser um ponto de vista do capital financeiro. Do ponto de vista da produção, o foco da ação do governo não deveria ser o aumento de produção ao invés de remunerar o capital financeiro?”

O Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha - A produção está diretamente ligada às condições oferecidas pelo meio ambiente. À medida que tenho uma taxa de juros atrativa e compatível, em termos de prazo para o investimento a ser feito, maior é a condição de outros investimentos seguirem na mesma direção. Teremos novos investimentos se tivermos condições favoráveis. O Brasil tem uma longa tradição de bancos de desenvolvimento que têm permitido alavancar, principalmente, o setor industrial brasileiro. Acreditando que essa é a base produtiva que precisa ter todo país que emerge e quer ser grande um dia, o Brasil tem apoiado e apostado muito nessa direção. Portanto, taxa de juros compatível com a capacidade de pagamento daquele investimento é fator absolutamente único e deve existir nessas condições.

Por outro lado, programas de governo podem ajudar bastante, porque hoje há uma competição enorme pelo novo investimento. Seja na famigerada guerra fiscal entre os Estados brasileiros, seja na disputa entre países por esses novos investimentos. É isso que alavanca o desenvolvimento, propicia a empregabilidade e dá direito às cadeias produtivas de investirem junto. O grande investimento básico propicia no seu entorno novos investimentos. Há uma busca, às vezes, até exagerada por novos investimentos, e essas condições são muito facilitadas. E penso que o capital financeiro deve ser destinado à produção, de preferência. Seja a produção por meio da constituição de ativos fixos ou através do capital de giro, para alavancar novos incrementos de produção. Esse é o destino de todo país que quer ser grande. Capital especulativo, gente, não altera nada.

O Sr. Presidente - Terminada a fase de debates, passaremos às considerações finais. A palavra está franca aos expositores, inclusive ao Dr. Olavo. Com a palavra, o Sr. Gilson Luiz Reis.

O Sr. Gilson Luiz Reis - Lembrando-me do romance de Shakespeare, “Romeu e Julieta”, em que os jovens de duas famílias que não se “bicavam” nem se relacionavam resolvem namorar. Estamos agora começando um namoro, demos o primeiro beijo na boca, vamos dizer assim.

Isso me traz muita responsabilidade na construção em longo prazo. Espero que nosso encontro na parte da tarde não seja apenas uma retórica, mas a busca permanente da construção de uma alternativa real para o desenvolvimento de Minas e do Brasil. Espero também que todos os que estão se relacionando nessa busca possam dar a sua contribuição e o seu esforço para a construção desse processo. Esse namoro começou; então, agora é necessária a responsabilidade de cada uma das partes, pois não nos basta dar o primeiro passo e o primeiro beijo: é preciso construirmos uma relação. Às vezes, as relações são difíceis, mas é preciso construí-las. Da nossa parte, está posto esse desafio, e esperamos que, a partir de manhã, na semana que vem e nos próximos meses, sentemos à mesa para discutir com seriedade e profundidade os temas aqui levantados a fim de construirmos uma alternativa verdadeira para Minas e para o Brasil.



Parabéns para nós. Continuaremos com esse esforço coletivo para construirmos essa alternativa. Obrigado a todos os trabalhadores que aqui estiveram e a todos os empresários pela decisão de construir essa alternativa para Minas e para o Brasil. Boa tarde.

O Sr. Presidente - Marcelo, deseja fazer alguma consideração? O Marcelo Veneroso continua representando a Abimaq.

O Sr. Marcelo Veneroso - Apenas queria reforçar as palavras do Gilson. Todos os setores convergiram para o posicionamento de que o Brasil vive um processo de desindustrialização que se arrasta há mais de 20 anos, 30 anos. Se nós e todos os setores que estão tomando consciência disso ficarmos parados e não emprendermos, daqui para a frente, ações definitivas para reverter esse processo, entregaremos para os nossos filhos um país indesejado e sem futuro. Então, reforço as palavras do Gilson, pois temos de começar a tomar como ponto de partida esse movimento que reuniu todas as classes e continuar a ação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Olavo para suas considerações finais.

O Sr. Olavo Machado Júnior - Deputado Celinho, em nome da Federação das Indústrias, resta-nos apenas agradecer à Assembleia por criar esta oportunidade. Agradeço também ao senhor, particularmente, pelo empenho na realização deste evento. Gostaria de dizer ao Gilson que não somos tão volúveis. O beijo é daqui a pouquinho; é um beijo roubado. Queremos, sim, conversar, aliás, já lhe dei o meu cartão, e podemos nos encontrar. Certamente, teremos muito a construir juntos, porque a indústria é feita principalmente pelos trabalhadores.

Quero aproveitar a oportunidade para saudar o nosso jovem ali pela importância do que falou. Na Fiemg, temos valorizado muito a Fiemg Jovem justamente porque sabemos que o que planejaremos agora será para vocês colherem. Portanto, a participação de vocês nessas decisões é da maior importância. Vocês da UNE contem com a Fiemg, para construirmos um país melhor, valorizarmos a tecnologia e fazermos o que já fizemos e o que já sabemos fazer. A indústria mineira estará sempre ao lado de todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Marco Antônio para suas considerações finais.

O Sr. Marco Antônio Rodrigues da Cunha - Deputado, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, fazendo parte deste debate extremamente importante. E, mais do que isso, digo que o governo de Minas é extremamente solidário e parceiro de todos os entes e das entidades que se fizeram presentes. Entendemos que essa postura é fundamental para o futuro do nosso Estado. O Governador Anastasia tem dito, por mais de uma vez, que a indústria é o setor principal da cadeia de geração de empregos e de riquezas. Portanto, ela merece toda a atenção por parte do governo mineiro. Mais uma vez, agradeço a oportunidade e deixo um abraço a todos em nome do Governador Anastasia.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. Agnaldo, para as considerações finais.

O Sr. Agnaldo Diniz - Agradeço a oportunidade de termos nesta Assembleia Legislativa o Deputado Celinho. Este momento é ímpar. O companheiro da ponta da mesa disse para começarmos o namoro; resalto que já houve o casamento. Não pode haver desquite. Casamento já temos há muito tempo. Temos de estar juntos para atingir um objetivo único: gerarmos emprego e renda no Brasil para os brasileiros. Isso não é xenofobia. O brasileiro precisa não é daquele produto barato que vem da China, não é daquela camisa ou disso ou daquilo; o trabalhador brasileiro precisa é de emprego e renda. E emprego de qualidade e renda são gerados por uma indústria forte. Só assim poderemos efetivamente transformar este país, termos um crescimento cada vez maior, justiça e paz social cada vez mais fortes. Que este país possa fazer jus à benção divina de ser privilegiado. Portanto, com muito esforço e trabalho, tenho certeza de que, juntos, conseguiremos o nosso intento de gerar um país rico e forte para as gerações futuras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Rafael, para as considerações finais.

O Sr. Rafael Leal - Foi muito importante este primeiro ciclo de debates. O debate sobre esse assunto tem de permear as entranhas políticas, a sociedade brasileira como um todo. Com certeza, vamos enfrentar grandes áreas conservadoras, mas tenho convicção de que, com muita humildade e convergência na caminhada, conseguiremos enfrentar esse setor do capital especulativo, que atravanca o desenvolvimento do nosso país.

São poucos os momentos em que a história nos premia. O Luiz Gonzaga Belluzzo falou que a história está dando um bilhete premiado para o Brasil. Neste momento, podemos dar um salto histórico: investir em nossa indústria e tecnologia e transformar este país, este gigante adormecido, em uma nação grande, altiva, soberana e justa. Se a situação continuar desse jeito, nesse caminhar, vamos pegar esse bilhete que a história está nos dando e transformar este país em uma grande potência respeitada, justa e soberana, que valoriza o trabalho, o emprego e a renda do nosso povo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de fazer as minhas considerações finais, agradeço mais uma vez o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, pela importância que deu a este debate; o Dr. Olavo, Presidente da Fiemg, pela importância com que abraçou a discussão deste tema; e todos os Deputados que estiveram neste Plenário desde o momento da abertura deste ciclo: o Deputado Rogério Correia; o companheiro Carlin Moura, do meu partido, o PCdoB; o Deputado Luiz Carlos Miranda; a Deputada Rosângela Reis; e o Deputado João Leite.

Quero dizer a todos que estamos diante de uma guerra, de uma luta, mas temos de sair daqui com o dever de vencê-la. E, para que possamos sair vencedores desse desafio, é necessária a união de forças dos trabalhadores, dos empresários e dos governos estadual, municipal e federal. É assim que vamos conseguir o fortalecimento da indústria brasileira, em especial, da indústria mineira.

Um agradecimento especial a todos os aposentados e a todas as aposentadas presentes neste Plenário, que, de forma brilhante, persistiram até o final deste evento. Isso para mim é uma demonstração firme e forte de luta desses trabalhadores - sempre os chamo assim - que sempre deram condições para haver um Brasil maior. Foram eles os responsáveis pela condução deste país e estão sempre presentes nos momentos importantes.

Agradeço ainda a toda a comitiva do Vale do Aço, especialmente à de Coronel Fabriciano, aos meus assessores de gabinete e aos servidores da Casa por este momento importante que construímos na Assembleia Legislativa.



ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Carlos Mosconi e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Lançamento da campanha de coleta de assinaturas - Palavras do Deputado Federal Saraiva Felipe - Palavras do Deputado Federal Eros Biondini - Palavras do Deputado Federal Eduardo Azeredo - Palavras do Deputado Neider Moreira - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Registro de presença - Palavras do Sr. Antônio Jorge Marques - Palavras do Sr. Eugênio Vilaça Mendes - Palavras do Sr. Mauro Guimarães Junqueira - Palavras do Dom Luiz Gonzaga Fecho - Palavras do Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho - Palavras do Sr. Mário Lúcio Quintão - Palavras do Sr. Rogério Avelar - Palavras do Sr. Lincoln Lopes Ferreira - Palavras do Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas - Palavras do Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira - Palavras do Sr. Gilmar de Assis - Palavras do Sr. João Batista Gomes Soares - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras do Deputado Carlos Mosconi - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Glaycon Franco - Gustavo Valadares - João Leite - Neider Moreira - Sebastião Costa - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlos Mosconi, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates “Mais recursos para a saúde - assine mais saúde” e tem como objetivos debater os aspectos referentes à recente regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e fazer o lançamento da campanha de coleta de assinaturas para apresentação do projeto de lei de iniciativa popular propondo o investimento de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio Jorge Marques, Secretário de Estado de Saúde, representando o Governador, Antonio Anastasia; Deputado Federal Eros Biondini, membro da Frente Parlamentar do Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área de Saúde; Deputado Federal Eduardo Azeredo; Deputado Federal Saraiva Felipe; e Gilmar de Assis, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público de Minas Gerais, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; o Exmo. Revmo. Dom Luiz Gonzaga Fecho, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando essa Arquidiocese; os Exmos. Srs. Ângelo José Roncalli de Freitas, Presidente da Associação Mineira de Municípios e Prefeito de São Gonçalo do Pará; Rogério Avelar, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - e Prefeito de Lagoa Santa; Mauro Guimarães Junqueira, Presidente do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais e Secretário Municipal de Saúde de São Lourenço; Eduardo Cirino, Defensor Público, representando a Defensora Pública-Geral do Estado, Andrea Abritta Garzon Tonet; Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; Mário Lúcio Quintão, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil por Minas Gerais - OAB-MG -, representando o Presidente da OAB-MG, Luís Cláudio da Silva Chaves; Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira; Francisco Assis Figueiredo, Vice-Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais - Federassantas -; João Batista Gomes Soares, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Eugênio Vilaça Mendes, Consultor em Saúde Pública; e Deputados Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates; Célio Moreira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa; Adelmo Carneiro Leão, membro da Comissão de Saúde desta Casa; Doutor Viana, Presidente da Comissão de Ética e Decoro desta Casa; Neider Moreira, membro da Comissão de Saúde desta Casa; e Glaycon Franco, membro da Comissão de Justiça desta Casa.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Chico Simões, Prefeito de Coronel Fabriciano e ex-Deputado Estadual; do ex-Deputado Olinto Godinho; Romar Gonçalves, Vice-Prefeito de Capim Branco; Gilberto da Silva Dorneles, Prefeito de Santa Luzia; Reginaldo Teófanos Ferreira de Araújo, Presidente da Associação de Hospitais de Minas Gerais; da Vereadora Sílvia Helena; dos Exmos. Srs. Joaquim Neto, Procurador de Justiça; Renato Dresch, Juiz de Direito da Vara da Fazenda da Comarca de Belo Horizonte; do Presidente do Comitê Executivo Estadual da Saúde e do Presidente do Conselho Nacional de Justiça - CNJ -; Licurgo Mourão, Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado; Rogério Fernandes, Presidente da Força Sindical; Renato Barros, Presidente do Sind-Saúde de Minas Gerais; Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos; Luís Edmundo Noronha Teixeira, Diretor-Presidente da Federação Nacional das Cooperativas Médicas; do ex-Deputado Edson Resende; e da Exma. Sra. Maria D'ajuda dos Anjos, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Almenara e Região.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional.



- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Antes de mais nada, gostaria de convidar o Deputado Adelmo Carneiro, membro da Comissão de Saúde, para, por gentileza, ficar aqui, ao nosso lado. Estendo este convite aos demais componentes da Comissão de Saúde. Por favor, Deputados Neider Moreira e Doutor Viana, nosso querido médico. Solicito, “data venia”, licença para quebrar as formalidades, para que possamos fazer, diante da importância deste evento, uma discussão mais profícua. Quero, por intermédio da eminente figura do Revmo. Sr. Bispo Auxiliar D. Luiz Gonzaga, representando a Arquidiocese de Belo Horizonte, cumprimentar as senhoras e os senhores. Quero saudar os Deputados, na pessoa da extraordinária figura do Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi; e todos obreiros da saúde, na pessoa do Secretário de Estado, Antônio Jorge.

Uma simpática jornalista me abordou em minha sala antes de adentrarmos este Plenário, solo sagrado dos mineiros: “Presidente Dinis, por que essa mobilização, essa iniciativa, do Parlamento mineiro?” Digo aos senhores e às senhoras, a nossa missão aqui na Terra é simples, mas de enorme responsabilidade. Falo e não me canso de repetir: sou empregado dos mineiros. E qual é a função de cada um de nós, que aqui se encontra? Só temos uma função, que é nobre, altiva e cristã: melhorar a vida das pessoas. Melhorar, acima de tudo, a vida dos mais pobres, dos menos favorecidos, daqueles muitas vezes deserdados da sorte. E qual é um dos temas mais caros da atualidade brasileira? É justamente a saúde.

É difícil para qualquer ser humano, qualquer homem de bem, qualquer homem público, enfim, qualquer pessoa que tem uma missão de maior responsabilidade, visitar, caminhar, peregrinar pelos postos de saúde pelo Brasil afora, pela rede hospitalar e testemunhar aquele cenário doloroso para qualquer coração cristão. Faltam médicos; não encontram consultas; cirurgias somente por meio de uma dádiva do nosso Pai Celestial; e uma enormidade de problemas.

O caminho é longo, árduo e difícil e tem de ser feito com responsabilidade. Esse é um tema nacional. E não reside aqui crítica a nenhum partido A, B ou C, o que falo e reafirmo em alto e bom som: nós, brasileiros, políticos, representantes da sociedade, empregados, fomos ainda frágeis para melhorar de forma significativa a saúde brasileira. Os nossos esforços não foram suficientes para contemplar em sua totalidade a população brasileira, sobretudo as pessoas mais carentes e pobres. E qual é o sonho, o desejo de todos nós? Que todos os brasileiros tenham, na prática, o atendimento universal preconizado na Constituição Federal: saúde para todos, para a nossa gente - consultas, médicos, cirurgias, exames especializados. Esse é o nosso sonho. Que a saúde seja verdadeiramente integral, universal, solidária e possa acolher generosamente todo o povo brasileiro. Esse é o nosso objetivo e desejo.

Quero aqui, muito menos como Presidente do Parlamento, mas muito mais como ser humano e cristão, parabenizar, no primeiro momento a CNBB por abordar esse tema relevantíssimo para todos nós. Com o Deputado Carlos Mosconi, ao lado dos demais Deputados da Comissão de Saúde, realizamos uma visita há pouco, parabenizando-a por abordar esse tema imprescindível na vida de cada um de nós. Isso nos leva a uma reflexão. Hoje os Estados têm uma obrigação constitucional. Doze por cento têm de ser direcionados para saúde. Os Municípios - e aqui está repleto de Prefeitos - têm obrigação constitucional de 15%. Podem questionar os mineiros que aqui se encontram. A média dos Municípios mineiros é de 23%. A minha querida terra natal, Ibité, ano passado investiu 29% na saúde. É algo que nos causa espécie, estranheza.

Queridos Deputados, queridas Deputadas, queridos obreiros da saúde e voluntários, não cabe à União, que detém a maior parte da receita tributária - 70% - nenhuma obrigação constitucional. Ela não tem percentual a ser direcionado à saúde. Creio que isso tem de ser solucionado de forma respeitosa, mas firme, decidida e patriótica. Ficamos analisando e promovendo algumas reflexões ao lado dos Deputados da Comissão de Saúde com seu Presidente Carlos Mosconi, mas, lamentavelmente, o nosso Brasil ainda investe menos na saúde que os países africanos.

Em um relato da Organização Mundial da Saúde, mesmo o Brasil sendo hoje essa sexta potência mundial, 150 países promovem investimentos mais expressivos em saúde que o nosso amado país. Em 2008, pudemos fazer um relato também - relembro aqui uma luta sempre vigorosa do meu irmão Toninho Pinheiro, hoje Deputado Federal -, em que Municípios e Estados investiram 70 bilhões na saúde e a União investiu 48 bilhões. Isso é algo que tem de ser enfrentado por todos nós. Avanços ocorreram? Ocorreram, sim. Melhoras foram atingidas? Foram, sim. No entanto, temos de caminhar com mais rapidez porque estamos mexendo com a vida das pessoas. Deus nos deu essa oportunidade de nos colocar como instrumentos de transformação e é o que procuramos fazer com enorme responsabilidade.

Portanto, gostaria de parabenizar a todas as senhoras, a todos os senhores presentes, enfim, a todos que vieram aqui. Gostaria de abraçar de forma muito afetuosa a Associação Brasileira de Médicos pela iniciativa, a OAB e todos que estão engajados nessa bela missão de fazer o bem, de abraçar o bem comum e de servir, sobretudo, ao próximo, ao semelhante e a quem precisa. Podem acreditar e confiar que este será um dos momentos mais belos deste Parlamento; será um dos momentos mais sagrados dessa nossa missão. Faremos uma peregrinação pelo Estado afora e em todo o País, buscando engajamento, chamando o nosso povo, a nossa gente para assinar esse projeto. Mostraremos para todo o Brasil que vale a pena acreditar, vale a pena trabalhar, vale a pena fazer o bem.

Queridos Prefeitos, buscaremos 1,5 milhão de assinaturas para que possamos apresentar ao Congresso Nacional - e nada melhor que a presença de tantas expressões do Congresso Nacional nesta tarde histórica -, para que esse projeto de iniciativa popular possa ser acolhido, discutido e aprovado o mais rápido possível. Acredito que, dessa forma, teremos o nosso Brasil, a nossa República Federativa com uma participação obrigatória da União, Estados e Municípios. Será acima de tudo uma obrigação solidária.

Sabemos que outros avanços precisam ser feitos. Faz-se necessária maior transparência, maior rigor e melhor gestão. E àquele que porventura desviar o recurso da sagrada área da saúde só haverá um remédio: a cadeia. Não há outro remédio. Aí, sim, teremos um Brasil melhor, muito mais justo, muito mais solidário.

Parabéns, senhoras e senhores. Vamos juntos! O Brasil, os mais pobres, os mais carentes precisam muito do abraço, da mão amiga de cada um de nós e da alma daqueles bons homens e mulheres que são capazes de dignificar a nossa passagem pela vida terrena. Parabéns, Deputado Carlos Mosconi. Também gostaria de parabenizar aqui os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Neider Moreira,



Doutor Viana, Doutor Wilson Batista e Hely Tarquínio, que são membros da Comissão de Saúde e extremamente trabalhadores. Podem confiar no Parlamento de Minas. Vamos juntos servir a Minas. Vamos juntos servir ao nosso querido e amado país.

Lançamento da Campanha de Coleta de Assinaturas

O locutor - Neste momento será realizado o lançamento da campanha Assine + Saúde, que tem como objetivo a coleta de assinaturas pela Assembleia Legislativa para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular que propõe o investimento de 10% da receita corrente bruta da União em saúde pública. Sendo assim, o Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dinis Pinheiro, convida os integrantes da Mesa a contribuir com sua assinatura para a apresentação do referido projeto.

Palavras do Deputado Federal Saraiva Felipe

Vou ser econômico, ao cumprimentar a Mesa. Faça-o por intermédio das pessoas do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do representante do Sr. Governador, Secretário Antônio Jorge, e do Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Carlos Mosconi. Cumprimento também os demais Deputados Federais e Estaduais presentes, os representantes de entidades, da CNBB, da OAB, da AMM.

Gostaria de dizer o seguinte: sobre a questão do desfinanciamento do SUS, lendo artigos nos jornais vi um artigo do ex-Ministro Serra dizendo que a situação era melhor no tempo em que era Ministro. Depois vi um artigo do Dr. Temporão, que trabalhou comigo, dizendo que no seu tempo a situação não era tão ruim. Devo dizer que era péssima no tempo em que eu era Ministro. Estamos tendo um desfinanciamento progressivo desde a implementação do SUS. Vou me situar no governo Sarney, em 1991. Tivemos a Constituição de 1988, os princípios do SUS, as leis infraconstitucionais e a junção do Inamps ao Ministério da Saúde. Basta observar, por meio de um dado simplório, que isso é verdade. Se estivéssemos hoje trabalhando com o conceito do orçamento da seguridade social, apenas a parcela que o Ministério da Previdência Social gastava com os segurados - ou seja, quem tinha Carteira de Trabalho estava inserido formalmente no mercado de trabalho -, teríamos hoje, Presidente, o dobro do que temos no orçamento do Ministério da Saúde.

Tenho dito que esse descaso com a saúde não tem sido um problema de governo, mas uma questão de Estado; porém acho que a situação está se agravando e estamos caminhando para um apagão do SUS. Respeito, mas discordo da afirmação de, primeiro, repensar o modelo para, depois, investirmos mais dinheiro, com a argumentação de que, se houver investimentos agora, seria jogar recursos no ralo. Isso é uma falácia, uma bobagem.

Com um pouco mais de R\$1,00 por habitante por dia, que se gasta com saúde no Brasil hoje, estamos ajudando a sepultar a credibilidade do SUS. É possível que, daqui a alguns anos, Presidentes da República tenham de fazer esforços, como esse que o ex-Presidente Clinton tentou e agora o Presidente Obama também, a fim de tentar um mínimo de universalidade, cobertura universal, ainda assim não integral. E estão tendo dificuldades de aprovar essa proposta nos Estados Unidos.

Em todos os países que propõem a atenção universal e integral, o gasto público é maior que o gasto privado. No Brasil, é o contrário, pois estamos tendo gastos nas três esferas de governo em torno de 45% e 55% no setor privado.

Então, o discurso de, primeiro, melhorar o sistema, aprimorá-lo, impedir os vazamentos e, depois, investir não é procedente. É como acreditar que, no sistema aprimorado, não há vazamento. Corrupção há em sistemas organizado e desorganizado. Estamos vendo problemas no Japão, na Alemanha, com queda de Ministros. Então, a questão primordial é trabalharmos concomitantemente os problemas do SUS. O principal é o financiamento, e o outro é o modelo de gestão. Sou favorável a que essas discussões caminhem juntas. Agora, é uma falácia dizer que temos de ficar com o financiamento que está aí. Isso é o que se tentou agora.

Como Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, sei das dificuldades e das pressões da própria área econômica do atual governo para que nada andasse. A emenda deveria ficar dormitando na Comissão de Seguridade Social e Família até que alguma entidade da sociedade civil ou o próprio Parlamento decidisse por uma nova CPMF, reeditasse qualquer tipo de imposto que fosse uma fonte que tirasse os recursos da sociedade, e não do Orçamento Geral da União.

Reconhecemos avanços. O SUS melhorou muito, haja vista a área de saúde. A cobertura vacinal melhorou, o tratamento da aids é modelo internacional. O próprio modelo SUS, em viagens internacionais que fiz, chamava a atenção, principalmente essa engenharia entre esferas de governo. O problema é que, se esse sistema não for azeitado com recursos, tende a ruir e ainda acabar com a credibilidade de uma conquista que custou muita mobilização à sociedade. Aliás, a única área que ganhou, de forma efetiva, na Constituição foi a área de saúde, transformado o seu provimento em direito universal e em dever do Estado.

Não acredito que consigamos sensibilizar a área econômica nem o Congresso, do qual eu e o Eros Biondini fazemos parte, se não for por meio de iniciativa como essa. Se não fosse a mobilização popular, não teríamos a Lei Ficha Limpa, ainda que houvesse uma parte dos parlamentares que desejasse que isso acontecesse. Se não houver uma coleta de assinaturas e essa mobilização envolvendo a sociedade, usando um instrumento com 1.500.000 assinaturas, provavelmente não avançaremos no financiamento.

De alguma forma, acho que Minas Gerais - está qui o Eugênio que pode corroborar essa minha fala - tem muito a ver com a criação do SUS. O Deputado Mosconi esteve em Brasília e sabe que movimentos como esse estão se espalhando pelo País inteiro, por intermédio das assembleias, da OAB, da CNBB, que tem como tema este ano a questão da saúde pública.

E foi muito importante a participação do Deputado Mosconi em uma reunião da Comissão de Seguridade, porque Minas Gerais tem muita legitimidade para puxar esse envolvimento, como teve para ajudar a criar os postulados e princípios que resultaram no Sistema Único de Saúde.

Assim, quero parabenizar a Assembleia Legislativa e todos os seus Deputados, particularmente aqueles vinculados à área da saúde. Cumprimento também os palestrantes, lamentando que tenha de trocar este terno e cair na estrada para atender a um compromisso assumido como parlamentar. De qualquer forma, quero dizer que este ciclo de debates é um marco e seguramente, como já está acertado, vai dar o "start" para que outras Assembleias Legislativas se mobilizem, para fazer com que o SUS não morra de inanição, como indigente. Trabalhamos tanto para acabar com a figura do indigente, mas, se o SUS perseverar financiado e organizado da forma como está, é ele que vai acabar morrendo de inanição e sem nenhum tipo de assistência - vai ser um indigente institucional. Portanto,



parabéns a todos! Que a sociedade se mobilize, mesmo, porque, sem a sua mobilização, como já está provado, nada se resolve; isso é líquido e certo. Melhora-se alguma coisa - um governo traz melhoras no fornecimento de medicamentos; outro, na assistência médica de urgência -, mas nada se faz na questão fundamental, no atendimento à população na ponta, que deve ser universal, integral e de qualidade. Posso dar o meu depoimento, como alguém que ocupou todos os cargos na hierarquia da saúde e como Deputado que daqui a pouco vai estar em Almenara: lá, Eugênio, quando vamos à UPA, vemos uma situação que se repete por todo o País e sobre a qual já discuti com o Secretário Antônio Jorge – a quem aproveito para parabenizar por sua preocupação e disposição em olhar a questão. Lá, o único sujeito que poderia fazer a dissecação da veia de uma criança que chega com vômito e diarreia, portanto, desidratada, saiu e foi trabalhar no programa Saúde da Família. Assim, quando a criança, Mosconi, chegava desidratada, o médico tinha que colocá-la em uma ambulância e despachá-la para Teófilo Otôni, para resolver o problema. Em um Município do interior do Estado, as AIHs estão em um prédio caindo aos pedaços. Mesmo que haja outro prédio, fantástico, construído com o dinheiro público, por desavença política, como a gestão é plena, o Prefeito tirou as AIHs dali. Esse foi um assunto que também discuti com o Secretário, e aproveito para elogiá-lo novamente, porque sei da sua posição. Ele me disse que isso é um absurdo, que temos de resolver, mas às vezes isso não se resolve politicamente. Também vivi essa situação, tanto como Secretário de Estado quanto como Ministro. Talvez, se a sociedade se organizar para financiar o SUS, ela também se organize para que haja um mínimo de independência política, para que a gestão seja menos contaminada com esse tipo de interesse perverso, minúsculo, politiqueiro, que também atrapalha o funcionamento do SUS.

Muito obrigado e parabéns a todos. Sei que, a partir deste ciclo, todo o Estado vai pegar fogo, colhendo essas assinaturas. Nós, Deputados Federais, vamos reverberar em Brasília que Minas está fazendo isso e, mais uma vez, estaremos na dianteira das grandes transformações ou das transformações que forem possíveis no sistema de saúde do Brasil. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Eros Biondini

Boa tarde, senhoras e senhores. Com muita alegria e emoção participo desta importante reunião. Com o objetivo de dar celeridade, tomo a liberdade de cumprimentar os componentes da Mesa na pessoa do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; do Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde e grande arauto em todo o Brasil na defesa desta causa; do Sr. Antônio Jorge, Secretário de Saúde; e do Bispo Auxiliar de Belo Horizonte, Dom Luiz Gonzaga, que representa a CNBB, que, em todos os anos, é feliz, ao demonstrar sensibilidade de propor a discussão de temas tão relevantes para a nossa sociedade. Como disse o Deputado Saraiva Felipe, essas iniciativas de entidades com tamanha credibilidade e respeitabilidade têm de ser ouvidas pelos parlamentares, pelos governos e por todos aqueles que representam o povo. Estou hoje aqui representando a Frente Parlamentar das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Congresso Nacional; por isso, na pessoa da Sra. Tereza, Presidente do Hospital da Baleia, cumprimento todos os gestores, Presidentes e responsáveis por entidades da saúde, hospitais filantrópicos, etc.

Nós somos um país democrático e, ao viver em um país republicano-democrático, sabemos todos que o poder deve emanar do povo. Quando estive nesta Casa, onde hoje renovo a saudade pelos bons momentos que aqui vivi, tive oportunidade de fazer um curso, pela Escola do Legislativo e pela PUC Minas, de especialização em Poder Legislativo. Na tese que defendi, realizei um longo estudo da legitimidade das proposições legislativas que partem dos parlamentares ou do próprio governo. Tive a alegria e a honra de ter como orientador o nosso Governador Anastasia. Em tal tese, discutíamos justamente a legitimidade das propostas legislativas, quando elas são submetidas a avaliação popular, audiências públicas, chamamentos populares. A nossa democracia, que é representativa, torna-se mais legítima quanto mais participativa for.

Hoje, fluindo do coração, digamos, de uma pessoa especialista - como o Deputado Carlos Mosconi, abraçado por tantas e tantos, de forma unânime -, ecoa esse grito, esse clamor, por todo o Brasil, por um olhar especial para a saúde. Nós estamos lançando um projeto de iniciativa popular. Que maravilha, apesar do grave problema que enfrentamos na saúde, podermos apresentar, a partir de Minas Gerais, um projeto de autoria popular, como bem lembrou o Deputado que me antecedeu, ex-Ministro Saraiva Felipe; assim como o projeto da Ficha Limpa, em que as comunidades foram mobilizadas, muitas delas pela CNBB, e fizeram com que o Brasil se movesse a respeito. Da mesma forma, agora apresentamos um projeto de lei de iniciativa popular, do coração de Minas para todo o Brasil. Da minha parte, como membro da Frente das Santas Casas, representando aqui o Sr. Presidente, o nobre, lutador e guerreiro Deputado Antônio Brito, que realmente não mede esforços e tem tornado a frente das Santas Casas e de entidades filantrópicas a mais atuante do Congresso Nacional, mobilizando Senadores, Deputados, Ministros, Secretários, Governadores.

Deixo aqui o meu abraço e os parabéns pela iniciativa. Parabéns a esta Casa, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, porque, mais uma vez, esta Casa é vanguarda nas decisões mais importantes que dizem respeito a temas fundamentais para o nosso povo brasileiro, que é a saúde, em que a nossa Assembleia Legislativa dá o pontapé inicial. Boa sorte! Vou a todos os lugares de Minas Gerais, pois assim é a minha vida, tanto politicamente como por meio da Canção Nova ou dos movimentos sociais dos quais participamos eu e o Deputado Célio Moreira.

Querido Francisco, iremos por todos os cantos de Minas Gerais, colhendo as assinaturas e gritando que queremos urgência na aprovação desse projeto, para um maior financiamento da saúde pública no nosso Brasil. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Federal Eduardo Azeredo

Presidente Dinis Pinheiro, Deputado Carlos Mosconi, Secretário Antônio Jorge, Deputados, Prefeitos que compõem a Mesa, autoridades, todos que aqui hoje participam, senhoras e senhores, quero fazer algumas lembranças históricas. Sempre gostei muito de dizer que temos duas preocupações públicas que são irmãs gêmeas: a saúde e a educação.

A educação, há cerca de 30, 40 anos, vivia um problema crônico. Não havia escola para que as crianças pudessem estudar. Tivemos então a primeira vinculação de receita com sucesso, a chamada Lei Calmon, que colocou o mínimo de 25% da receita para a educação. Podemos sentir o resultado. A educação não está nenhuma maravilha, mas evoluiu sensivelmente. Somando com a queda da natalidade, temos outra realidade na educação, e essa vinculação foi fundamental. As cidades, a partir da lei orgânica, chegaram a



ousar mais. Mais de 1.000, dos 5.500 Municípios brasileiros, têm percentual superior a 25% na vinculação da educação, como é o caso de Belo Horizonte, onde a vinculação é de 30%.

Então vamos para a irmã gêmea, que é a saúde. Temos o Sistema Único de Saúde - SUS -, que é reconhecido como um bom sistema, muito bem arquitetado, melhor do que a maioria dos sistemas que funcionam no mundo todo. Entretanto a saúde também avança na questão tecnológica. São novos exames, novos equipamentos, cada um mais caro que o outro, e isso vai fazendo com que tenhamos um sistema que é bem arquitetado, mas que não consegue funcionar em tempo, não consegue atender a demanda. Soluções como Programa Saúde da Família e consórcios intermunicipais vão caminhando, vão ajudando. Mas o fato é que a Emenda nº 29, proposta na época pelo então Deputado Carlos Mosconi, em 1996, acabou virando lei em 2000, e só conseguimos fazer a sua regulamentação recentemente. Eu ainda era Senador e votei a favor do projeto no Senado, com a vinculação de 12% para os Estados, 15% para os Municípios e 10% para o governo federal. Essa proposta foi inclusive de um Senador do PT, Tião Viana, hoje Governador do Acre. Quando o projeto chegou à Câmara, mobilizamo-nos; depois de muita dificuldade, ano passado aprovamos desta forma: 10% para o governo federal, 12% para os Estados e 15% para os Municípios. Infelizmente a Presidente vetou os 10% para o governo federal, então ficamos com as vinculações para os Estados e para os Municípios. Já é um avanço, e se define claramente o que pode entrar na caracterização do que é a despesa de saúde, mas restou, portanto, a necessidade de vinculação para o governo federal.

Esta iniciativa que a Assembleia Legislativa toma, Deputado Dinis Pinheiro, é muito importante. Vem, neste segmento, outra maneira de se apresentarem projetos no Congresso Nacional, que foi basicamente inaugurada com mais sucesso com a Lei da Ficha Limpa. Agora há um movimento grande, que nasce aqui, para que tenhamos a vinculação de um mínimo de 10% dos recursos para a saúde. Esses recursos serão fundamentais para que tenhamos uma saúde bem distribuída no Brasil todo. Temos alguns núcleos de excelência, como é a realidade de alguns hospitais, mas não temos a saúde disponível para a população como um todo. E sem dinheiro isso não é possível. Portanto é fundamental que façamos essa campanha dos 10%, no mínimo, do governo federal para a saúde, somando-se aos 12% dos Estados e aos 15% dos Municípios. Obrigado a todos.

Palavras do Deputado Neider Moreira

Quero cumprimentar o caríssimo Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde; o Secretário Antônio Jorge; D. Luiz Gonzaga, representando o nosso Arcebispo D. Walmor; e todas as entidades representativas da área médica, na pessoa do meu conterrâneo Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais. Serei breve.

Gostaria de ressaltar uma questão importante. O Brasil vive uma situação paradoxal no que tange à saúde. Quando o SUS foi efetivamente implantado, há mais de 21 anos, 60% do investimento na saúde vinham do setor público e 40%, do setor privado. Hoje há uma inversão desse percentual, ou seja, 55% vêm do setor privado e 45%, do setor público.

Quando da aprovação da regulamentação da Emenda nº 29, ficamos até um pouco chocados pelo fato de não ter sido aprovado o percentual mínimo para a União. Pensávamos que aquilo seria uma ducha de água fria, mas, na verdade, um novo sentimento brota da sociedade e vemos uma chama muito acesa. Junto a isso, num momento importante, a Igreja Católica tem como lema da campanha da fraternidade "Fraternidade e Saúde". Sinceramente isso veio a calhar e possibilita uma união de esforços que envolve toda a sociedade brasileira neste momento.

Tenho absoluta convicção de que esse projeto de iniciativa popular prosperará e nos dará o percentual mínimo que deve existir também por parte da União, visto que Estados e Municípios passam a tê-lo. Por isso entendo perfeitamente a importância desse projeto de iniciativa popular e penso que chegou o momento de ousar e a sociedade compreende isso. Portanto, Deputados Dinis e Mosconi, ousemos - e estaremos prestando realmente um grande serviço à nação brasileira. Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Presidente - Deputado Carlos Mosconi, mãos à obra. Solicito-lhe que assuma os trabalhos.

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Boa tarde a todos os presentes, a nossos amigos e amigas que participam desta importante reunião na Assembleia. Há quórum muito expressivo, sob o ponto de vista numérico, e muitíssimo expressivo sob o ponto de vista da qualidade. Todos demonstram o interesse, comum a todos nós, de podermos melhorar a saúde do povo brasileiro. Gostaria de ressaltar a importância da presença de todos. Solicito que ninguém saia daqui sem a assinatura. É fundamental iniciarmos esse movimento dessa maneira, com o registro da assinatura. Inicia-se aqui na Assembleia esse movimento importante de Minas Gerais. Vamos levar a Brasília esse projeto de iniciativa popular, com as devidas assinaturas, para conquistarmos uma grande vitória no País. Quero, de maneira muito especial, ressaltar a presença do Dr. Florentino, Presidente da Associação Médica Brasileira, a quem agradeço. Foi essa instituição que teve a ideia de criar esse projeto de iniciativa popular, que adotamos neste momento.

Aqui estão os expositores que farão uso da palavra agora.

Vou passar a palavra ao Secretário Antônio Jorge, mas antes quero fazer um registro sobre o apreço que a Assembleia Legislativa tem dado a esse movimento. A Assembleia tem se manifestado de maneira exemplar nessa questão, com enorme sensibilidade do Presidente e dos componentes da Mesa, que adotaram esse projeto como se fosse de Minas Gerais, dos mineiros, da Assembleia Legislativa. Então faço esse registro. Esse movimento vai sair de Belo Horizonte e percorrer todo o Estado, com o apoio do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e da Assembleia Legislativa.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Gostaríamos de prestar algumas informações sobre a dinâmica, para que todos possam expressar-se. Cada expositor disporá de 10 minutos para se manifestar. As inscrições já estão abertas com a secretaria da Mesa, para as pessoas que desejarem manifestar-se, que poderão fazê-lo após os expositores. Aviso ao Plenário que já há mais de 300 assinaturas no nosso formulário. Muitas pessoas já registraram presença, mas, como muitas estão saindo, solicito aos que ainda não registraram presença que o façam, porque o início desse movimento em Minas Gerais será feito com a apresentação de todos os participantes.

O locutor - Informamos a todos que estão instalados na Assembleia Legislativa três postos de coleta de assinaturas nos seguintes locais: na entrada principal do Palácio da Inconfidência, na Rua Rodrigues Caldas; no Salão de Chá, neste andar, na entrada do Plenário; e no "hall" da capela, que fica do lado oposto. Informamos também que o formulário eletrônico para a coleta de assinaturas está disponível no "site" www.almg.gov.br, da Assembleia Legislativa, dentro do "hotsite" deste ciclo de debates. Informamos ainda que a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa percorrerá o interior do Estado com a Caravana da Saúde e realizará seis reuniões nas seguintes cidades e datas: Poços de Caldas, no dia 26 de abril; Montes Claros, 7 de maio; Araguari, 23 de maio; Governador Valadares, 4 de junho; Itaúna, 11 de junho; e Juiz de Fora, 20 de junho.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Registramos a presença do ex-Deputado Lacyr Andrade; é uma satisfação muito grande recebê-lo aqui. E também registro a presença do Dr. José do Carmo Fonseca, que aqui permaneceu até há pouco representando o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais. Com muita satisfação, anuncio a presença do meu amigo Beto, Prefeito de Poço Fundo, que está aqui desde o começo da reunião. Ele dá assistência a essa área e tem uma preocupação muito grande com a saúde da população de sua região. Comunico também a presença do responsável pela direção da Santa Casa da minha terra, lá em Andradas, que participa desde o começo da reunião. Cumprimento e anuncio a presença do Vereador Evâneo Caixeta, de Machado, que está aqui desde o começo da reunião. Meus cumprimentos também ao pessoal de minha terra, Andradas, que chegou agora. Ainda quero anunciar, com satisfação, a presença do Vice-Prefeito de Barbacena e Secretário de Saúde daquela cidade, o Sr. Edson Rezende.

Palavras do Sr. Antônio Jorge Marques

Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, até pelo tempo que tenho, peço licença a V. Exa., Deputado Mosconi, para dispensar as formalidades de saudação da Mesa e, na pessoa do nosso Presidente Deputado Dinis Pinheiro, cumprimentar todas as autoridades, parlamentares, técnicos, lideranças políticas e sociais presentes.

De certa forma, a minha contribuição foi antecipada pelos oradores que me antecederam, mas, por encomenda do Deputado Mosconi, fiquei com a incumbência de trazer uma substância maior de evidências de números em relação ao financiamento em Minas e no País. Essa é a minha contribuição, e depois, obviamente, também farei algumas considerações de cunho pessoal, subjetivadas pela minha visão e pela minha trajetória no ambiente da saúde.

A agenda da apresentação é focar o gasto público em saúde no Brasil e no mundo; a comparação entre os entes federados - as gritantes desigualdades do ponto de vista da alocação do recurso federal -; o Estado de Minas Gerais e a nossa alocação de recursos; a qualidade do gasto, que é questão fundamental e que, neste momento, está muito vocalizada pela Presidenta Dilma e pelo Ministro Padilha; e algumas conclusões.

Quanto ao gasto público em saúde no Brasil e no mundo, como já foi dito, infelizmente, a nossa posição é bastante desconfortável, qualquer que seja o parâmetro pesquisado. Os senhores podem ver aqui o percentual do gasto em saúde em relação ao PIB, ou seja, de tudo que se gera de riqueza no País, quanto é gasto em saúde. Estamos em uma posição bastante desconfortável. A proporção de gasto em saúde no Brasil é a metade da dos Estados Unidos e superior à do Chile e à do Uruguai, na América Latina. São dados da OMS. Estamos atrás da Argentina, de Costa Rica, de Cuba e da Bélgica.

Outra forma de ver essa questão da nossa decisão de gastos em saúde seria a proporção de gastos governamentais em relação ao gasto total. Se já não estamos em uma posição favorável do ponto de vista do ranqueamento dos países em termos de gastos em saúde, quando comparamos o gasto total com o gasto público, a nossa situação fica bastante desconfortável. Curiosamente, até em países que têm sistemas notadamente privatizados e baseados em seguros saúde, como o Chile - em contraponto ao nosso sistema constitucional, que diz que a saúde aqui é universal -, vemos uma situação de gastos públicos de saúde superiores ao nosso. Nossa situação é inferior à do Chile e é a metade da situação da Argentina. Sem comparação, temos os Estados Unidos, com um sistema totalmente privado. O nosso gasto público, que deveria ser pelo sistema de saúde, portanto, é percentualmente muito maior que o gasto privado, e a nossa situação é constrangedora e reveladora. Já foi dito por alguns que me antecederam que não é possível o descompasso que há entre a nossa pretensão constitucional e a decisão da Nação, dos governos, em relação ao gasto público em saúde.

Outra forma de não termos dúvidas sobre a necessidade de equalizarmos esses gastos seria medir os gastos "per capita" em saúde e, então, o gasto total pela população. Mais uma vez, vamos ranqueando países de composições socioeconômicas diversas. Para ter uma amostragem significativa, vemos o Brasil mais uma vez no final da fila. O gasto público "per capita" no Brasil, em 2009, foi de US\$431,00 - oito vezes maior que o valor dos Estados Unidos e, novamente, a metade do gasto da Argentina.

Esses são os aspectos que considero importantes e que têm muita relevância no que tange à desconstrução de uma máxima hoje muito vocalizada no ente federal, que é a questão de que precisamos resolver as questões de gestão. A questão não é essencialmente financeira. Existem questões de gestão, de fato, mas é gritante a nossa posição de subfinanciamento na análise, seja do gasto total, do gasto "per capita" ou da comparação do gasto em saúde com o PIB. A decisão é da Nação de ousar no que compete a um gasto maior em saúde.

Mas para nós, mineiros, é importante também revelar a questão dos gastos dentro da Federação, então, a evolução por entes federados, a arrecadação direta em percentual. O PIB brasileiro tem crescido; a arrecadação, principalmente por meio das contribuições sociais. A carga tributária se elevou de forma muito significativa nos últimos 10 anos - quase 5% do PIB, do total de riqueza incrementada por meio da carga tributária. Vejam no gráfico que o ente federal saiu de 20% para praticamente 25% de carga tributária em relação ao PIB, enquanto o ente estadual e o ente municipal permanecem com a mesma participação.

O que significa isso? Significa que, nos últimos anos, há elevada concentração de riqueza na mão do governo federal a partir dessa pesadíssima carga tributária nacional. A carga tributária "per capita" do País passou de R\$2.042,00 em 1980 para R\$4.160,00, ou seja, mais que dobrou nesse período de tempo. Como disse o ex-Ministro e atual Deputado Federal Saraiva Felipe, hoje gastamos menos com componente de saúde que na época de muitos.



Neste “slide” vemos uma questão muito reveladora, e, a despeito de esta ser a Casa da política e a Casa que deve acolher o contraditório, não é adequado, neste momento da discussão, focar a questão de partidos ou governos. Esse é um comportamento da nação brasileira, ou seja, a sociedade brasileira deve discutir isso. Assim, fazer essa discussão fora do parlamento por meio de projeto de lei trará um benefício e a politização da agenda da saúde de forma muito interessante neste debate.

Senhores, se compararmos o período de 2000 a 2008, o gasto em saúde, pelo índice municipal, cresceu 150%; o do ente estadual cresceu 137%, enquanto o gasto do ente federal cresceu somente 38% nesse período, a despeito de a concentração de riquezas por meio dessa pesada carga tributária se concentrar cada vez mais no ente federal. Não tenho esse dado aqui, mas ousou citá-lo de cabeça: quando aprovamos a Constituição, o total de contribuição nas receitas do SUS pelo ente federal se aproximava de 70%. Hoje ele está praticamente em 50% do gasto total.

Acho que nesta tela repito a informação de evolução percentual demonstrada no gráfico anterior. O ente municipal evoluiu de 22% para 30% do gasto total; o estadual, de 18% para 27%, enquanto o federal caiu de 60% para 43%, mais uma vez sem perder de vista o balizamento de que na outra esfera a concentração de receitas, de riquezas vem aumentando no ente federal.

Mostro agora um dado muito interessante e adequado para discutirmos neste Parlamento, ou seja, a posição de Minas nas transferências federais. Há uma demonstração de que Minas Gerais é o 18º Estado em recursos “per capita” recebidos em transferência fundo a fundo. Se tivéssemos, por exemplo, o “per capita” de transferência federal da Bahia, teríamos um aporte de mais de R\$300.000.000,00 adicionais de recursos federais em Minas. Se tivéssemos, por exemplo, o “per capita” do Paraná, teríamos R\$206.000.000,00; já no caso de Tocantins, que aliás é um Estado que tem menos adensamento tecnológico, ou seja, por natureza o sistema é mais barato que o nosso, teríamos seguramente uma enormidade de recursos de R\$700.000.000,00 a R\$800.000.000,00 adicionais. Então, além das questões de iniquidade na participação dos entes federados que necessitam de equalização urgente, Minas também deve focalizar a necessidade de aumentar, de forma significativa e urgente, a participação dos recursos federais nas transferências fundo a fundo para sairmos dessa incômoda posição de 18º Estado no País. Sr. Presidente, peço tolerância do tempo, pois estou encerrando a minha fala.

Não vou-me ater a esta matéria de jornal, pois fala apenas que nem sempre os repasses atendem a critérios técnicos.

Como se falou sobre a regulamentação da lei da emenda constitucional, nós, do movimento da saúde, e a nação brasileira ficamos muito frustrados. Na realidade, nós, que tínhamos 12 anos de luta nessa agenda da regulamentação da emenda constitucional, ficamos sem a bandeira e o dinheiro. Do ponto de vista político, a nossa posição é realmente difícil, e alvissareira, portanto, é a iniciativa do projeto de lei de iniciativa popular. Há possibilidade de reinvestirmos nessa agenda de 10% de obrigação federal com o foco da participação na sociedade.

Uma palavra breve sobre alocação dos recursos de Minas: em 2011, Minas gastou R\$3.300.000.000,00 com o pagamento da dívida com a União. É quase o mesmo valor do nosso orçamento com saúde, os 12%. Significa que, com uma equalização dos gastos da participação do Tesouro, da riqueza de Minas, no pagamento da dívida, teríamos a possibilidade de quase dobrar o orçamento ou fazer muitas coisas em saúde, como a Rede de Urgência e Emergência, universalizar alguns programas em que estamos caminhando mais lentamente do que o necessário, em função de necessidade financeira.

Quero saudar e elogiar o Presidente Dinis, o Presidente Mosconi e os parlamentares desta Casa pelo brilhantismo da campanha. Não se pretende fazer uma campanha de ataques partidários, mas uma campanha federativa em defesa de Minas Gerais e da necessária renegociação da dívida dos Estados. Minas Gerais se sente apertada com o pagamento da dívida.

Essa é a curva dos nossos gastos em Minas Gerais. É notório que temos uma necessidade incremental de gasto, até porque Minas Gerais, no cenário nacional, tem-se destacado pela implementação constante de programas inovadores exitosos, como a Rede de Urgência e Emergência, a Rede Viva Vida, que se assemelha à Rede Cegonha, e tantas outras ações que demandam a universalização dessas redes e, portanto, o gasto incremental, principalmente de custeio. Essa é a curva, que mostra um crescimento grande no último ano por conta da regulamentação da emenda. O governo de Minas já publicou no Orçamento a suplementação, e estamos em curso na execução orçamentária deste ano.

É preciso concordar que precisamos qualificar o gasto. É preciso desmentir aqueles que dizem que essa é a questão central do SUS. Essa é uma das questões que necessitamos: o SUS não avançará somente equacionando as questões de gestão nem somente as questões financeiras. Temos desafios da ordem do desenho sanitário, da gestão da clínica, mas seguramente a questão financeira é o nosso ponto central no que se refere aos entraves para avançar em diversas ações de organização do sistema de saúde.

Mas é preciso fazer mais com menos. Esse é um paradigma mineiro que existe há muitos anos, desde o choque de gestão, que se iniciou com o Governador Aécio Neves. Temos uma necessidade de ampliação de gastos em saúde, que são inexoráveis a todos os sistemas de saúde, não só no Brasil, mas no mundo, em função da transição demográfica: a população está mais longeva e as doenças do final da vida aparecem, são caras de se tratar, como por exemplo, as doenças degenerativas; uma transição epidemiológica, com prevalência de doenças crônicas que encarecem o sistema; e o processo complexo da incorporação tecnológica, que tem uma dimensão ética. Não é possível negar uma nova tecnologia ao cidadão, mas precisamos ter muita serenidade na sua avaliação, pois muitas vezes essas tecnologias encarecem o sistema sem trazer uma relação de custo-benefício claramente vantajosa.

A importância da qualidade do gasto é uma preocupação constante no sistema de saúde. Precisamos enfrentar essa questão buscando enfrentar a nossa ineficiência de escala. Isso em função de Minas ser um grande território, com 853 Municípios, com 500 hospitais de pequeno porte. Esse é um desafio constante e precisamos agrupar os hospitais em hospitais regionais. Essa é uma política que abraçamos, com a construção de vários hospitais regionais. O Samu e outros serviços transversais, como as nossas redes, precisam ter contorno regional. Muitas vezes um desenho de governança é supramunicipal, trazendo um desafio político a mais que a pactuação constante entre os entes municipais, a exemplo do transporte em saúde. E, na licença locativa, precisamos pensar sempre que agora a nossa diretiva do ponto de vista de política de saúde de Minas, uma agenda já incorporada pelo ente federal e referendada pelo Ministério da Saúde, é a implantação das Redes de Atenção à Saúde, uma agenda que devemos muito ao Dr. Eugênio Villaça, o grande intelectual no Brasil no que tange a essa propositura de um desenho sanitário baseado em rede.



Precisamos fortalecer a atenção primária, e fazemos isso constantemente, controlando a saúde em casa, desde 2003. Nos últimos anos, a transferência de recursos passa de R\$1.000.000.000,00 para o programa Saúde em Casa. Talvez o desafio cultural mais importante reside na mudança de atitude das pessoas, que é a questão da promoção da saúde, já que a nossa carga de doenças deriva muito de condições crônicas.

É necessário rever a política tributária. Essa questão talvez fuja à minha alçada como técnico de saúde, mas não como cidadão. É impossível que o brasileiro continue trabalhando 140 dias por ano para pagar impostos; é a maior carga tributária paga em termos de dias trabalhados no mundo. Somos o povo que mais trabalha para pagar imposto. É preciso rever a questão tributária do ponto de vista da alocação federativa e das desigualdades. Vejam o caso do fundo a fundo de Minas Gerais. Quanto a esse aspecto, somos o 18º Estado e o 3º em população. É necessário aumentar o financiamento, de forma inequívoca, e traduzir isso de forma clara e corajosa para a população, sem o subterfúgio de que o problema é gestão. Não. O problema é central, é o financiamento e, é lógico, devemos buscar sempre, de forma obsessiva, a qualificação do gasto, as inovações gerenciais, a capacitação dos aparatos burocráticos do Estado para que o recurso tenha cada vez mais eficiência, transparência e atenda o interesse do cidadão.

Concluo agradecendo a benevolência pelo tempo que me foi concedido, porque acho que me estendi muito. Mas, principalmente, gostaria de externar a minha empolgação e expectativa positiva com a participação da sociedade nessa agenda, porque entendo que a questão dos recursos da saúde não se traduz mais em uma discussão de partido A ou B, de governo A ou B. Essa é uma discussão pela qual a nação brasileira deve se responsabilizar. Definimos um sistema de saúde na Constituição. Há a expressão do desejo da nação brasileira no movimento sanitário, que assumiu, em parceria com toda a luta política de enfrentamento da ditadura, um horizonte de dignidade para o sistema de saúde, dignidade na atenção à saúde para o cidadão. Somos modelo para o mundo, no que tange a pensar o sistema. Os avanços são inquestionáveis e consolidados do ponto de vista de indicadores sociais, de saúde. De fato, estamos nos aproximando, em algumas agendas, de um momento crítico: na agenda hospitalar, na agenda da média complexidade, na agenda do acesso à rede de alta complexidade de alguns procedimentos.

O crítico é, de fato, o financiamento. Toda a nação brasileira enfrenta dificuldades neste debate, que é político também. Deve-se fazer uma clara opção, não só - talvez o Eugênio possa até tocar nisso - na questão dos 10%. Não basta discutirmos 10%, 12% ou 15%. É preciso discutirmos o recurso necessário. O parâmetro não é um percentual da nossa riqueza, mas a decisão de gastar o que for necessário para a manutenção e para a promoção da saúde do povo brasileiro. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Eugênio Vilaça Mendes

Boa tarde a todas e a todos. Na pessoa do prezado amigo Deputado Mosconi, cumprimento a Mesa e agradeço o convite. Tentarei dialogar com vocês, a partir de perguntas relacionadas às questões principais feitas no que tange ao financiamento da saúde no Brasil, e tentarei responder cada uma delas. Como se organiza o sistema de saúde no mundo? A decisão sobre dinheiro na saúde não é uma decisão sem preço; é uma decisão sobre que sistema a sociedade brasileira quer. No mundo há dois grandes sistemas. Um sistema segmentado, em que há um segmento para os pobres e um segmento para quem pode pagar, cujo exemplo são os Estados Unidos, onde há um sistema para pobres, o Medicaid, e um sistema para idosos, o Medicare, que são públicos, além de um sistema privado, que são os planos de saúde. Há outro modelo, o universal público, que predomina nos países desenvolvidos onde o Estado oferta uma carteira ampla de serviços e o setor privado atua complementarmente.

A primeira questão: pensa-se muito no Brasil que o sistema tem de ser esse que está no mundo inteiro. Não é assim. Predominam, em todo o mundo, os sistemas públicos universais. O SUS foi pensado para ser um sistema público universal, mas esse sonho vem transformando-se no pesadelo da segmentação.

Que sistema de saúde a sociedade brasileira quer? Pensamos um sistema público universal, mas, na prática social, segmentamos gradativamente dois sistemas privados: o sistema privado de desembolso direto, sistema privado das operadoras de planos de saúde, que já atinge 47 milhões de pessoas, 22% da população; e o SUS, que não é um sistema único, mas um sistema único público de saúde. Que sistema queremos no Brasil? "Desfinanciar" o público, consolidar segmentação ou construir socialmente um sistema público universal? E para isso precisamos de mais dinheiro. Será vital o movimento dessa nova classe média, esses 40 milhões de brasileiros que entram no mercado de consumo.

Na experiência internacional, qual modelo de sistema é melhor? Comparemos o modelo segmentado dos Estados Unidos, que está à direita de vocês - essa é uma pesquisa realizada anualmente por uma instituição independente americana. Ela nos mostra que o modelo americano, em todas as variáveis, perde em qualidade, acesso, eficiência e equidade. Ele só ganha no volume de gastos. Ele gasta US\$7.290,00, muito mais que os países que têm sistemas públicos universais, que gastam menos da metade disso em geral. É esse sistema que queremos? Aonde nos levará esse sistema segmentado? Ele é efetivo, eficiente e equitativo?

Esses são dois livros recentemente publicados nos Estados Unidos. Um é de 2008 e se chama "O Excesso de Tratamento - por Que Muita Medicina Está Nos Fazendo Mais Doentes e Mais Pobres?". O outro se chama "O Excesso de Diagnóstico". Esses dois livros mostram os problemas da segmentação. Nos Estados Unidos, eles gastam com intervenções médicas desnecessárias, são 30% a 50% do gasto total em saúde, o que significa US\$500.000.000.000,00 a US\$700.000.000.000,00 anuais. E esses procedimentos injustificados geram 30 mil mortes ao ano, além do que 50 milhões de americanos estão sem seguro saúde. É esse o sistema que queremos?

Muito se diz que o sistema segmentado, ao instituir um sistema privado para as classes médias, não significará mais recursos para o SUS. Esse é um argumento lógico. Se a classe média sai, sobra mais dinheiro para os pobres. Esse raciocínio é lógico e é justificado no suposto magnânimo de que instituir um sistema específico para quem pode comprar serviços - os ricos e a classe média - faria com que sobrassem mais recursos públicos para financiar o sistema de quem não pode pagar. No entanto, as evidências internacionais mostram que esse suposto é inteiramente falso; o que ocorre é exatamente o inverso quando se segmenta. Ao instituir um sistema singular para os pobres, em função das dificuldades de organização dos interesses desses grupos sociais, da sua baixa capacidade de



vocalização política nas grandes arenas decisórias, esse sistema é sempre subfinanciado. Isso está na base do pensamento de Beveridge, que criou a social democracia inglesa. Em 1942, ele disse: “Políticas públicas exclusivas para pobres são políticas pobres”.

Quais são os aspectos positivos do SUS? O SUS é a política pública de maior inclusão social no Brasil. Com a promulgação da Constituição, 60 milhões de brasileiros passaram de indigentes para cidadãos portadores de direitos de acesso à saúde. Antes as pessoas eram atendidas como indigentes nos hospitais. Houve um brutal incremento do acesso, e esses números falam por si mesmos: 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais por ano; 11 milhões de internações em mais de 5.500 hospitais; 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e radioterapia; 220 mil cirurgias cardíacas em um ano. Temos programas do SUS que são exemplos internacionais. Sem dúvida, o nosso Programa Nacional de Imunizações é o melhor dos programas em todo o mundo, superior ao de qualquer país desenvolvido. O nosso programa de controle de HIV-AIDS é um padrão para os países em desenvolvimento. O nosso Sistema Nacional de Transplantes é o maior dos programas de transplantes públicos do mundo. Só perdemos para os Estados Unidos, onde os transplantes são feitos no sistema privado. Hoje o nosso Programa Saúde da Família é um exemplo de “case” internacional bem-sucedido. São 32 mil equipes que atingem 110 milhões de brasileiros. Isso é um exército de 248 mil Agentes Comunitários de Saúde - voltarei a isso depois. São 21.000 equipes de saúde bucal.

Portanto, esse sistema, com esses recursos e esses processos, determina melhoria no nível da saúde da população. Em 1980, a mortalidade infantil era de 47 óbitos por 1.000 nascidos vivos. Já em 2010, caiu para 19 óbitos. No entanto, esse sistema tem aspectos negativos, cuja base é o subfinanciamento. Existem ineficiências: ineficiência interna - problema de gestão; ineficiência de escala - como mostra ali a ineficiência das escalas hospitalares. Nossos hospitais têm baixa escala, por isso operam com muita ineficiência sistêmica; ineficiência alocativa - como mostra o gráfico de baixo. Gastamos pouco em atenção primária à saúde e muito mais em atenção em média e alta complexidade. Vejam que essas curvas vão se afastando crescentemente. Temos o modelo de atenção que é fragmentado e voltado para as condições de atenção aguda e crônica. Não tem oba-oba. A verdade é que o sistema tem problemas graves.

Mas como é o gasto em saúde no Brasil em relação aos outros países? Antônio Jorge já mostrou bastante isso. O Brasil não gasta pouco em saúde. O gasto total no Brasil está na média dos países ricos: 9%. O problema no Brasil é que gastamos muito pouco do gasto público: apenas 4,1% do PIB. Isso é muito baixo, se compararmos com todos os outros países. Todos os países que fizeram sistemas públicos universais gastam mais de 7% do PIB do gasto público.

Temos a composição do gasto. O Brasil gasta apenas 45% em gasto público. Cinquenta e quatro por cento é gasto privado.

Qual é o problema disso? Está aqui nesta lâmina, que nos mostra que todos os países do mundo que instituíram sistemas públicos universais utilizam mais de 70% em gastos públicos em relação ao gasto total em saúde. Gastamos apenas 45%, menos que os Estados Unidos. Mas o problema real está nesta lâmina, que explica por que gastamos pouco.

O gasto em saúde do orçamento público, vou usar uma expressão forte, é indecentemente baixo. Aqui perdemos para a Bolívia e para o Paraguai, já não estou falando da Argentina nem de Costa Rica. O Brasil gasta apenas 6,1% do orçamento total na saúde. Todos os outros países gastam acima de 15%, incluindo os que não estão aqui, Bolívia e Paraguai. Vejam que os Estados Unidos, que são a pátria do liberalismo, gastam 18% do seu orçamento total com saúde. Nós gastamos apenas 6%. Isso se reflete no baixo custo “per capita”. O Brasil gasta apenas US\$335,00. Estou usando os últimos dados oficiais da Organização Mundial de Saúde - OMS.

Vejo discussões com números de todo tamanho. Esses são os últimos dados da OMS. Quando vou fazer comparações internacionais, só posso usar os dados da OMS. Esses dados são todos de 2009. A Argentina gasta US\$485,00. Todos esses países desenvolvidos gastam mais de US\$3.000,00. Mesmo os Estados Unidos gastam US\$3.600,00. Onde está o problema do baixo gasto público na saúde no Brasil? Está no governo federal. Esta lâmina, Antônio Jorge, mostra que vem caindo gradativamente a participação da União. Enquanto cresce fortemente a receita federal, cai gradativamente sua participação na saúde, crescem os gastos estaduais e municipais. Portanto, a emenda está correta, é o que tem de ser feito, ou seja, aumentar o gasto público federal.

A lei complementar resolveu o problema do baixo gasto público em saúde no Brasil? Não, foi uma enorme frustração, foi um jogo de cena do Congresso. Não entraram no que era essencial, ou seja, vincular um percentual da receita federal. Mexeu no Estado, e isso dá R\$2.000.000.000,00. Isso não é nada, mas teve um mérito. Qual foi? Além de definir claramente o que são serviços de saúde, deixou claro que, a partir de agora, o problema está na União, não nos Estados e Municípios, que atingiram seu patamar de gastos. Gasto público baixo gera iniquidade. O que esta lâmina nos mostra é que nos países da América Latina, à medida que se aumenta o gasto público, diminui-se o gasto direto do bolso das pessoas, o que é expressivamente iníquo.

Então, se houver gasto público baixo, haverá iniquidade social, como no Brasil. Aqui os baixos custos públicos geram iniquidade social? É claro! Isso está demonstrado aqui. Os brasileiros mais pobres destinam 6,7% dos seus gastos familiares com saúde, enquanto os mais ricos gastam apenas 3%. Isso é de uma total iniquidade.

Os gastos tributários no Brasil são geradores de iniquidade? Claro. O nosso SUS é subfinanciado, mas os ricos vêm a ele, quando precisam, para certas coisas mais caras e, além disso, os sistemas privados são sustentados por gastos tributários. Todos que temos um plano de saúde temos desconto em Imposto de Renda. Só no Imposto de Renda da Pessoa Física são R\$5.800.000.000,00 por ano; de Pessoa Jurídica, R\$1.700.000.000,00; em medicamentos, R\$3.400.000.000,00; entidades filantrópicas, R\$1.500.000.000,00. Essa é outra iniquidade, pois só de renúncias fiscais são R\$12.000.000.000,00, o que é um valor significativo.

O problema do SUS é de financiamento ou de gestão? Esse é o argumento de quem não quer aumentar o gasto público em saúde. O SUS apresenta problemas de financiamento e de gestão. Não estou dizendo que não há problemas de gestão. São muitos esses problemas, mas afirmar que o problema dele é exclusivamente de má gestão é uma enorme falácia. A superação desses problemas não é viável numa estratégia de cobertor curto. É preciso incrementar o gasto público em saúde e direcionar esse excesso. Para resolver os problemas estruturais da ineficiência interna de escala e alocativa exige-se, também, como condição de melhorar a gestão, o incremento dos recursos.

Quanto dinheiro seria necessário para que o SUS se consolidasse como sistema público universal? Fiz uma estimativa com base num gasto total de 9% do PIB, que é o atual, e um gasto público de 70% do gasto total em saúde, que é a média dos países que têm



sistema público universal. Então, para consolidar o SUS precisamos de R\$60.000.000.000,00 adicionais. Mas a emenda prevê R\$32.500.000.000,00, que são 10% da receita corrente bruta federal. Isso está de bom tamanho. Se recebermos R\$60.000.000.000,00 de uma vezada, gastamos mal. Então, começamos com esse valor e vamos gerar uma dinâmica virtuosa no SUS, que, por si só, será capaz de incrementar os gastos consequentemente, porque as reformas na saúde só são incrementais.

Aumentar recursos públicos garante mais saúde, ou seja, aumentar o dinheiro do SUS resolve o problema? Não. Não há uma associação direta entre mais recursos para a saúde e melhores níveis de saúde, como o exemplo dos Estados Unidos mostra. Eles gastam uma montanha de dinheiro e têm piores níveis de saúde que outros países. Mais recursos significam mais serviços de saúde, mas mais serviços de saúde não significam mais saúde. Nesse caso, a questão da qualidade do gasto é fundamental. É preciso aplicar mais em serviços, primeiramente, que sejam sustentados por evidência. Um em cada dois serviços ofertados nos Estados Unidos não tem base em evidência científica. É pura ilusão de demanda para oferta, para indústria de equipamentos biomédicos, grandes prestadores ganharem dinheiro. Também é necessário um maior custo-efetividade, mudando o modelo de atenção.

Portanto, é fundamental que, na eventualidade de haver mais recursos para a saúde, advindos dessa emenda, ao menos 30% sejam gastos obrigatoriamente na atenção primária à saúde, sem o que a boca do Leão pega tudo e não acrescenta um ano de vida à população brasileira.

Já que se trata de uma proposta de vinculação, por que vincular recursos para a saúde? A maioria dos economistas é contra a vinculação de recursos dos orçamentos públicos porque isso engessa o poder alocativo do Executivo e do Legislativo em função de as prioridades mudarem ao longo do tempo. É um raciocínio correto. Por outro lado, já se verificou que, em sociedades em que os interesses estão sub-representados no Poder Legislativo, como é o caso brasileiro, a vinculação é um potente instrumento de defesa dos estratos mais pobres da população. Sem a vinculação, não tem saída; a elite não deixará.

Como conseguir mais recursos para o SUS? As pesquisas de opinião mostram que, em geral, a prioridade dos brasileiros é a saúde. Ou não? Lembrando que estamos na casa dos políticos, qual será a grande questão para as próximas eleições municipais? Imagino que seja a saúde. Quando se ouve o conjunto da população, a prioridade é a saúde.

Os 150 milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do SUS, 3/4 da população, estão sub-representados no Congresso Nacional. Portanto, uma emenda à Constituição só será aprovada se resultar de um movimento que organize e vocalize essa grande maioria. Já nos foi mostrado que, pela via do sistema convencional de produção legislativa, vinda de projetos do Executivo ou dos congressistas, a coisa não vai; por essa via, não vai. A única via é a emenda de iniciativa popular, ou seja, é preciso organizar e dar voz aos 150 milhões que não estão representados no Congresso Nacional. Isso é um projeto de iniciativa popular. Para mim, é essencial que nessa mobilização social se utilize o exército de agentes comunitários de saúde, do SUS. São 248 mil pessoas que todo mês chegam, com legitimidade, conhecendo o endereço e nome de todos, ao lar de 100 milhões de brasileiros. Cada agente se relaciona com 350 pessoas. São 200 eleitores. Se cada agente mobilizar 10, serão 2.500.000 de assinaturas; se mobilizar 20, serão 5.000.000. Esse é o grande reeditor em um processo de mobilização social.

Com isso, concluo minha fala. O SUS foi concebido como um sistema público universal. Na prática social, pela falta de base econômica, de financiamento, vem se transformando gradativamente em um segmento destinado à população mais pobre.

No Brasil, o gasto total em saúde é adequado; o gasto público em saúde é indecentemente baixo, incompatível com um sistema público universal e com uma situação de 6ª economia do mundo. Não podemos continuar pensando que somos a África subsaariana; somos a 6ª economia do mundo. O baixo gasto público em saúde é fonte de iniquidades perversas e crescentes. Para se consolidar um sistema público universal, é fundamental aumentar os gastos públicos em saúde até que atinjam um valor próximo a 70% dos gastos totais em saúde. O aumento dos gastos públicos deve se dar prioritariamente nos gastos federais, porque aí reside o problema: a crescente concentração da receita e a diminuição da despesa com o SUS.

A Lei Complementar nº 141, de 2012, não resolveu o problema do subfinanciamento do SUS. É falaciosa a tese de que os problemas do SUS são de gestão e não de financiamento. É preciso mais dinheiro para o SUS, mas é necessário que esses recursos adicionais promovam uma mudança radical no modelo de atenção à saúde. A questão do financiamento público da saúde não é uma questão técnica, é o reflexo dos valores sociais hegemônicos numa sociedade. Que sistema a sociedade brasileira quer? É improvável que os recursos adicionais que o SUS necessita para ser um sistema público universal sejam aprovados no Congresso Nacional pelas vias convencionais de produção legislativa. A única alternativa é um projeto de iniciativa popular, construído num grande processo de mobilização social, com base no trabalho dos agentes comunitários de saúde, casa a casa. Por isso cumprimento a Assembleia por aderir a esse necessário movimento, que é a única forma de conseguir dinheiro para a área da saúde. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - O Sr. Eugênio Vilaça não fez uma exposição, mas sim deu-nos uma aula magna, de excepcional qualidade, que prendeu a atenção de todos durante todo o tempo. Ele mostrou com clareza absoluta a realidade da questão do financiamento e da pobreza da saúde em nosso país. Quero agradecer a presença da diretoria do Hospital da Baleia. Tivemos oportunidade de visitar o Hospital da Baleia nos últimos dias e ficamos muito impressionados com a qualidade dos serviços ali prestados - o que não foi surpresa nenhuma - à população de Minas Gerais, não só à de Belo Horizonte nem à da Grande BH. E isso apesar das dificuldades no sistema de saúde que o País vive.

Palavras do Sr. Mauro Guimarães Junqueira

Boa tarde. Quero saudar os membros da Mesa na pessoa do Deputado Carlos Mosconi, assim como a todas as autoridades. Saúdo os senhores e as senhoras na pessoa do Vereador Gil, de São Lourenço, a quem agradeço a presença. Inicialmente, parabéns pela iniciativa, Deputado Carlos Mosconi, a Assembleia de Minas em relação a essa campanha. O Cosems já iniciou essa campanha. Entendemos o tema e vamos falar um pouco sobre isso.

Parabéns, Deputado! Acho que Minas Gerais sai na frente, e certamente colheremos as assinaturas necessárias.



Para iniciar minha fala, pergunto: por que mais recursos para a saúde? Simplesmente mais recursos? A mídia diariamente estampa nos jornais, na TV, que faltam leitos, faltam profissionais de saúde, faltam médicos, falta assistência. E por que queremos mais recursos para a saúde? Acho que o que não fazemos, a mídia dá conta de nos dizer. E nós, gestores municipais, sabemos disso e somos quem sofre na pele, diariamente, esses questionamentos. Mas não podia deixar, neste fórum privilegiado, de dizer o que o SUS faz, o que o SUS apresenta diariamente para a comunidade, o que já houve em Minas Gerais. Então, vamos lá.

Internações realizadas em 2011 em Minas Gerais: 1.158.000, em todo o território mineiro; procedimentos diagnósticos: 1.780; procedimentos clínicos, internações clínicas: 708.000; procedimentos cirúrgicos: 443.000; transplantes de órgãos, tecidos e células: 4.715. Muito mais que a iniciativa privada.

Na parte ambulatorial, nas nossas unidades básicas de saúde, nossos programas de saúde: ações de promoção e prevenção em saúde: 78.000.000; doses de vacina: 7.000.000; procedimentos com finalidade diagnóstica: 74.000.000; procedimentos clínicos: 148.000.000 serviços realizados; procedimentos cirúrgicos: 10.000.000 – pequenas cirurgias -, exames e cirurgias ambulatoriais para transplantes: 178.000; órteses, próteses e materiais especiais: 132.000.

Isso é o que fazemos e que, infelizmente, não temos a competência para divulgar, para mostrar a grandiosidade do SUS, que vimos aqui defender.

Atendimentos realizados pelas unidades básicas de saúde, pelo Programa Saúde da Família: acompanhamos, ano passado, 5 milhões de hipertensos, 1.900.000, quase 2 milhões de diabéticos, 737.000 gestantes, que foram acompanhadas pelas nossas equipes do Programa Saúde da Família, também em 2011, no Estado de Minas Gerais.

Esse é o grandioso Sistema Único de Saúde que estamos defendendo e buscando. Trabalhamos com a regulamentação da Emenda nº 29 e, como bem foi dito aqui pelo Antônio Jorge e pelo Prof. Eugênio Vilaça, fomos derrotados no âmbito nacional, quando se garantiu mais uma vez percentual mínimo dos Municípios e dos Estados, mas a União ficou sem o percentual mínimo. Então, perdemos o discurso, e agora estamos chamando a sociedade a participar desse grande patrimônio do povo brasileiro, que é o Sistema Único de Saúde, para sensibilizar os nossos Deputados, os nossos Senadores e a nossa Presidente para a necessidade de a União cumprir o seu papel, contribuindo com o mínimo para a saúde.

Os investimentos em saúde pública na gestão municipal. Vamos ver como estão os Municípios, e aí cumprimento os Prefeitos presentes aqui hoje, o Presidente da AMM, o Rogério, Presidente da Granbel. Esta é a situação: em 2007 os Municípios mineiros aplicavam, em média, 20% na saúde; em 2010, 22%; em 2011, dado ainda parcial, 22%, mas certamente chegaremos a 22,5% de recursos municipais aplicados na saúde.

Os recursos que o Município aplicava em 2007 eram R\$152,00 por habitante; e, em 2011, R\$254,00 por habitante.

Já não é possível, senhoras e senhores, os Prefeitos retirem recurso próprio do seu caixa para aplicá-lo na saúde. Há Municípios que chegam a 30%, e a população quer mais. Há 20 anos, não havia o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente nem o Ministério Público - aliás, o Dr. Gilmar faz parte da Mesa - batendo à porta do gestor municipal, que é quem está ali diariamente fazendo o enfrentamento com o Ministério Público porque quer mais e mais, e não tem fim. Não adianta haver protocolos, porque a iniciativa privada e os órgãos que não são do SUS demandam, e essa demanda vem para a saúde. Quem assume isso diariamente é o Prefeito, o gestor municipal. Não dá mais. É urgente que a União aporte 10%, o mínimo, para a saúde, a fim de que o Prefeito possa efetivamente cuidar de outras áreas que não sejam só a saúde.

Investimentos em saúde pública na gestão municipal. Avanços e desafios. Tivemos, sim, enormes avanços. Como melhorou o sistema! Tenho de dizer da grande parceria do Colegiado dos Secretários, o Cosems, com a Secretaria de Estado de Saúde, na discussão consensual das questões de saúde. Hoje, em Minas Gerais, os recursos que vão para os Municípios são discutidos numa mesa de negociação, que é a nossa CIB Estadual, a Comissão de Intergestores Bipartite. Os Municípios têm uma agenda de prioridades, objetivos, metas e indicadores a cumprir. Esse também foi um grande avanço, assim como tratar a saúde com repasse e transferência fundo a fundo - aliás, grande parte das transferências já são fundo a fundo. Isso possibilita um planejamento estratégico para que os Municípios, o Estado e a União apresentem, num grande pacto, compromisso de metas para a diminuição da mortalidade infantil materna, a ampliação da cobertura de plano de saúde da família, da atenção básica, da cobertura de vacina e outras questões mais.

Estamos também num processo amplo de capacitação permanente dos gestores municipais de saúde. São vários os cursos, os treinamentos e as capacitações pelos quais os nossos gestores estão passando em todo esse período. Nunca houve tanta capacitação à disposição para o gestor municipal, a fim de qualificar a gestão. Como o Prof. Eugênio disse, não temos problemas de gestão - aliás, temos alguns pontuais, mas são pontuais. O problema é o subfinanciamento federal.

Desafios. Persiste ainda a dificuldade da redução das desigualdades regionais e a integração das políticas. Ainda há muita fragmentação no sistema. Estamos num processo de discussão ampla e profunda da criação das redes de atenção à saúde. No entanto este que lhes fala está muito preocupado e tem se posicionado muito na Comissão Intergestores Tripartite, porque não dá para fazer uma bandeira e iniciar, como tem sido feito, rede de urgência e emergência e colocá-la numa região, nem rede de saúde mental em outra região. Isso está nos preocupando bastante. Tudo bem! Não há recurso para começar em todas as regiões do País. Então, devemos discutir melhor, pois estamos com o sério risco de começar a haver grande iniquidade neste país, em algumas regiões. Urgência e emergência começou nas regiões metropolitanas. Agora veio a Rede Cegonha, e é conversa mesmo na metropolitana. Nada contra a Região Metropolitana, que tem hoje 6 milhões de habitantes. No entanto os 14 milhões que estão no interior também têm direito ao SUS. O Ministro e toda a equipe do Ministério lançam o Programa Nacional de Saúde da Mulher. Aliás, a mulher tem direito a isto e àquilo e vai à mídia. Só que não dizem que é só para a Região Metropolitana. O Prefeito no interior já está sendo questionado pelo Ministério Público, pela mãe e pela gestante que não tem aquela condição. Portanto precisamos discutir isso com mais profundidade. É importante, porque os programas são de excelência. É fundamental trabalharmos em rede, mas a rede é para todo o País, e não apenas para uma região do Estado. Isso apresenta também o grave risco de começarmos a brigar entre nós, gestores, e a discutir por que esta ou aquela região. A saúde tem de ser para todos. Assim, o Constituinte definiu.

Persiste também a fragmentação da saúde e as responsabilidades da gestão na assistência de média e alta complexidades, com financiamento tripartite. Cabe ao Município a atenção básica à saúde. Estamos falando de mais de 600 Municípios mineiros com menos de 20 mil habitantes, e a eles cabe a atenção básica. A atenção de média e alta complexidades não é de responsabilidade do Município, mas é ele que está enfrentando, é ele que está fazendo o aporte de recursos.

A garantia da aplicação constitucional mínima pelo Estado de Minas. É importante que Minas Gerais cumpra imediatamente, rapidamente, com os 12%. Temos um trabalho forte com a Secretaria de Saúde. O recurso utilizado hoje pela Secretaria de Saúde de Minas é amplamente discutido com os gestores municipais e é aplicado em excelentes programas, pactuados e aprovados por nós. Mas é importante um aporte maior de recursos. É importante também reajustar esse grande programa de Minas, o Saúde em Casa. Trata-se de um programa pioneiro, que nasceu em Minas Gerais, em 2005, mas mantém os mesmos valores até hoje. Quero dizer aos senhores que uma equipe de saúde da família - há dois Prefeitos na Mesa, caso eu esteja falando bobagem, corrijam-me - custa mais de R\$30.000,00 para o Município. O financiamento, as contrapartidas federal e estadual não chegam a R\$15.000,00. Então, mais de 50% de todo o recurso aplicado na saúde, neste Estado, neste País, é municipal. Essa conta está errada. São três entes, então, deveria ser 33% para cada um. Já não dá para ficar esperando. Temos de ter apoio da sociedade para buscarmos mais recursos para a saúde.

Desafios permanentes da gestão. Rigor orçamentário. Como os Prefeitos estão passando dificuldades este ano, com a implantação do Sicom e das novas regras do Tribunal de Contas. Alguns Prefeitos da minha região, com o dinheiro em conta, não conseguiram licitar pela dificuldade dos novos sistemas de controle. São necessários e importantes, mas trouxeram dificuldades para a administração pública.

Temos de enfrentar o mercado de insumos e a alta tecnologia da saúde. Quando se tem uma empresa e se agrega um produto, um equipamento novo é para diminuir custos. Na saúde, acontece o inverso. Se adquirem um equipamento novo ou uma tecnologia nova, aumenta-se e muito o custo.

Limitações do poder público em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Há Prefeito que não consegue mais colocar uma equipe da saúde da família porque está no limite de percentual de folha. Disse que a média de gasto do PSF de muitos Municípios é de R\$30.000,00, mas há também Prefeito que está pagando perto desse valor para um médico, e não está conseguindo. É importante que haja médicos no sistema. Neste país, faltam médicos que queiram trabalhar na saúde pública. Temos de enfrentar isso com o Conselho Regional de Medicina. Há dificuldades com especialistas, como anestesistas e ortopedistas, que se recusam a prestar concurso público. E aí, como o Município faz? De que forma contrata? Há vários secretários realizando concurso público, há um chamamento grande de profissionais da medicina e não tem 10%, 15% de inscrições. Esse é outro debate que precisamos fazer.

O que nos preocupa é que alguns Municípios, espremidos pela garantia de assistência de seus municípios, estão sendo obrigados a firmar termo de ajustamento de conduta, convênios e outros instrumentos, com repasses de Municípios de um território para outro, para alguns prestadores, principalmente hospitais. Isso é um grande risco. Boa parte do recurso que deveria estar na atenção básica, para prevenção e promoção da saúde, está nos hospitais de pequeno porte, porque são antigos, não têm resolutividade, possuem baixa taxa de ocupação e internação desnecessária. Mas estão lá, e o Prefeito não consegue fechá-los. O governo federal e o Estado também não. Não conseguimos fazer uma discussão profunda sobre os hospitais de pequeno porte e a atuação deles naquele território. É importante discutirmos isso, porque, mais uma vez, esse recurso investido recai sobre o cofre público do Município.

Neste momento, o governo de Minas cobra dos demais entes que eles cumpram o financiamento do SUS. Que Minas Gerais, que tem aplicado e que está gradativamente aumentando o gasto com saúde, consiga aumentar para o mínimo de 12% esse gasto até o ano que vem. Abraçamos esta campanha para conseguir esse milhão e meio de assinaturas. Tenho certeza de que só Minas Gerais conseguirá muito mais que isso, para sensibilizarmos os nossos governantes por mais recursos para a saúde.

Algumas ações que implementamos do Cosems para a coleta das assinaturas. Já estamos fazendo isso há mais de um mês. Mobilizamos a nossa diretoria. Temos 25 Presidentes regionais e 32 membros da Diretoria do Cosems, e estamos falando de 853 Secretários Municipais de Saúde. Fizemos uma grande mobilização no mês passado.

Esse é o "site", que tem mais de 4 milhões de acessos, pois é o "site" de informação para os gestores municipais de saúde. Fizemos essa discussão e colocamos à disposição no "site" a informação do que é esse evento e da necessidade de colher essas assinaturas. Nele também é possível baixar a planilha para colher as assinaturas de toda a população.

Esse é outro produto do Cosems: um fórum, onde conversamos com as 25 regionais. Mostro aí um exemplo da mobilização acontecendo no território.

Esse quadro seguinte já mostra a interação entre dois Municípios: a gestora de Campanha com a gestora de São Tomé das Letras conversando e dizendo uma para a outra que já estão se movimentando e colhendo assinaturas nos seus territórios há alguns dias. Deputado Mosconi, já temos alguns pequenos Municípios com mais de mil assinaturas colhidas até agora.

Neste momento, gostaria de dizer que o Colegiado dos Secretários Municipais de Saúde se sente muito honrado de estar nesta Casa. Mais uma vez, parabeno-os por sair à frente e abraçar esta causa tão importante para a sociedade mineira e para a sociedade brasileira. Estamos em pé e às ordens para trabalhar unidos a fim de obtermos essas assinaturas e dar ao povo brasileiro aquilo que o legislador quis dizer na Constituição: saúde para todos - direito de todos sem distinção de classe social ou credo. No entanto, o legislador cometeu a falha de não dizer de onde viria o dinheiro. Então vamos colher essas assinaturas para conseguirmos a fonte de recursos que gerará saúde para todos e defender o Sistema Único de Saúde, que é o melhor sistema do mundo. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Com muita satisfação, passarei a palavra ao Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, D. Luiz Gonzaga Fechio. Gostaria de dizer, mais uma vez, que tivemos uma audiência com o D. Walmor na Comissão de Saúde. Tivemos uma conversa muito produtiva e interessante e recebemos dele a plena identificação, e também da Igreja, com a nossa causa, a saúde no País. Tanto é que a CNBB adotou como campanha para este ano a saúde.

Palavras do Dom Luiz Gonzaga Fecho

Muito obrigado. Ao Deputado, aos demais membros da Mesa e a você, meu irmão e minha irmã, saudação fraterna.

Que bom que estamos aqui representando todos aqueles que não puderam estar. Penso que, no meu lugar à Mesa, deveria estar aquela pessoa que está gritando por mais saúde, por uma oportunidade de ter mais vida, em uma situação muito desafiadora. É ela quem deveria estar sentada no meu lugar aí, e mesmo aquele tido como anencéfalo, a quem a vida foi negada ontem no Supremo Tribunal Federal.

A igreja defendendo a vida faz eco à palavra de uma mãe que diz: “O meu filho, que foi gerado dessa forma, não é um monstro. É um ser humano.” Quero dizer que a igreja evidentemente se preocupa com a saúde. Essa preocupação, em outro ano, já foi tema da campanha da fraternidade, que acontece desde 1964. Em 1981, o tema foi “Saúde para Todos”. Agora, a igreja volta com o tema enfocando a saúde pública, mostrando a necessidade de que a família, o Estado e a igreja se unam. Cada um em uma situação distinta, entretanto, complementando-se nas suas forças para que esse bem aconteça.

Para terminar a minha breve fala, citarei apenas um parágrafo do livro-base desse tema da campanha da fraternidade, que diz: “Precisamos nutrir a utopia, ou seja, construir, em meio a esse contexto social injusto e desigual, em que a doença e a pobreza falam mais alto que o bem saúde, um horizonte de significado, a partir do conceito evangélico de reinos de saúde, de reinos de Deus. Em nossas terras, o SUS tem que funcionar muito bem. E devemos colaborar nessa direção. Essa é uma grande utopia a ser concretizada. Esse horizonte deve ser o guia para todas as nossas ações, escolhas, investimentos, buscas, pesquisas, pensamentos e sonhos nessa área, em vista no reino da saúde. É preciso ousar profeticamente para a implementação de políticas sociais orientadas pelos referenciais éticos de justiça, equidade e solidariedade. Nosso grande objetivo é construir uma sociedade justa e igualitária que permanentemente estimule a solidariedade coletiva voltada para a promoção do bem para todos, sem preconceitos de qualquer tipo, raça, gênero, cor, religião, idade, nacionalidade.” Muito obrigado.

Palavras do Sr. Florentino de Araújo Cardoso Filho

Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Carlos Mosconi, que preside esta reunião; o amigo Lincoln, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais; e o D. Luiz Gonzaga, por meio dos quais saúdo todos os presentes; e ainda dizer que é uma enorme satisfação representar a Associação Médica Brasileira numa das Casas do povo deste país.

O projeto surgiu de dentro da Associação Médica Brasileira, mas não é um projeto da Associação Médica Brasileira. É um projeto do povo. Todos estão convidados a participar e a se engajar. Somos extremamente gratos a quem se incorpora nessa causa, a que busca o bem coletivo, como bem disse o nosso Bispo. Se pensarmos que levar o bem coletivo é muito bom, cada um de nós, individualmente, será beneficiado.

Sou um médico extremamente ativo ainda e vejo pacientes ricos e pobres, opero doentes ricos e pobres, tenho mais de 25 anos de formado. Mas me angustia muito ver o sofrimento dos doentes pobres e carentes deste país. Sabendo que as oportunidades foram muitas para os nossos congressistas fazerem o que nesse momento é o imprescindível e mais importante: alocar mais recurso para a saúde pública. Como isso não foi feito, não nos restou outra alternativa a não ser sensibilizar o nosso povo bom e querido para mostrar a sua força, o quão importante é exercer em sua plenitude a cidadania que pode mudar este país. O que queremos efetivamente é mudar o cenário da saúde pública brasileira, melhorando-a, dando-lhe qualidade e fazendo com que o nosso povo viva mais e melhor.

Termo agradecendo a todos. Certamente, esse bem que a população fará tem um enorme e longo alcance, porque não existe bem maior para cada um de nós que a saúde. Se estivermos saudáveis, certamente conseguiremos tudo o que queremos. Juntos, podemos fazer uma saúde melhor para o nosso povo, especialmente o mais pobre e carente.

Palavras do Sr. Mário Lúcio Quintão

Sr. Presidente, Deputado Carlos Mosconi; autoridades presentes, a quem cumprimento na figura ímpar de D. Luiz; caros Prefeitos; cidadãos presentes, comprometidos com a saúde pública deste país; a todos os cumprimentos da OAB.

A OAB, como todos sabemos, vincula-se à sociedade civil. Está sempre na vanguarda dos movimentos sociais e na luta pelo direito à vida e, principalmente, na defesa intransigente da saúde pública. Nesta Casa Legislativa das Gerais, nesta Casa republicana por excelência, nesta terra de Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, queremos demonstrar a vocês que somos eternos inconfidentes. A inconfidência das Gerais neste momento nasce no discurso conjunto com a Associação Médica Brasileira, no intuito de fazer valer uma campanha de coleta de assinaturas para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular - ou seja, mais legitimado ainda -, propondo investimentos de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública.

O desenvolvimento de um país se faz com educação e saúde. Se hoje temos uma classe média devidamente acrescentada, há necessidade de que essa classe, juntamente com a periferia, tenha uma infraestrutura sanitária, e mais do que isso, serviços públicos de saúde de qualidade.

Em nome do Presidente da OAB-MG, Luís Cláudio da Silva Chaves, a quem estou representando, quero demonstrar todo nosso apreço e nosso apoio a essa campanha, e dizer que Minas Gerais sempre há de lutar para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Esse povo sofrido, que vive de esperanças. É importante frisar a presença de vários gestores municipais vinculados à área da saúde e, principalmente, a de alguns Prefeitos comprometidos com a saúde pública, que é uma questão vital para o desenvolvimento nacional. Em síntese, termino dizendo: Deus, salve o povo brasileiro e nos ilumine nessa campanha. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Rogério Avelar

Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de saudar os integrantes da Mesa, na pessoa de nosso Presidente Carlos Mosconi. A Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel - congrega 34 Municípios, uma população da ordem de cinco milhões e quinhentos mil habitantes, cerca de um quarto da população de Minas Gerais. Na verdade, a angústia dos Prefeitos decorre do fato de que a vida acontece nos Municípios. É no Município que a população leva seus filhos às escolas, vai às unidades de saúde, solicita as obras de esgotamento sanitário e de infraestrutura urbana.

A Constituição de 88 definiu a responsabilidade tripartite para a saúde: União, Estados e Municípios. Os Municípios devem arcar com algo em torno de 15% de suas receitas nos gastos com a saúde. Mas, em função da omissão da União e de muitos Estados, os Municípios vão arcando com valores da ordem de 22%, 25% e até 30% dos seus orçamentos. Essa forma de agir cria um transtorno muito grande, porque o Prefeito tem de abrir mão de outras políticas públicas, também importantes para a população, como o esgotamento sanitário e a atenção aos mais pobres, por meio do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas - Caps-AD.

Há uma questão interessante relacionada ao Caps-AD, porque, Deputado Mosconi, hoje a droga virou uma epidemia em nosso país. Em 2007, Lagoa Santa foi o 8º Município a implantar uma unidade Caps-AD em Minas Gerais. Em 2012, temos apenas 12 unidades de Caps-AD. E somos 853 Municípios. Na verdade, essa situação é angustiante, com um agravante ainda maior: a judicialização da saúde, que cria uma situação perversa, na qual o Prefeito é instado, em menos de 24 horas, a conseguir um leito de CTI. Houve uma decisão judicial em que determinado Juiz definiu que certo hospital deveria, imediatamente, providenciar um leito de CTI. Parece-me que havia 12 leitos, todos ocupados, e o hospital respondeu ao Magistrado: “Defina qual dos pacientes tiraremos do leito.” Então, essa situação é extremamente perversa, porque o Prefeito, na verdade, recebe a demanda de sua população, uma vez que o gabinete dele está sempre aberto.

Na questão da judicialização, dificilmente o Governador ou o Presidente da República é citado. No entanto, o Prefeito assume a responsabilidade de outros entes, porque o que cabe ao Município é a atenção básica e o pronto-atendimento, mas ele assume um procedimento de alta complexidade. Depois, o Tribunal de Contas glosa as contas do Prefeito, porque ele não poderia agir daquela forma, mas ele tinha uma decisão judicial para cumprir. Depois, ele terá de ressarcir o erário com seu recurso próprio. Na verdade, o que notamos é que os Municípios estão, cada vez mais, com o pires na mão, querendo atender a sua população. Portanto, aumentar os recursos para a saúde é uma questão de cidadania e de dignidade para o ser humano, e não podemos abrir mão disso.

Essa é uma situação extremamente grave. Se o Município tem de arcar e trabalhar com a atenção básica, ela tem de ser resolutiva. Um paciente que não é atendido na atenção básica pode agravar seu estado e evoluir para a alta complexidade, com custos elevadíssimos, e criar um grande transtorno. É isso o que está acontecendo. Os hospitais lotados são reflexo da falta de investimento na atenção básica. Essa é a nossa realidade. Então queremos cobertura de 100% da atenção básica em todos os Municípios. Isso é fundamental. O Município não pode sozinho arcar com todos os gastos com a saúde, como está acontecendo, e deixar a população à mercê de sua própria sorte. Repito: é isso o que tem acontecido.

Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, os Deputados, a sociedade civil, os Prefeitos e os Vereadores presentes por essa iniciativa. A Lei da Ficha Limpa nasceu de uma iniciativa assim e está revolucionando o nosso país, mas precisamos revolucioná-lo em relação à saúde. Conversava com o Prefeito Ângelo Roncalli, podem fazer uma pesquisa dos 853 Municípios e verão que a saúde será a primeira demanda de todos eles, com algo em torno de 60% das necessidades prioritárias da população. Isso é fato concreto. Portanto, na verdade, priorizar a saúde é resgatar a cidadania da nossa população. Se a saúde é um direito universal definido pela Constituição Federal, os recursos também têm de ser prioritários. E o Congresso Nacional tem de ter a altivez de resgatar uma demanda social de cada brasileiro. Não podemos abrir mão disso; não podemos nos furtar a esse debate; mas isso só ocorrerá com a ação efetiva de cada cidadão brasileiro. Esse projeto vai revolucionar o nosso Brasil. E contamos com cada um de vocês para fazer coro, e que o País possa, efetivamente, transformar sua realidade.

Palavras do Sr. Lincoln Lopes Ferreira

Deputado Carlos Mosconi, boa tarde; e prezado Florentino, nosso Presidente da AMB, em cuja pessoa cumprimento os demais membros desta Mesa. Ressalto a presença do Dr. João Batista, do Conselho Regional de Medicina.

Esse projeto realmente é de cidadania. O fulcro dele está na cidadania. Nós, cidadãos brasileiros, estamos manifestando que parte do que nos é recolhido como imposto deva ser gasto de uma maneira determinada por nós em um regime de direito e de democracia.

É importante ressaltar que, nós, da Associação Médica de Minas Gerais, filiada à AMB, encampamos de cara esse movimento. O movimento aqui logo ganhou uma conotação mais ampla. Vários conselhos – enfermagem, medicina, odontologia, terapia ocupacional -, as Secretarias Municipais de Saúde, o Movimento da Mulher, os Conselhos Estaduais e Municipais da Saúde, ou seja, várias entidades se irmanaram conosco desde o início das atividades, mostrando a amplitude e a importância dessa iniciativa. Ela, como já foi dito e ressaltado, teve uma origem; porém hoje ela se tornou bem maior: é uma iniciativa de todos nós.

Portanto cumprimento a Assembleia pelo apoio prestado. Nós, da Associação Médica, estamos colocando o melhor dos nossos esforços, dentro da nossa capilaridade, para que esse movimento chegue a um bom termo. Posso estar sendo excessivamente otimista, no entanto entendo que a nossa meta em Minas deva ser de 1.500.000 assinaturas para que o movimento tenha resultados nacionalmente. Mas acho que temos de colocar esse movimento como meta nossa, mineira: produzimos aqui 1.500.000 assinaturas. Posso estar sendo essencialmente otimista, mas acho que conseguiremos. Obrigado a todos. Boa tarde.

Palavras do Sr. Ângelo José Roncalli de Freitas

Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde, grande baluarte em defesa da saúde de Minas e do Brasil e, em seu nome, cumprimento todos os integrantes da Mesa. Também gostaria de saudar o Prefeito Rogério, companheiro que, com tanta propriedade, colocou um pouco das dificuldades do nosso Município. Cumprimento ainda os demais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, todas as senhoras e senhores. Gostaria de dizer que sempre que a AMM é convidada participa das diversas ações promovidas pela Assembleia Legislativa.

Na verdade, a nossa luta em defesa de mais recursos para a saúde vem de muito tempo. Realmente ficamos frustrados com a forma como se deu a aprovação da Emenda nº 29, sem garantias de percentual mínimo. Mas, por outro lado, em todos os pronunciamentos feitos anteriormente, todos ressaltaram que os Municípios cumprem muito mais do que a sua obrigação, mas certamente são os que sofrem as maiores demandas, pois o Prefeito é o que está ali mais próximo. Isso ficou muito claro. O Mauro, Presidente do Cosems, colocou muito bem as dificuldades que os Secretários enfrentam, bem como os gestores de saúde com a pressão do dia a dia. No que diz respeito ao Ministério Público, Dr. Gilmar, sabemos que, sem dúvida alguma, há muitos exageros. Em algumas circunstâncias,



cheguei até a colocar que o Prefeito vai acabar sendo preso, porque é um absurdo a judicialização, de forma que muitas pessoas que têm recursos, têm posses utilizam do mecanismo para querer que o Município arque com medicamentos e cirurgias, muito aquém das suas possibilidades. Assim, deixamos de atender pessoas mais carentes que realmente necessitam.

Para não ficar repetitivo em tudo aquilo que já foi falado aqui, gostaria de dizer que a AMM sente orgulho de ser parceira dessa mobilização. Estaremos levando essa questão a todos os 853 Municípios de Minas Gerais, a todos os Prefeitos e a todos os Vereadores, para que realmente possamos fazer a campanha como fazemos as campanhas municipais, de porta a porta, pedindo, colhendo assinaturas e, mais do que isso, explicando o porquê da necessidade dessa ação. Será um alerta a todos os Prefeitos e gestores de que não só colheremos assinaturas, mas também explicaremos para cada cidadão do nosso Município, usaremos os veículos de comunicação e levaremos informação de que realmente são os Municípios que arcam com a maior parte dos investimentos na saúde deste país. Se cada um deles contribuir com a sua assinatura, se cada um conhecer essa necessidade, faremos muito mais do que a pressão pelas assinaturas: a pressão será em nossos parlamentares. Nesse ponto, temos de parabenizar a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apesar de termos alguns desapontamentos com o Congresso Nacional.

Agora há pouco recebi uma ligação do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios dizendo que na Comissão de Saúde da Câmara e também em outras comissões já passou aprovação de alguns pisos. A Câmara Federal é especialista em criar pisos e obrigações, mas não indica de onde sai a fonte de recurso correspondente para que possamos arcar. Por exemplo, eles aprovaram um piso que está para ser votado no Plenário para os enfermeiros. Não que eles não mereçam, pois todos os profissionais têm de ser valorizados, mas a forma como isso tem acontecido que coloco em questão: estipularam um piso para enfermeiro no valor de R\$4.400,00 por 24 horas de trabalho. Vejam, a categoria se une, se movimenta no legítimo direito de democracia, mas também estamos lutando tanto nos Municípios para que venham mais recursos. Afinal, já estamos gastando muito além das nossas obrigações, muito além da nossa capacidade e ainda temos a insensibilidade do Congresso Nacional e dos nossos representantes de não observarem o clamor, que é unânime, de todas entidades aqui reunidas e da população que, de fato, precisa de mais recurso na saúde. Não aguentamos mais obrigações.

Portanto, contem conosco. Levaremos esse movimento a toda a Minas Gerais, teremos uma mobilização nacional em Brasília e, entre 13 e 15 de maio, estaremos levando a todos os Prefeitos do Brasil. É nessa Assembleia que geralmente tem a participação de 4.000 a 4.500 Prefeitos. Essa mobilização é para que o Brasil não só atenda às necessidades dos Municípios - como Presidente da Associação Médica em Minas Gerais de conseguir R\$1.500.000,00 só em Minas Gerais -, mas também para que possamos mostrar que os brasileiros realmente estão carentes, sofridos, e que o Senado, a Câmara Federal, enfim, todos possam trabalhar efetivamente para que tenhamos êxito. Na União está concentrada a maior parte dos recursos, a nossa luta é para que gastem, no mínimo, 10% da receita bruta com a saúde. Parabéns e contem com os Municípios. Estaremos sempre encerrando fileiras com movimentos como esse, que dará mais dignidade e saúde às populações mineira e brasileira. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marcelo Gouvêa Teixeira

Boa tarde. Permitam-me cumprimentar os presentes na pessoa do Deputado Carlos Mosconi. Acho que o desafio está muito bem caracterizado, ou seja, sua credibilidade e sua urgência para o País. Gostaria, de forma muito breve, de falar do caminho, da natureza do desafio que todos têm diante de si. A natureza desse desafio é de caráter civilizatório. São nesses momentos que nos definimos como nação, como vamos nos posicionar diante dele. Não tenho dúvida de que isso definirá as coisas, reafirmando nosso compromisso, nosso pacto de solidariedade firmado na Constituição de 1988. Caso contrário, vamos definir como uma nação mais egoísta e sem compromisso com a saúde pública como direito e como tributo de cidadania. Essa é a natureza do desafio que todos temos. É nesse momento histórico que vamos enfrentar esse desafio. Essa é a natureza. Esse tipo de desafio é de cada um, em seus cargos, em seus movimentos, em suas instituições. Temos de nos mobilizar pela defesa daquilo em que acreditamos, que deve ser o País em que vivemos. Essa é a natureza do desafio.

Lembro-me bem, em dezembro, ainda na ressaca da não aprovação dos 10% dentro do Senado Federal, onde a base governista fez uma manobra e rejeitou os 10%, o texto do Senador Tião Viana, bem como o movimento Primavera da Saúde; do conselho nacional ficaram fora. É importante que se faça essa reflexão, dentro dessas entidades, dentro dos Conasems, dos Cosems e do Conas. Lembro-me bem dos companheiros Jurandir e Eugênio debatendo esse assunto. Necessariamente, esse desafio não virá, com todo respeito aos nossos parlamentares, pelo processo legislativo regulamentar. Temos, entre a Constituição de 1988 e a Emenda à Constituição nº 29, 12 anos. A promulgação foi em 2000. O Deputado Carlos Mosconi já havia apresentado emendas.

O Congresso brasileiro demorou 12 anos para regulamentar um patamar mínimo, que é o que emergiu da Emenda nº 29, lembrando a fala do Deputado Federal Saraiva Felipe, muito abaixo dos tempos do Inamps.

A partir de 2000, tivemos mais 12 anos para regulamentar a Emenda à Constituição nº 29, ainda assim sem os 10% do ente federal. Como o Eugênio precisa muito bem, onde está a raiz, onde está a natureza do desafio?

Francamente, depois de 24 anos, ou nós todos nos posicionamos claramente, de forma engajada, ou vamos rasgar esse capítulo da Constituição de 1988. Na medida em que não há recursos suficientes, há o sucateamento. Lembro-me bem das críticas que o Inamps vivenciava ao longo da década de 80. Recortemos os jornais daquela época e vamos trazê-los para a atualidade. Estamos perigosamente com o mesmo tipo de crítica.

Então, ou a sociedade brasileira, cada um de nós, assume esse compromisso ou vamos redefinir, espero que não, o nosso pacto para um pacto não solidário, egoísta, de exclusão, de diminuir a cidadania neste País. Espero que não. Sou otimista. Desculpe-me da minha veemência em expor dessa forma, mas essa é a natureza do desafio do qual estamos diante.

Registro e agradeço aqui a presença do nosso Presidente do CRM, João Batista, que, ao longo do início deste ano, quando pedimos para o conselho receber as primeiras reuniões, de pronto, abriu as portas do conselho. Estivemos lá o Sind-Saúde, o SindiBel, o Conselho de Enfermagem, o Conselho de Nutrição, a AMB, a Secretaria de Estado de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde. Aliás, este último estava aqui com toda a sua mesa diretora. O Paulinho, o Cléber e Ângela estavam

aqui, mas já não a vejo. Mas quero dizer a todos que o Conselho Municipal de Saúde, que em Belo Horizonte é composto por mais de 3 mil Conselheiros espalhados pela cidade, está completamente engajado na coleta de assinatura nessa discussão no Município de Belo Horizonte. Além disso, há o Conselho, que já está coletando assinaturas com base no modelo de formulário que será lançado no dia 17, na sede da OAB, em Brasília, com a presença do CFM, da AMB, enfim, de mais de 60 entidades. Não tenha dúvida de que, Eugênio, dentro dos primeiros desenhos, nas discussões na sede do CRM, já pensávamos nos agentes de controle de endemias e agentes comunitários de saúde, só em Belo Horizonte estamos falando de 4.500 profissionais, estarem engajados e, com seu material de trabalho, poderem levar esse folheto e termos aqui na Capital o recado claro do compromisso de uma aposta numa sociedade inclusiva, justa, com direito à saúde com um atributo de cidadania.

O Sr. Presidente - Ouviremos, agora, com muita satisfação o representante do Ministério Público, o Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério de Minas Gerais, Gilmar de Assis.

Antes, gostaria de registrar que temos aqui vários Conselheiros Municipais de Saúde. Cumprimento-os e agradeço a presença, que, para nós, é muito significativa. Ressalto a importância de vocês no sistema como um todo. Poderão, aliás, ter um papel fundamental na coleta dessas assinaturas, a fim de que possamos fazer esse movimento aqui em Minas Gerais. Agradecemos demais a presença de vocês. A Casa toda, o setor de saúde reconhece o papel fundamental que exercem no sistema.

Palavras do Sr. Gilmar de Assis

Boa noite. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Carlos Mosconi, Presidente da Comissão de Saúde desta augusta Casa, e, desde já, parabenizar toda a Comissão de Saúde pela feliz iniciativa, de que certamente colheremos frutos. Penso que esse é o caminho, Deputado Mosconi: sairmos do discurso e passarmos efetivamente à prática. Aliás, esse tem sido o tom do Ministério Público com atuação na saúde nos últimos anos.

Quero endossar todas as falas que antecederam a minha, com uma singela ressalva: muitas vezes a judicialização se torna necessária para salvar a vida de pessoas que estão em uma situação desesperadora e que veem no Ministério Público e no Judiciário a última salvaguarda para que a sua dignidade humana seja garantida. Digo mais: não tenho dúvida, Prof. Eugênio, de que muitas vezes a judicialização acontece em razão do não enfrentamento das causas, e uma das causas é a inadequação do financiamento da saúde pública.

Vendo aqui o Renato, do Conselho Nacional de Saúde, quero dizer que, nessa perspectiva, desenvolvemos uma ação institucional de fazer fazer, que se chama Mediação Sanitária - Direito, Saúde e Cidadania. Vamos percorrer todo o Estado, a partir das macrorregiões, das regiões sanitárias de saúde, no viés, que também se vê na iniciativa desta Casa, de fazer fazer. Estaremos lá com o Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde, o Conselho de Saúde, os prestadores, os gestores, os Promotores de Justiça, os Juízes e os Desembargadores, desenhando, com o Estado, o Plano Regional de Saúde, as metas em saúde. Temos de inverter a lógica. Até agora o que se preconiza é “primeiro, o Orçamento; depois, as necessidades de saúde”. Não! O Orçamento é que tem de se adequar às necessidades de saúde do povo brasileiro.

Concluindo a minha fala, queremos convidar para essa caravana todo o Conselho, controle social que é nosso irmão consanguíneo, por juridicidade - assim entendemos -, no controle externo. Nela vamos desenhar, com os Municípios, o que foi aprovado no Decreto nº 7.508, ainda em junho de 2011. Ou seja, vamos potencializar, a partir das necessidades de saúde, por meio do contrato organizativo, essas regiões de saúde, para retirar dos grandes centros, como Belo Horizonte, toda essa atenção resolutive na média complexidade - às vezes, até em atenção primária - de outros Municípios. O sistema precisa ser organizado e mais bem-ordenado. Aliás, isso não é invenção do Ministério Público; há uma diretriz constitucional que preconiza a descentralização como princípio do SUS. Muito obrigado.

Palavras do Sr. João Batista Gomes Soares

Quero cumprimentar o Dr. Mosconi e agradecer a oportunidade, enaltecendo a qualidade desta Mesa: pela qualidade das palestras aqui proferidas, vemos que todos estão engajados e conhecem a situação. Quero também registrar a presença do povo do interior: Dr. Murilo, nosso colega, que é Prefeito de Matozinhos, e de um Vereador da minha terra, Manhumirim, que estava aqui até agora. Ou seja, temos de ressaltar não só a qualidade da Mesa, mas também a qualidade do público presente, todos envolvidos com a situação. Isso é muito importante para coroar com êxito esta iniciativa da Assembleia.

Estamos todos aqui, o pessoal dos hospitais, a federação das cooperativas, e isso é muito importante, porque prova e demonstra o nosso objetivo. Eu falo em nome dos médicos de Minas Gerais, onde há 54 mil médicos.

Dr. Mauro, em reunião recente, apresentamos algumas estatísticas, e uma delas demonstra que 96% dos médicos de Minas Gerais querem atender no SUS. Os médicos são a favor do SUS. Em que pese à tabela ser defasada, os valores às vezes insignificantes, os médicos atendem ao SUS com prazer. Então, registramos o empenho dos médicos para que o sistema evolua.

Digo também, com certeza, que, à medida que o sistema se organiza, falas como a do Dr. Vilaça, que demonstram, realmente, as falhas que precisam ser corrigidas, as quais nós às vezes criticamos, são críticas construtivas, porque acreditamos no sistema. O Conselho é também uma entidade que defende o bem do povo. Ele é do médico, pago pelo médico, mas é em prol da população, da boa saúde da população.

Então, há iniciativa, como bem disse o Dr. Marcelo. Já realizamos algumas reuniões no Conselho com participação de várias entidades importantes, representativas. E vamos continuar nessa luta. Não importa que isso saia da AMB, do CFM, da OAB, de quem quer que seja, esse é um movimento do povo mineiro e nós vamos mostrar, em nível nacional, a capacidade que Minas Gerais tem de levantar esse tipo de movimento. Esse é o nosso compromisso. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde. Inicialmente quero nos parabenizar, a Assembleia, a Associação Médica, o Conselho Regional de Medicina, o setor Judiciário, a nossa Igreja Católica, que estabeleceu como fundamento da Campanha da Fraternidade a questão da saúde, o que



demonstra sua preocupação com o assunto. Parabéns ainda os Secretários, os Agentes Comunitários de Saúde, enfim, todos vocês. Aqui já foi dito, mas não custa repetir a importância do significado extraordinário desta reunião. É muito bom, assim como é muito bom estar aqui presenciando, participando, testemunhando, sendo sujeito dessa história. Eu me sinto sujeito da história de construção do SUS desde a sua concepção, antes mesmo da VIII Conferência Nacional de Saúde.

Então é bom vermos como tudo está caminhando. Apesar de alguns clamores, de reclamações, inquietudes, de que há muitas ameaças, o que é verdade, nós que fizemos essa caminhada somos testemunhas dos avanços extraordinários que aconteceram na saúde. E não é pouco - não é, Dr. Vilaça? - 60 milhões de brasileiros serem transformados, com a promulgação da nossa Constituição brasileira, de pessoas dependentes, de miseráveis, carentes, em cidadãos. Isso é uma coisa extraordinária.

Vou falar muito pouco aqui, mas quero destacar, primeiro, o processo da saúde. Sou médico, formado há quase 40 anos, e sei da importância de nós, médicos, nesse contexto, mas eu não posso ver e entender menos qualquer um dos componentes dessa cadeia da atenção à saúde. Creio que são tão necessários, na promoção, no cuidado com a saúde, quanto o médico o agente comunitário, o enfermeiro, o psicólogo. Todos nós somos importantes, o Promotor de Justiça. Somos necessários, somos parte dessa corrente, e nenhum elo pode ficar fora. E, nesse contexto, o financiamento deve colocar como um dos fundamentos da boa gestão de saúde, dos bons resultados, a valorização dos prestadores, dos sujeitos promotores, dos cuidadores da saúde.

Quero dizer ao Dr. Gilmar que vejo com muito orgulho a ação do Judiciário. Por falta de compromisso e às vezes até por não encontrar uma solução imediata, a presença do Judiciário, a judicialização, para sustentar a cidadania. Acho que é muito interessante. Mas eu queria sugerir-lhe: a regulamentação da Emenda nº 29 serviu, no primeiro momento, para ajustar as ações dos Estados brasileiros em relação à saúde, porque os Municípios já a cumpriam, em virtude da pressão direta, da presença mais próxima com os cidadãos. Essa história que vocês ouviram, se tomarmos desde a aprovação da Emenda à Constituição nº 29, verificaremos que os Municípios, pela força natural do povo e pela proximidade com a população, já a cumpriam sem precisar regulamentá-la, sem precisar de caracterizar o que são e o que não são serviços de saúde. Mas serviu para ajustar os Estados. A União não mudou aquilo que ela já aplicava, ou seja, a Emenda à Constituição nº 29 foi explicitamente regulamentada, sem acrescentar nada para a União.

Já realizamos aqui audiência pública muito importante nesta Assembleia, com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que penso ter sido esclarecedora e aproximadora do tribunal com o setor de saúde. O Supremo Tribunal Federal fez audiências em cinco sessões, e isso também facilita o entendimento dos juristas em relação à judicialização. Acho que avançamos muito no sentido de compreender que, muitas vezes, também a judicialização estava equivocada quando sustentava interesses de setores industriais, de prestação de serviço, muito mais para garantir o produtor, a tecnologia que o cidadão estava precisando. Então queria sugerir que o Judiciário, ao determinar o cumprimento da atenção à cidadania, olhasse para quem menos cumpre ou quem mais deve à saúde, não só os Municípios. Sugiro ao Judiciário que, quando emitir uma ação para atender alguém, que cobre do Estado ou da União os recursos necessários para pagar a conta, e não dos Municípios, que já pagam a conta.

Do ponto de vista técnico, Deputado Carlos Mosconi, talvez possamos trabalhar abrindo um sistema eletrônico - já ouvi esses comentários e não sei em que nível está. Seria muito interessante que criássemos uma rede de comunicação, por meio da informática, para facilitar o acesso daqueles que querem aderir a esse grande projeto, no sentido de conseguirmos assinaturas eletrônicas. Não sei se há viabilidade, mas queria propor isso. E queria propor isso para a nossa Igreja, para a Associação Médica, para o Conselho Regional de Medicina. Talvez a Assembleia pudesse até sugerir, Deputado Carlos Mosconi, que criássemos um dia mineiro de mobilização por mais recursos na saúde.

Nesse dia poderíamos ter, mobilizados, todos os agentes comunitários, as escolas, os postos de saúde, para que, num dia, houvesse uma grande mobilização. Marcelo, acho que poderíamos juntar todas as Secretarias, os Municípios, os Prefeitos, e colocar uma mesinha na praça, na Prefeitura, nos nossos gabinetes, para um dia inteiro de mobilização por mais recursos no setor de saúde. Então, quero concluir fazendo essa proposta, esse encaminhamento. Talvez, quem sabe?, um dia nacional. Se não puder isso, o dia mineiro de mobilização por mais recursos no setor de saúde.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Com a palavra, o Deputado Carlos Mosconi.

Palavras do Deputado Carlos Mosconi

Creio que, após tantos oradores experientes e brilhantes e exposições tão elucidativas, me restaria pouco a dizer, mas mesmo assim arriscarei. Gostei muito do que ouvi. Apesar de tantos oradores, não ouvimos aqui meras afirmações repetitivas. Pelo contrário, ouvimos exposições com diversos matizes e diferenças, mas todas dentro desse rumo que estamos analisando que é o do financiamento da saúde em nosso país. Fico me perguntando: por que o Brasil se recusa, com tanta insistência, financiar adequadamente a saúde para o atendimento da nossa população? Afinal qual é o motivo? O que acontece? Apesar das dificuldades que naturalmente existem, essa barreira quase intransponível não ocorre nos outros setores, que avançam no que diz respeito ao financiamento. Por exemplo, a educação conseguiu uma vinculação de recursos na Constituinte e projetos que ocorrem por aí também conseguem financiamento. No entanto, a saúde não. Na verdade, o que há é uma barreira. Não sei se é uma questão cultural. O Brasil se acostumou a não gastar dinheiro com saúde. Penso que há uma certa tradição.

Há algumas décadas, o Ministério da Saúde era uma instituição paupérrima e não tinha dinheiro para nada. Em termos de saúde no Brasil, quem o tinha era o Inamps. O Ministério da Saúde era pobre e cuidava de doenças endêmicas no interior do País com recursos muito poucos. Aí ocorreu uma mudança no Inamps, que era quem tinha dinheiro. Agora de quem era o dinheiro do Inamps? Não era o governo quem punha dinheiro no Inamps, mas sim a população. Esse dinheiro vinha direto do trabalhador brasileiro. Não era recurso orçamentário do País, mas sim advindo dos trabalhadores do Brasil, que era os que faziam a força da Previdência e do Inamps, que usava tradicionalmente um terço dos recursos da Previdência para o custeio da assistência à saúde da população previdenciária, para aqueles que tinham carteira assinada. Quem não a tinha ficava à deriva e não tinha direito absolutamente a nada.

Entendo que no Brasil se acostumou a dizer que não se gasta dinheiro com saúde. Se nunca se gastou, por que se gastaria agora? Há uma cultura arraigada de nossos governantes, que consideram natural não se gastar dinheiro com a saúde. Vejo a equipe econômica



dizer: “Não, não faz isso” - aliás, não quero dizer equipe econômica deste ou daquele governo, mas equipe econômica de maneira geral. Sempre há uma recusa. Durante tanto tempo, vivi no Congresso lutando em busca de recursos para a saúde desde a Constituinte. No entanto, diziam: “Para a saúde, não pode”. Ora, meu Deus, por que não? O que estamos enfrentando hoje é essa resistência arraigada dos nossos governantes de que a saúde já viveu de benemerência, dos hospitais filantrópicos, das santas-casas do Brasil, que isso tem um pouco da tradição de Portugal, assim como viveu da questão do Inamps e o dinheiro não era do recurso orçamentário do País. O Inamps fazia jus ao recebimento de um terço dos recursos da Previdência. Lembro-me de que, quando era Presidente do Inamps, um belo dia, o Ministro da Previdência, Antônio Britto, ex-Governador do Rio Grande do Sul, sem mais nem menos, resolveu dizer o seguinte: “A partir de hoje, o Inamps não recebe mais o dinheiro da Previdência, porque este está fazendo falta para pagar a Previdência, assim como benefícios, aposentados, etc.”.

Ninguém é contra o pagamento de benefícios de aposentados, é lógico. Mas isso foi retirado da saúde sem nenhuma cerimônia. Existe essa tradição no Brasil de considerar que a saúde é uma entidade absolutamente secundária e subalterna. Então, quando o Inamps foi extinto, veio o SUS. E onde estava o dinheiro do SUS? O SUS não tinha dinheiro. Então faziam uma pergunta em relação ao que a Constituição dizia. Que beleza, essa Constituição! Criaram esses direitos, mas quem iria pagar essa conta? Quem não ouviu essa pergunta tantas vezes? Quem vai pagar essa conta? Deveria estar escrito quem pagaria. Queríamos que alguém pagasse a conta, mas não conseguimos aprovar na Constituição. Em razão da primeira frase da Constituição, que diz que a saúde é um direito de todos, ou seja, por causa da palavra “todos”, a população assimilou esse direito, que é dela. Agora é um direito de todos. Por outro lado, os governantes do Brasil não assimilaram que é um dever do Estado. Está na Constituição, mas eles se recusam a considerar que isso é disposição constitucional e não a praticam de maneira nenhuma.

Esse é um fato, e é contra esse fato real, que devemos lutar. Já lutamos no Congresso, na Constituição, nas Assembleias do País e nas Câmaras de Vereadores. Mas agora vamos fazer o que talvez seja possível, o que nos resta fazer, ou seja, levar para o Congresso um milhão e meio de assinaturas do povo brasileiro, a fim de que o governo, a nação brasileira entenda que tem de gastar decentemente com a saúde de nosso povo. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, e elas deverão ser feitas oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que, ao fazerem uso do microfone, se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

A Presidência gostaria de informar a todos que a publicação da ata deste ciclo de debates será feita no diário oficial do Estado de Minas Gerais, na edição do dia 20/4/2012, na seção “Diário do Legislativo”. Também gostaria de esclarecer aos interessados em gravar em vídeo que este ciclo de debates foi transmitido ao vivo hoje, mas que a reprise será exibida pela TV Assembleia, no dia 1º de maio deste ano, às 9 horas.

Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, damos início à fase dos debates. Antes, porém, gostaria de dar um aviso: muitas perguntas foram encaminhadas ao Secretário Antônio Jorge, que já não se encontra aqui. Muitas delas vêm com o “e-mail” de quem está perguntando. Vamos encaminhá-las ao Secretário Antônio Jorge, a fim de que a elas responda. Não sei se vamos ter tempo de responder a todas, mas, caso não seja possível, vamos usar o mesmo recurso, ou seja, responder pelo processo eletrônico.

Dando continuidade a este evento, quero dizer que há uma relação de inscritos, aos quais gostaria de ouvir. O primeiro é o Chico Simões, Prefeito de Coronel Fabriciano, mas ele teve de se retirar. O segundo é o Renato Barros, do Sind-Saúde.

O Sr. Renato Barros - Gostaria de cumprimentar o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, e demais componentes da Mesa. Quero iniciar dizendo que falar do SUS é falar da vida, falar do SUS é falar de controle social. Senti a ausência na Mesa do controle social, que realiza essa luta do SUS e o efetiva. As presenças foram citadas pela Mesa, mas ela não viu o controle social, que tem travado essa luta para garantir efetivamente o financiamento para a saúde. No final da década de 80, início da década de 90, com a PEC nº 169, dos Deputados Eduardo Jorge e Waldir Pires, fomos para as ruas fazer a coleta de assinaturas, que resultou na regulamentação da Emenda nº 29, que ainda não é a emenda dos nossos sonhos. Temos sintonia com a iniciativa desta Casa, para buscar efetivamente a assinatura de 10% das receitas correntes brutas para a saúde. Assim, faremos uma cobrança à União. Mas, efetiva e oportunamente, o controle social - e os sindicatos não ficam de fora - não pode deixar de cobrar por uma prática.

Vejo ali uma faixa com os dizeres “Financiamento do SUS – Minas precisa fazer sua parte”, que me chamou a atenção. Esse é o acompanhamento que efetivamente fazemos no controle social. E devemos redefinir os recursos praticados pelo Estado de Minas Gerais. Precisamos dizer onde alocar esses recursos. Temos 24 anos de sistema e de ausência de investimento na sua força de trabalho. Isso tem sido um ponto de estrangulamento do sistema. Então precisamos definir onde colocar esses recursos.

Alguns pontos expostos aqui pelo próprio Secretário e pelos demais expositores chamaram minha atenção, como o fato de mencionarem a necessidade de verificarmos como efetivar esse sistema. Pensando em Minas Gerais, temos estrangulamentos que devemos atacar efetivamente, como a área de urgência e emergência, o atendimento neonatal, quer dizer, o atendimento integral à mulher.

Vejam a Maternidade Odete Valadares, com 18 leitos de CTI de alta e média complexidades fechados. Precisamos ver como tratar isso. Então devemos fazer uma pactuação para corrigirmos esse investimento em nível estadual e pressionar em nível nacional. O controle social tem feito isso.

No mês de maio ou início de junho faremos aqui uma plenária de Conselhos de Saúde. Reuniremos e convocaremos todos os 853 Municípios de Minas, aliás, queremos a parceria do Cosems, que tem sido eterno parceiro nosso. Faremos essa mobilização. Organizaremos Minas Gerais ampliando essa coleta de assinaturas para, em julho, irmos a Brasília cobrar no Congresso Nacional, no



governo Dilma, a reformulação desse posicionamento, para ampliarmos e alterarmos a regulamentação da Emenda nº 29, que foi uma luta histórica do movimento social. Estou vendo vários Conselheiros Municipais de Saúde presentes ansiosos por participar dessa luta com o Legislativo mineiro. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito bem, Renato. Chamo agora o Sr. Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

O Sr. Roges Carvalho - Cumprimento esta iniciativa da Assembleia. Este espaço, lugar de o povo se manifestar, é importantíssimo.

Gostaria de ressaltar também que faltou o controle social na Mesa. Não há dúvida. Meu caro Presidente Mosconi, este momento não começou agora. Isso é uma luta do controle social, dessa militância. Então, deveria haver alguém do controle social aí, alguém do Controle Nacional de Saúde, do Conselho Estadual de Saúde ou do Conselho Municipal de Saúde, que é o pessoal que realmente carrega o piano. Não quero dizer que os outros não carreguem, mas acredito que o pessoal do controle social carregue mais, e pelas beiradas, o que é pior.

Mas foi interessante aquela observação de por que os governantes nunca colocaram tanto dinheiro, não têm vontade de colocar. Penso que eles não se preocupam muito com os pobres, Deputado Mosconi. Sinto que os governantes pensam que os pobres ou aqueles que precisam do SUS nunca adoecerão. Porque, se eles adoecessem realmente, e, quando digo eles, quero dizer nós, realmente faltaria dinheiro para o SUS.

A minha preocupação com os pobres me leva a dizer que deveríamos ser mais generosos. Vamos colocar mais dinheiro no SUS, assim como temos de colocar mais também na educação. Se ando de transporte coletivo em Belo Horizonte, sei a minha capacidade, a minha habilidade de criticá-lo. Eu não ando de carro. Então, essa é uma questão muito clara para mim. Mas quero dizer uma coisa interessante e que deve ficar muito clara: o SUS, para nós, tem de ser vivenciado a cada momento da nossa vida.

Vivenciar um SUS a todo o instante é diferente de vivenciar uma procriação. Parece que as pessoas vivenciam o SUS a partir da fala dos governantes: “Vamos botar dinheiro nesse trem aí. Não! Há a saúde privada também, que já está aí. Vamos fazer o que puder ou, como na educação, deixem aprender do jeito que está para ver como fica”. Sem falar das outras iniciativas. Não se pensa no SUS como uma roupa que vestimos desde o momento que acordamos até na hora de dormir, porque é ele que vivenciamos, é ele que a gente usa. Não temos saúde privada nenhuma. Vou para a fila do SUS. É por isso que digo essas coisas aqui. Se perguntassem aos presentes quem tem plano de saúde, poucos diriam que não têm nenhum plano.

É difícil formularmos, executarmos e não consolidarmos política, quando muitos e muitos e muitos que falam sobre e defendem o SUS têm saúde privada. Esse discurso e essa prática são complicadíssimos. Não tem jeito, não bate. Hoje me preocupa quando falamos do SUS e pensamos em sua integralidade. Dizem que ele é universal. Muitas vezes dizemos: “Esse SUS é uma política de inclusão social”. Isso me dá uma revolta muito grande, porque parece que é o que sai pelo gotejamento ou pelo ladrão e falam como se estivessem fazendo um favor. Dizem: “Vou fazer uma inclusão”. Disseram muito bem hoje que o SUS é uma política de direito. O direito é de todos e está garantido na Constituição. Pode até haver inclusão, mas não tem que incluir ninguém no SUS. Nós já estamos garantidos. Então fica esse jogo, e cai na sua fala novamente muito bem colocada. Por que não colocam dinheiro na saúde? Justamente, porque usam determinadas artimanhas, bagagens conceituais para empurrar as pessoas, para dizer que o SUS é um sistema que tem que ser de pobre. Ou então, o SUS é de pobre e de outros. E não concordamos com isso.

Deputado Carlos Mosconi, estou caminhando para o final da minha fala, mas acho importante falar sobre isso. Fico preocupado ainda, pois, se pensarmos no SUS hoje como um sistema público universal, maior e melhor do mundo, que vivenciamos como militantes e lutamos por ele, como posso pensar numa questão discriminatória de profissionais de saúde? Atualmente, tramita nesta Assembleia um plano de carreira para os médicos - e eles merecem, pois são trabalhadores como os demais profissionais, mercedores de todo o nosso respeito -, mas eles não podem se diferenciar dos outros profissionais de saúde. Isso é um desestímulo grande na gestão do trabalho do SUS. É um projeto que vem da Assembleia, e os nossos Deputados irão aprová-lo. Por que não fizeram essa discussão do plano de carreira e cargo de salário dos profissionais de saúde na mesa estadual de negociação do SUS? Lá é a instância para se fazer essa discussão, para vir a esta Assembleia e bater o martelo. Queremos que todos ganhem, mas que ganhem bem, com respeitabilidade e tudo.

Finalizando e desde já agradecendo, devemos ter horário integral. Se não for assim, perdemos toda a política que construímos. Dessa forma, não dá mais para contrariarmos a grande vocação do SUS, ou seja, a prevenção e a promoção da saúde daquele que precisa. E ver 80% dos recursos do SUS irem para a média e alta tecnologias e para a tecnologia “hi-tec”. Média e alta complexidades já não interessam à saúde. Temos outros olhares e outros afazeres. Devemos valorizar o Programa de Saúde da Família. Esse modelo estratégico de saúde da família é importante para nós, já não podemos fugir dele. Essa crítica deve ficar aqui, Deputado Carlos Mosconi, para que a Assembleia pense e diga: “Veja, o SUS só pode ser construído de maneira integral, universal. Por isso, devemos estar juntos”.

Muito obrigado. Alonguei-me demais, mas valeu a pena, pois estamos juntos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Agora, passarei a palavra ao Dr. Luiz Fernando Caetano Machado, membro do Conselho Estadual de Saúde.

O Sr. Luiz Fernando Caetano Machado - Pessoal, é quase “boa noite”, pois o nosso trabalho se estendeu muito. As adesões são tantas, que essa Mesa deveria ser um plenário. Concordo com o colega que a participação de todos é importante.

Eu sou do Conselho Estadual de Saúde, sou médico, já fui cooperativista da Unimed, já fui Superintendente de hospital, já fui da associação dos hospitais, sou do sindicato dos hospitais, então tenho uma boa experiência na minha carreira na saúde. Estou aqui representando Olavo Machado, da Fiemg, que mandou o recado de que essa Federação está apoiando totalmente o movimento Assine Mais Saúde. Temos de não só estar em nossa área, mas ultrapassá-la. Como médico e irmão dele, também temos de ultrapassar essa barreira e buscar todo apoio. Mais do que nos dividir entre Plenário e Mesa, temos de estar do mesmo lado. Isso é o mais importante.

Aderindo à ideia do Luiz Adelmo sobre um “site”, acredito que as exposições foram tão ricas que gostaria de ter esse material. Se houvesse um “site” do Assine Mais Saúde, só o material exposto hoje já daria motivo para visitá-lo.

O Sr. Presidente - O material estará disponível no “site”.



O Sr. Luiz Fernando Caetano Machado - Isso já nos dá uma boa razão para pedir ao pessoal visitar e assinar.

Eugênio, a minha preocupação é quando comparamos os Estados Unidos com o Brasil. Tem muita verba nos Estados Unidos, verba que muitas vezes vai só para o fornecedor e não chega a nós, ao médico, ao hospital, ao servidor da saúde. Muitas vezes fica só no fornecedor. O reprocessamento de saúde, por exemplo, em que o Brasil é um dos pioneiros, a Anvisa não nos permite fazer. Quem não atrapalha já ajuda. Muitas vezes os próprios órgãos do governo estão prejudicando a saúde.

Em Belo Horizonte houve um movimento para utilização do solo, e fomos à conferência, e o resultado foi de 23 a 0 pela flexibilização da lei de uso do solo para os hospitais. Cerca de 70% dos hospitais de Belo Horizonte são antigos, têm mais de 40 anos. Na hora de fazer crescer os hospitais, a lei não deixou, por causa do Iepha, do número de andares etc. A cidade está cheia de arranha-céus, mas os hospitais não podem. Quando falamos da subescala, a própria lei municipal não deixa os hospitais crescerem. Então, mais do que recurso, é preciso haver sustentabilidade ou flexibilização das leis para sustentarmos melhor a nossa saúde. Agradeço. Esse movimento tem apoio da Fiemg, e falo em nome do sindicato dos hospitais, pois os funcionários da saúde já são uma grande força. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Paulo de Lima Furtado, do Conselho de Saúde. Na sua ausência, com a palavra o Sr. Moacir Barbosa de Figueiredo. Na sua ausência, com a palavra o Sr. Ronaldo Cardoso Lousada, da Câmara Municipal de Varginha. Na sua ausência, com a palavra o Sr. Marcos Antônio da Silva, do Sind-Saúde.

O Sr. Marcos Antônio da Silva - Sr. Presidente; na pessoa do Deputado Adelmo Carneiro Leão, cumprimento a Mesa e os presentes no Plenário. Sou funcionário da saúde há 28 anos e trabalho no maior hospital de traumatologia de Minas Gerais e talvez da América Latina.

No final, podemos chegar à pergunta que quero fazer ao senhor. Hoje o problema da saúde não é apenas uma questão de captar assinaturas e recursos, mas dar transparência ao gasto com a saúde. Sabem por quê? No hospital de traumatologia onde trabalho foi feita uma reforma recentemente, em que foram gastos R\$50.000.000,00. Fizeram um heliporto maravilhoso, mas vá lá visitar a obra feita. Lá está tudo rachado e, se chover, choverá mais dentro do que fora. Então, deve-se saber como são gastos os recursos da saúde. O problema é que o recurso é mal investido pelos gestores, os quais são nomeados exatamente pelos Executivos.

Assim, temos de verificar isso, porque colher assinatura é fácil. Sou um dos maiores defensores da Emenda nº 29, e ajudei a construir o Sistema Único de Saúde - SUS. Tenho o maior orgulho disso. É o melhor plano de saúde do mundo, não apenas do Brasil. Mas, lamentavelmente, ele não funciona, devido ao egocentrismo dos grandes capitalistas, até mesmo os da saúde privada, que às vezes contribuem, outras vezes levam mais do que o necessário para contribuir com a saúde do cidadão. Não é apenas a questão de captar assinaturas. Vi os Prefeitos reclamarem dos recursos; os Municípios os investem claramente. O governo do Estado deveria investir 12% do orçamento na saúde do Estado, mas não investe nem 7%. Cobrar é fácil. Então devemos ser claros.

Parabéns por esta audiência. Contribuirei colhendo as assinaturas, mas acho que devemos ser coerentes. Não podemos, da forma como está acontecendo, tapar o sol com a peneira. Deveremos ser claros nesta audiência pública, para que a sociedade saiba, de fato, para que servem os recursos da saúde.

O Sr. Presidente - O próximo orador é o Sr. Aurelino Carlos Fernandes, do Conselho Municipal de Saúde de Contagem, mas ele não se encontra presente. Então, a última inscrita é a Sra. Maria Lúcia, do Centro de Saúde.

A Sra. Maria Lúcia - Estou sentido falta de uma presença feminina na Mesa. Precisamos incluir as mulheres. O Marquinhos levantou uma questão muito pertinente, que é a de recursos mais, mas como se aplica esse recurso? O Roges falou sobre isso com muita pertinência, e não podemos esquecer que o SUS não é feito somente para os pobres e para os mais pobres. O SUS é um sistema universal para todo cidadão brasileiro. Saúde pública não é pobre na porta de hospital público, não. SUS é vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, é saúde para o povo que precisa de saúde.

Parabenizo esta Assembleia, porque essa luta, na verdade, não é dos Deputados ou do povo pobre, mas do povo brasileiro. Precisamos, sim, da saúde, em função dessa necessidade do povo brasileiro. O País só se desenvolverá quando o povo tiver educação e saúde de qualidade. Precisamos valorizar todo esse recurso que é repassado para a saúde. Não podemos esquecer que o governo de Minas tem de explicar à população como ele investiu recurso da saúde na Copasa. O povo brasileiro e o povo mineiro precisam dessa explicação. Senão, haverá mais 10%, o dinheiro some e ficamos sem saber em que esse recurso foi aplicado.

É importante abirmos um debate em relação ao que foi votado ontem, no Supremo Tribunal Federal, pois temos de discutir a questão do aborto. O aborto é questão de saúde pública e envolve muita política para as mulheres. Na verdade, isso tem de ser uma escolha para as mulheres. Tenho a minha fé e acredito muito na vida, mas a questão do aborto é um debate que tem de ser feito por mulheres. Faço uma crítica: muitas vezes os debates são feitos por homens. E os homens não carregam no ventre os filhos e não dão o direito de escolha às mulheres. O que vemos é que a mulher pobre muitas vezes não tem escolha, mas a mulher rica, sim.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Maria Lúcia, pelo depoimento. Temos uma série de indagações que foram apresentadas. O senhor pode usar o microfone. Quero apenas esclarecer que foram feitas dezenas de indagações e não teremos condições de responder a todos, até pela impossibilidade do horário, uma vez que temos problema de regimento. Vamos encaminhar essas perguntas, pois, praticamente, todas as pessoas colocaram o seu "e-mail", portanto daremos a resposta. A pergunta será encaminhada à pessoa a quem foi feito o questionamento, que responderá por "e-mail". Quero também passar o "site" da Assembleia: www.almg.gov.br. Todas as informações estarão disponíveis lá.

O Sr. Lacyr Andrade - Meu caro Presidente, Deputado Carlos Mosconi, a quem tenho a satisfação de conhecer há muitos anos, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da Mesa; meus senhores e minhas senhoras. Estamos na hora avançada. Lembro aquela frase latina: "Roma locuta, causa finita". "Roma falou, tudo cessou". Foram excelentes os pronunciamentos e ficaram marcados, pois conseguiram tocar a todos nós.

Vim aqui porque estamos empenhados em ajudar um hospital em Viçosa. Temos a experiência das dificuldades por que estão passando os hospitais. Ajudamos a fundar e manter esse hospital em Viçosa. Voltamos lá, como Presidente da Fundação Assistencial Viçosense, e estamos empenhados em uma campanha. Trago aqui a experiência que estamos tendo em Viçosa: o envolvimento da



sociedade na participação das necessidades da cidade. Estamos tendo muita dificuldade com a falta de recursos para o nosso Hospital São João Batista. Portanto, estamos envolvendo a comunidade para que participe com contribuições mensais. Já temos uma grande lista, mas as contribuições estão pequenas. Vamos pegar as pessoas com mais recursos, Viçosa tem capacidade para isso, para complementar os recursos que não chegam.

Respondendo à indagação do ilustre Presidente, “quem paga essa conta?”, meu secretário respondeu: “Os hospitais”. São os hospitais que estão pagando as contas, ficando endividados. Os diretores ficam com os nomes presos nos bancos, envolvidos nos protestos que existem contra os hospitais. Deputado, quem paga as contas são os hospitais. Estamos empenhados na sua campanha também. Vamos envolver essa campanha com o nosso trabalho de recolhimento de recursos para os hospitais. Vamos levar a mensagem da necessidade de mais recursos para a saúde e conseguir as assinaturas necessárias. Parabéns, Deputado Mosconi. Parabéns a todos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao nosso colega e ex-Deputado Lacyr Andrade. Saiba que é uma grande satisfação tê-lo conosco aqui.

A Presidência agradece o comparecimento de todos, em especial dos nossos expositores e da plateia, que teve uma paciência muito grande durante todo esse tempo aqui. Esperamos que todos nós façamos esse esforço em nosso ambiente de trabalho, em nosso local de colher assinaturas, para que possamos levar para o Congresso Nacional as assinaturas de Minas Gerais, contribuindo para que o Brasil possa, em termos definitivos, aprovar o financiamento para a saúde.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/4/2012

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Sávio Souza Cruz e João Leite (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Luzia Ferreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.935/2012, em turno único, do qual designou como relator o Deputado Delvito Alves. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 104/2011 (relatora: Deputada Luzia Ferreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.334/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr. em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte para debater a qualidade e o tipo das sacola plásticas comercializadas no Estado, tendo em vista que a maioria delas não atendem às normas vigentes; e Gilberto Abramo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação da aquicultura no Estado. Em seguida, os seguintes requerimentos têm sua votação adiada, a requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz aprovado pela Comissão: Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as diversas restrições impostas pelos órgãos ambientais que impedem ou atrasam o andamento das diversas obras no Estado; e Délio Malheiros (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a cobrança que seria devida pelas empresas mineradoras na exploração dos recursos hídricos estaduais, quando do desenvolvimento das suas atividades minerárias; e seja realizada reunião de audiência pública para debater o impacto ambiental que a atividade de mineração nas serras do Município de Lima Duarte, na Zona da Mata, pode acarretar. Ato contínuo, são recebidos pela Presidência os seguintes requerimentos dos Deputados: Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para avaliar a situação dos Municípios mineiros frente à Lei nº 12.305, de 2010, que institui o Programa Nacional de Resíduos Sólidos, em decorrência do prazo dado aos Municípios (agosto de 2014) para para eliminar os lixões e criar aterros sanitários; e Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização e de Participação Popular para debater o licenciamento de hotéis no Município de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Luzia Ferreira, Presidente - Delvito Alves – Sávio Souza Cruz.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, EM 3/4/2012

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Luzia Ferreira e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Liza Prado e o Deputado Doutor Viana. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da

2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Luzia Ferreira, Rosângela Reis, Liza Prado e Doutor Viana em que solicitam sejam realizadas reuniões de audiência pública para promover a contextualização da violência contra a mulher no Brasil e no Estado, realizar diagnóstico situacional, diretrizes e órgãos responsáveis pelas políticas, integração setorial, legislação pertinente, acordos e demais instrumentos internacionais de proteção; debater o acesso à justiça, a rede de prevenção e de acompanhamento sociofamiliar à mulher em situação de violência doméstica e sexual; e produzir informações sistematizadas sobre a violência contra a mulher e instrumentos de monitoramento; e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado às instituições ligadas à temática da Comissão “e-mail” contendo informações sobre as atividades desenvolvidas por ela. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Maria Tereza Lara - Rosângela Reis - Luzia Ferreira.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, EM 10/4/2012

Às 15h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Paulo Lamac, Vanderlei Miranda, Célio Moreira e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado em que solicita seja elaborada cartilha, ao término desta Comissão, para distribuição nas escolas, com medidas e informações destinadas a prevenir o uso de drogas e em especial o “crack”; e dos Deputados Paulo Lamac em que solicita seja alterado o nome desta Comissão, para que doravante seja denominada “Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack”, Vanderlei Miranda em que solicita seja realizada visita ao Tribunal de Drogas de Miami, EUA, para conhecer a experiência bem-sucedida daquele Tribunal, que conseguiu a redução de 33% do número de crimes desde sua implantação, bem como o abandono das drogas por oito de cada dez dependentes, e Célio Moreira e Tadeu Martins Leite em que solicitam sejam realizadas audiências públicas em Belo Horizonte, nos Bairros Barreiro e Venda Nova, bem como nos Municípios de Diamantina, Montes Claros e Curvelo para discutir o enfrentamento do “crack” nessas localidades. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Paulo Lamac, Presidente - Duarte Bechir - Vanderlei Miranda.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2012

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Duarte Bechir e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento de ofício do Deputado Neilando Pimenta em que justifica sua ausência a esta reunião. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 490/2011, no 1º turno, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, do Projeto de Lei nº 490/2011 (relator: Deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.828/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Secretária Adjunta de Estado de Educação, pela implantação do Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais; Duarte Bechir (3) em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Instituto Metodista Izabela Hendrix pela realização de campanha educativa pelo respeito à faixa de pedestre; em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Estado de Educação pelo trabalho desenvolvido pelos professores da rede estadual de ensino que resultou na quinta vitória consecutiva dos alunos do Estado na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas; e em que solicita seja formulado voto de congratulações com a referida Secretaria pela conquista, por aluno da rede pública de ensino, da 1ª colocação no resultado geral do vestibular da UFMG. É aprovado o relatório da visita desta Comissão ao Cetec realizada em 29/3/2012, o qual segue publicado após as assinaturas. Neste momento, a Presidência registra a presença do Sr. José Esteves Pires Junior, ex-Vereador de Araxá. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Bosco, Presidente – Duarte Bechir – Sebastião Costa.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec

Apresentação

A requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 29/3/2012, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec –, com o objetivo de conhecer a estrutura do local.

Participaram da visita os Deputados Bosco, Carlin Moura e Paulo Lamac. Os parlamentares foram acompanhados pelos Srs. Marcílio César de Andrade, Presidente do Cetec; Olavo Machado, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –; Lúcio José de Figueiredo Sampaio, Diretor Regional do Serviço Nacional das Indústrias – Senai –; Antônio Macedo Ferreira, Consultor Técnico de Planejamento e Gestão do Cetec; e Sérgio Eduardo Araújo, do Núcleo de Assuntos Legislativos da Fiemg.

Relato

O Cetec tem por objetivo promover o desenvolvimento de pesquisas e estudos, o intercâmbio de conhecimento técnico-científico, a prestação de serviços tecnológicos e a formação de novos profissionais da área de ciência e tecnologia. A visita à Fundação é decorrente da série de reuniões que estão sendo realizadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia a requerimento dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Carlin Moura, com a finalidade acompanhar a implantação do convênio de cooperação, firmado em 19/5/2011 entre o Cetec e o Senai, com a anuência da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e a Fiemg. O acordo visa à modernização do Cetec, para que seja reforçada sua excelência como centro de atendimento à demanda de setores empresariais e industriais.

Inicialmente, os parlamentares acompanharam uma apresentação do Presidente do Cetec, que informou que a instituição fez 40 anos em 21/3/2012 e que sua trajetória inclui projetos significativos, como a inspeção das obras e a montagem industrial da planta da Fiat em Betim. Segundo ele, a Fundação está trabalhando nas áreas de tecnologias mineral, metalúrgica, química, ambiental e de materiais, informação tecnológica, biotecnologia, metrologia e ensaios.

O Presidente da Fiemg informou que existem no Estado cerca de 130 mil indústrias, das quais 126 mil são pequenas e microempresas, que geram cerca de 442 mil empregos (33% do total), e 4 mil são empresas de médio e grande porte, que geram 890 mil empregos (67% do total).

Ressaltou ainda que a baixa formação de doutores no Brasil vem dificultando o desenvolvimento de pesquisas avançadas. Com base em números de 2011 da Academia Brasileira de Ciência, ele informou que, para cada grupo de 100 mil habitantes, 1,4 tem titulação de doutor, enquanto na Suíça essa proporção é de 23 e na Alemanha, de 15,4.

No que concerne aos salários dos profissionais da área de tecnologia, informou que, enquanto o auxiliar, o técnico, e o pesquisador do Cetec recebem, respectivamente, R\$580,00, R\$1.070,00 e R\$2.600,00, os empregados do sistema Senai, que desempenham funções similares, recebem, respectivamente, R\$1.200,00, R\$2.900,00 e R\$5.200,00.

Por fim, apresentou imagens das dependências do Cetec, antes e depois da implantação do convênio, demonstrando, de forma clara, que vários locais da instituição se encontravam em situação precária ou de abandono e que foram reformados e revitalizados. Com o investimento de R\$4.000.000,00 pelo Senai, foram realizadas as seguintes obras: limpeza do câmpus; cercamento do terreno; construção da recepção e da sala de segurança; construção do estacionamento coberto com capacidade para 250 carros; reforma ou instalação de rede de distribuição elétrica, casa de medição e transformadores; instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas; instalação do sistema de prevenção e combate do depósito de combustíveis; reforma das instalações sanitárias do prédio principal; reforma das copas; instalação de bebedouros; e instalação de guarda-corpo e corrimão nas escadas.

Após as apresentações, os parlamentares deram início à visita aos espaços do centro tecnológico, oportunidade em que puderam conhecer os laboratórios de análise de traços metálicos e o de ensaio de motores.

Conheceram, ainda, o Centro Suíço de Eletrônica e Microtecnologia do Brasil – Csem Brasil –, centro privado sem fins lucrativos de pesquisa aplicada e desenvolvimento criado em 2006 e especializado em microtecnologias e nanotecnologias, engenharia de sistemas, microeletrônica e tecnologias de comunicação. Em razão de acordo de cooperação firmado entre o Csem Brasil, o governo do Estado e o Imperial College London, foram investidos R\$7.000.000,00 na construção de infraestrutura para pesquisa, projeto e fabricação de dispositivos em eletrônica orgânica e impressa. Também colaboram com o Csem Brasil, entre outras, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, a Universidade de São Paulo – USP –, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Esse centro tem experiência em mais de 1.000 projetos e tem mais de 700 patentes acumuladas.

Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia constatou que a parceria entre o Cetec e o Senai ocorreu em momento oportuno, já que o Estado passa por um processo de desindustrialização e os projetos elaborados no Cetec podem contribuir para a recuperação do setor. Constatou ainda que o convênio vai imprimir dinamismo ao centro tecnológico, possibilitando que as indústrias mineiras se tornem mais competitivas. Por fim, constatou também que os investimentos iniciais do Senai estão recuperando e modernizando a estrutura física do Cetec.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Bosco, Presidente – Carlin Moura – Duarte Bechir.



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2012

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, João Vítor Xavier e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Deputado João Vítor Xavier, publicado no "Diário do Legislativo" de 5/4/2012. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Resolução nº 2.992/2012, em turno único (Deputado Zé Maia); Projetos de Lei nºs 406/2011, 2.782, 2.917 e 2.959/2012 (Deputado Doutor Viana); 2.784, 2.907, 2.918 e 2.958/2012 (Deputado João Vítor Xavier); 2.915 e 2.961/2012 (Deputado Romel Anízio); 2.916, 2.919 e 2.960/2012 (Deputado Gustavo Perrella); 1.035/2011 (Deputado Ulysses Gomes) e 2.593/2011 (Deputado Antônio Júlio), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.914/2012 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Zé Maia). Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.992/2012 (relator: Deputado Zé Maia); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.782/2012 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana); 2.907 e 2.918/2012 (relator: Deputado João Vítor Xavier), 2.915/2012 (relator: Deputado Romel Anízio); 2.916/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição); 2.917/2012 (relator: Deputado Doutor Viana) e 2.919/2012 (relator: Deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Deputados Doutor Viana, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Lafayette de Andrada retiram-se da reunião. Verificando, de plano, a falta de quórum regimental para apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.989 a 2.991 e 2.993/2012, o Presidente convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - João Leite - Ulysses Gomes - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/4/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Lafayette de Andrada, Gilberto Abramo e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 706, 920, 973, 1.511, 1.626, 1.838, 1.964, 2.121, 2.180, 2.300, 2.457 e 2.495/2011 (Deputado Gilberto Abramo) e 2.607, 2.723, 2.747, 2.750, 2.751, 2.754, 2.756, 2.763, 2.769, 2.771, 2.780 e 2.801/2012 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 706, 920, 973, 1.511, 1.626, 1.838, 1.964, 2.121, 2.180, 2.300, 2.457, 2.495, 2.607, 2.723, 2.747, 2.750, 2.751, 2.754, 2.756, 2.763, 2.769, 2.771, 2.780 e 2.801/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Luiz Henrique - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2012

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ -, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União pedido de providências para a reversão da decisão prolatada pela 3ª Seção do STJ, que relativizou a presunção de violência no caso de crime de estupro de menores. A requerimento do Deputado Duarte Bechir, aprovado pela Comissão, é adiada a votação do requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater em audiência pública questões afetas à erradicação do trabalho infantil. Cumprida a finalidade da reunião, a

Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/4/2012

Às 10h15min, comparece no Colégio São Paulo da Cruz o Deputado Célio Moreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião, e nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as medidas que minimizem os riscos de acidentes de trânsito nas proximidades do Colégio São Paulo da Cruz e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Wanderley Araújo Porto Filho, Secretário Adjunto de Administração Municipal Regional - Barreiro, representando o Sr. Márcio Araújo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Weslei Alves Rodrigues, Gerente de Ação Regional Barreiro Oeste da Bhtrans, representando o Sr. Ramon Victor César, Diretor-Presidente da Bhtrans; Carlos Alberto Gonçalves Cotta, Diretor do Colégio São Paulo da Cruz; Cláudio Henrique de Mello, Diretor Tesoureiro do Movimento Comunitário da Seara, e da Sra. Denise Maria Pereira de Castro, Secretária Executiva do Conselho Regional de Transporte e Trânsito do Barreiro, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Célio Moreira, Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/4/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada, Rogério Correia, Gustavo Valadares (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BAM), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Charles André Silveira Dias, Presidente da 122ª Subseção da OAB-MG (5/4/2012), e Hernani Borges Sampaio, Presidente da 178ª Subseção da OAB-MG (5/4/2012). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 700/2011, em 1º turno (Deputado Délio Malheiros), 2.311/2011, em turno único (Deputado Ivair Nogueira), e 2.745/2011, em 1º turno (Deputado Bonifácio Mourão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 675/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Lafayette de Andrada, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada (em virtude de redistribuição), que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.354/2011, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Rogério Correia. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.745/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada (em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.718, 2.750, 2.838, 2.874 e 2.896/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação em que se encontra a Superintendência Regional de Ensino do Município de Janaúba; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a não implementação de direitos conquistados pelos servidores do Poder Judiciário, especialmente os garantidos pela Lei Complementar nº 105/2008; a falta de indexação do índice da data-base do ano de 2012; o corte de pontos dos grevistas da segunda instância e as promoções verticais atrasadas; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as dificuldades enfrentadas pelas administrações públicas municipais para a liberação de recursos federais junto à Caixa Econômica Federal, e Ivair Nogueira em que solicita seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, solicitando informações sobre a revogação da Lei Municipal nº 2.445/2012, de Machado. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião desta Comissão com a direção da Copasa-MG para buscar esclarecimentos sobre o contrato de parceria público-privada para ampliação e operação do sistema Rio Manso, apresentado pela empresa, convidando, também, a representação do Sindágua; e Neider Moreira e Rogério Correia em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater o fechamento dos postos fiscais e o esvaziamento ou fechamento

das administrações fazendárias do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 18, às 14h45min, para apreciar o Projeto de Lei nº 2.745/2011, em 1º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Gustavo Corrêa, Presidente - Neider Moreira - Lafayette de Andrada - Rogério Correia.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/4/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Luiz Henrique (substituindo este ao Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2011, que tramita na Câmara dos Deputados e cria a carreira de Cirurgião-Dentista de Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Deputados Federais Mendonça Prado, Dr. Grilo e Geraldo Thadeu, e os Srs. Arnaldo de Almeida Garrocho, Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais, Lívio de Barros Silveira, Presidente da Associação Brasileira de Odontologia (seção Minas Gerais), Newton Miranda de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Odontologia (Nacional), Eduardo Carlos Gomide, Presidente da Comissão Estadual de Convênios e Credenciamentos de Minas Gerais e Diretor de Convênios e Credenciamentos do Sindicato dos Odontologistas do Estado de Minas Gerais, e Vereador Bruno Miranda, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Henrique, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente – Hely Tarquínio – Doutor Wilson Batista.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/4/2012

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Glaycon Franco, por indicação da Liderança do BTR), Gustavo Valadares (substituindo o Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BTR) e Juninho Araújo (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Está presente também a Deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 2.893/2012, de autoria da Deputada Rosângela Reis, que altera a Lei nº 19.091, de 30/7/2010, e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, nas datas mencionadas entre parênteses: das Sras. Adriana Rigon Weska, Diretora de Desenvolvimento de Rede de IFES; Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (10/4/2011); e dos Srs. Isnard Monteiro Horta, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano (10/4/2011) e Camilo Fraga Reis, Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da RMBH (5/9/2011). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Iasminy Tanure, Superintendente de Habitação de Interesse Social, representando o Sr. Bilac Pinto, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; Ângela Porto, especialista na Legislação do Fundo Estadual de Habitação, e Letícia D'Ércoli Rodrigues de Oliveira, Procuradora Jurídica, ambas da Cohab; e Ivone Eduardo, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Residencial Paraíso; e os Srs. Benedito Sérgio de Resende, Diretor-Presidente da Minas Gerais Participações – MGI –; Joaquim Correia de Melo (kim), Prefeito do Município de Santana do Paraíso; José Roberto Gariff Guimarães, Prefeito do Município de São José do Goiabal; Manoel do Nascimento Assis, Presidente da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; José Carlos Mateus, representante dos mutuários da ex-Minascaixa no Município de Marliéria; e Adriano Oliveira, Assessor da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana da Agência de Desenvolvimento da RMBH, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 787/2011 e 2.704, 2.705 e 2.824/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Glaycon Franco, Presidente – Duarte Bechir – Maria Tereza Lara.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 25/4/2012****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.894/2012, do Deputado Gilberto Abramo.

Debate em audiência pública, com a presença de convidados, sobre a autonomia da perícia criminal no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fred Costa, Bosco, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2012, às 8h30min, na Sala das Reuniões, com a finalidade de discutir, com a presença de convidados, o financiamento da assistência social e as possibilidades da aplicação qualificada dos recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Luiz Carlos Miranda e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/4/2012, às 21 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Anselmo José Domingos, Antônio Júlio e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2012, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Glaycon Franco, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 26/4/2012, às 10 horas, no Município de Poços de Caldas, com a finalidade de apresentar a campanha “Assine + Saúde”, que tem por objetivo a coleta de assinaturas para apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa popular que determine a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União na saúde pública, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 862/2011****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Creche Novo Lar, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 862/2011 pretende declarar de utilidade pública a Creche Novo Lar, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 1997 com o escopo de prestar assistência ao desenvolvimento do menor carente.

Com esse propósito, a instituição atende crianças carentes na faixa etária de zero a cinco anos, em período integral, e até os 14 anos, oferecendo atividades sociais, culturais e pedagógicas. Além disso, protege a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; presta assistência educacional e profissional; desenvolve cursos para a integração de seus assistidos no mercado de trabalho; e promove a recuperação e o desenvolvimento de pessoas dependentes de drogas.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pela Creche Novo Lar, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 862/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.470/2011**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Escola Profissionalizante Tenente Oswaldo Machado – Eptom –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.470/2011 pretende declarar de utilidade pública a Escola Profissionalizante Tenente Oswaldo Machado – Eptom –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a luta pela universalidade do atendimento na área de educação.

Com esse propósito, a instituição desenvolve programa de aprendizagem e de apoio socioeducativo, sempre em consonância com a legislação vigente, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, realiza atendimento e presta assessoramento a seus beneficiados.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade alterar a denominação da entidade para Núcleo de Atendimento e Aprendizagem de Adolescentes e Jovens – Eptom –, em decorrência de decisão da assembleia geral extraordinária de 31/5/2011.

Tendo em vista o trabalho humanitário realizado pela mencionada instituição, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.470/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.829/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Geraldo de Assis Toledo, com sede no Município de Bocaina de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.829/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Geraldo de Assis Toledo, com sede no Município de Bocaina de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1997.

A instituição tem como finalidade construir um hospital para a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; divulgar a cultura e o esporte; orientar sobre a proteção do meio ambiente; combater a fome e a pobreza; e promover a habilitação e a reabilitação de pessoas com deficiência.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pela Associação, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.829/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Luiz Carlos Miranda, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.944/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria da Deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados por Invalidez – Adapi –, com sede no Município de Ipatinga.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.944/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados por Invalidez – Adapi –, com sede no Município de Ipatinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos direitos e interesses de seus associados.

Com esse propósito, a instituição realiza atividades para integrar à comunidade os aposentados por invalidez, por meio de eventos como encontros, seminários e oficinas; promove cursos de qualificação profissional para a geração de trabalho e renda, defende melhores condições de saúde e educação complementar gratuita e incentiva práticas culturais, esportivas e de lazer. Além disso, fomenta a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pela Adapi, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.944/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.951/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social****Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Instituto de Promoção Artística, Cultural e de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - Ipacdemg -, com sede no Município de Teófilo Otôni.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.



Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.951/2012 pretende declarar de utilidade pública o Instituto de Promoção Artística, Cultural e de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - Ipademg -, com sede no Município de Teófilo Otôni, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo prestar assessoramento na área da assistência social e defender a participação da sociedade na área da educação profissionalizante.

Com esses propósitos, a instituição apoia a defesa da família, da maternidade, da infância, dos adolescentes e dos idosos; prepara os jovens para o mercado de trabalho; ampara crianças e adolescentes carentes e com deficiência, facilitando sua integração à vida comunitária; fomenta atividades de formação humana e científica, incentivando a organização participativa da comunidade; promove o desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pelo Ipademg, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.951/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.934/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Júlio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Creche Infantil Os Três Porquinhos, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.934/2012 pretende declarar de utilidade pública a Creche Infantil Os Três Porquinhos, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1996.

A instituição tem por escopo o atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, com a possibilidade de estender esse atendimento até os 14 anos, oferecendo a primeira etapa da educação básica e buscando o desenvolvimento integral de seus assistidos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, de forma a complementar a ação da família.

Tem ainda por finalidade lutar por melhoramentos na comunidade e pela realização de atividades sociais e econômicas que proporcionem o desenvolvimento da localidade.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pela Creche Infantil Os Três Porquinhos, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.934/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.952/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Henrique, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Resgate e Cuidados Animais – Arca –, com sede no Município de Janaúba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.952/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Resgate e Cuidados Animais – Arca –, com sede no Município de Janaúba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos animais e do meio ambiente.

Com esse propósito, a instituição promove campanhas educativas sobre a posse responsável de animais; reprime, com base na legislação vigente e com o apoio das autoridades competentes, atos de abuso e crueldade contra animais; mantém abrigo para animais abandonados, estimulando sua adoção; e fomenta a manutenção de colônias de cães por redes de cuidadores.

Tendo em vista o importante trabalho realizado pela Arca, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.952/2012, em turno único, na forma apresentada.
Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.
Delvito Alves, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 29/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado e resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.313/2009, a proposição em epígrafe “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação do peso drenado em produtos embalados”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.360/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.061/2010, por apresentar conteúdo semelhante.

A Comissão de Constituição e Justiça solicitou que o projeto fosse baixado em diligência à Secretaria de Estado de Saúde. Após a manifestação desse órgão, a Comissão, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que propôs.

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em análise de mérito, opinou pela aprovação do projeto, com essa emenda.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para análise da repercussão financeira, nos termos do art.100, combinado com o art.102, inciso VII, alínea “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em pauta dispõe que os produtos embalados, aos quais é adicionado líquido para conservação, deverão apresentar informação do peso drenado, impressa na embalagem em caracteres com o mesmo destaque dos utilizados para informar o peso líquido. Esclarece-se que o peso drenado corresponde à quantidade do produto, excluindo-se a embalagem e qualquer líquido adicionado como solução, caldo, vinagre, azeite, óleo ou suco de fruta e hortaliça.

O autor, a título de justificação, alega que não consta nas embalagens informação sobre o peso drenado. O consumidor pensa que está levando, por exemplo, dois quilogramas de peixe quando, de fato, grande parte do peso se deve ao líquido utilizado para conservação. A divulgação isolada do peso líquido não é uma informação útil e acaba ludibriando os consumidores. A medida tem por objetivo colocar o consumidor mineiro no mesmo patamar dos consumidores americanos e europeus, adequando os produtos às exigências metrológicas vigentes naqueles mercados.

A Secretaria de Estado de Saúde, em resposta à mencionada diligência, observou que o projeto de lei é louvável e de grande relevância para a população, porém esclareceu que o assunto já se encontra regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa –, por meio da Resolução RDC nº 259/2002.

A Comissão de Constituição e Justiça afirmou que a matéria é de competência legislativa concorrente e, como não foi esgotada, o Estado federado tem a competência para suplementar as normas federais. Além disso, a Comissão propôs a Emenda nº 1, para uniformizar a aplicação de penalidade, a qual acolhemos.

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, nos termos do art. 100, combinado com o art. 102, inciso IV, alínea “b”, do Regimento Interno, qual seja, a orientação e a educação do consumidor, considerou a proposição meritória.

Segundo a Comissão, embora realmente seja necessária a adição de líquido para a conservação, a ausência de informação sobre o peso drenado induz o consumidor a levar uma quantidade do produto inferior àquela que supõe. Por outro lado, as empresas têm despesa menor e, conseqüentemente, lucro acima do justo. A Comissão apontou, ainda, a suspeita de haver fornecedores que, aproveitando da necessidade de conservante, agem dolosamente, adicionando ao produto líquido além do necessário – conduta tipificada no Código Penal como estelionato.

Já no âmbito de competência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, qual seja a análise da repercussão financeira da proposição, esta se subdivide em duas vertentes.

A primeira refere-se à repercussão da medida nos cofres públicos. De plano, constata-se que não há repercussão, visto que a proposição dispõe sobre matéria do setor privado.

A outra vertente refere-se à repercussão financeira do projeto na sociedade. Conforme mencionamos, a Comissão de mérito manifestou-se sobre os benefícios da proposição para a população. A informação e conscientização do consumidor poderá levá-lo a considerar a existência do líquido e rejeitar os produtos inadequados, fazendo com que a indústria passe a oferecer produtos com o peso efetivo de alimento adequado. Assim, o cidadão poderá adquirir alimentos com menor custo. Destarte, a repercussão financeira da proposição na sociedade é positiva.

Em relação ao projeto anexado, manifestamos, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 12, de 4/6/2003, do Regimento Interno, idêntico entendimento.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 29/2011 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Ulysses Gomes - Gustavo Perrella.

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 256/2011****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
Relatório**

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o acesso dos portadores de deficiência visual aos livros didáticos nas bibliotecas públicas.

Nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 586/2011, de autoria do Deputado Fred Costa, por apresentar conteúdo semelhante.

Foi a proposição originalmente distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Em decorrência da criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi a matéria redistribuída a essa Comissão, em substituição à Comissão de Educação.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que propôs.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em análise de mérito, opinou pela aprovação do projeto na forma desse substitutivo.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para análise da repercussão financeira, nos termos do art. 100, combinado com o art. 102, inciso VII, alínea “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em pauta, com os aperfeiçoamentos introduzidos pelo mencionado substitutivo, estabelece que o Estado apoiará a implementação de atendimento especializado à pessoa com deficiência visual nas bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais.

Para atingir esse fim, ela estabelece que os órgãos estaduais, além de auxiliarem a formação de acervos em braile e em meio eletrônico, fornecerão a orientação técnica e o suporte material necessários à promoção da acessibilidade e orientarão as bibliotecas quanto ao correto aproveitamento dos recursos de informática. Caberá, ainda, a esses órgãos desenvolver rede de comunicação para integrar instituições públicas e privadas que atuem na promoção do acesso da pessoa com deficiência visual à cultura e à informação.

Quanto ao acervo, a proposição estabelece que ele deverá incluir obras de cunho didático, obras literárias para o público infantil e adulto e periódicos, devendo atender às necessidades educacionais, culturais, de informação e de lazer.

Relativamente aos programas de capacitação, o projeto prevê que neles constarão conteúdos específicos para o atendimento à pessoa com deficiência visual.

O autor, a título de justificação, alega que a impossibilidade de acesso aos veículos de comunicação escrita afeta a qualidade de vida do portador de deficiência visual.

A Comissão de Constituição e Justiça afirmou que o Estado Federado tem competência para legislar sobre a matéria, visto que se trata de competência legislativa concorrente. Acrescentou que o projeto está de acordo com a norma geral sobre essa matéria, a Lei Federal nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a LDB.

Porém, ao analisar o projeto de lei anexado, a Comissão constatou que ele reproduz o substitutivo aprovado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia quando da análise do Projeto de Lei nº 636/2007, o qual, por sua vez, é resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.637/2005. Verificando que tal substitutivo aperfeiçoa o projeto em tela, a Comissão, para incorporar os aperfeiçoamentos, propôs o Substitutivo nº 1 ao projeto. Nesse aspecto, seguimos a opinião dessa Comissão. O substitutivo suprime a fita cassete, hoje em desuso, como meio material para o livro falado.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência argumentou que o acesso limitado aos veículos de comunicação escrita é uma das mais sérias restrições impostas às pessoas com deficiência visual, o que pode prejudicar ou mesmo inviabilizar a sua formação educacional, cultural e profissional. Assim, considerou necessária a instituição de políticas públicas que visem a garantir esse acesso. De acordo com a Comissão, serviços oferecidos pelas bibliotecas podem propiciar meios eficazes de inclusão da pessoa com deficiência visual à vida ativa; o contato com os livros em braile e em áudio e com os diversos recursos na área de informática hoje disponíveis propicia a esse público autonomia e independência. Por esses motivos, considerou a proposição meritória, acolhendo o Substitutivo nº 1.

A Comissão esclareceu que “o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas é composto por bibliotecas mantidas pelos Municípios”. Esclareceu também que “o Estado, com o intuito de dar suporte aos Municípios no funcionamento e no aprimoramento dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, mantém programas de capacitação de recursos humanos, de distribuição de livros e outros”.

Já no âmbito de competência da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, qual seja a análise da repercussão financeira da proposição, esta pode ser vista por dois ângulos.

O primeiro refere-se à repercussão financeira da medida nos cofres públicos. A proposição dispõe sobre uma política que poderá dar origem a um programa. Nessa etapa é que haverá quantificação de metas físicas e definição de dotação orçamentária. Esse momento poderia ser entendido como o marco inicial efetivo das despesas públicas, que deverão ser compatibilizadas com as receitas e as demais despesas públicas, sem prejuízo do equilíbrio orçamentário. “A priori”, podemos imaginar que não haveria óbice à implementação dessa política, tendo em vista o pequeno valor a ser fixado da sua despesa ante a magnitude do orçamento do Estado. Entendemos que se encontrará sem dificuldade fonte para cobertura das despesas e que ela será facilmente incorporada à lei dos meios, mesmo porque o valor da despesa está em aberto, ou seja, poderemos vir a aprovar uma dotação orçamentária maior ou menor, de acordo com as disponibilidades financeiras do Estado.

Corroborando essa afirmação de que as despesas para os cofres públicos estaduais serão de pequeno valor a existência do Programa Nacional de Livros Didáticos, que possibilita a distribuição, em áudio, braile e MecDaisy, desses livros e dos paradidáticos para a rede

pública. A MecDaisy é uma ferramenta que transforma o texto escrito em áudio, tornando possível ler qualquer texto contido no computador e manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito. Isso é importante para o acesso a obras que não estão disponíveis em braile. A MecDaisy está disponível, gratuitamente, no portal do Ministério da Educação. Há, também, o Acervo Digital Acessível, com livros didáticos para os alunos com deficiência visual dos anos finais da educação fundamental e do ensino médio, disponibilizado no espaço virtual criado pela Universidade de Brasília. Também vale lembrar a informação da Comissão que nos antecedeu: na internet, “há várias informações, recursos e tecnologias que possibilitam à pessoa com deficiência visual acessar seus conteúdos, como livros falados disponibilizados por organizações não governamentais, 'softwares' de uso gratuito, como o Dosvox, e outras ferramentas, que, apenas com a orientação correta e investimentos de custo reduzido, podem se tornar instrumentos fundamentais para possibilitar aos deficientes visuais o acesso à informação. Além disso, a produção em braile, que é mais onerosa, pode ser realizada com o apoio de entidades privadas e conforme os recursos disponíveis”.

O outro ângulo refere-se ao impacto financeiro do projeto na sociedade, ou seja, o seu custo social. Conforme demonstramos detalhadamente, o custo da implementação da proposição é baixo e os benefícios, amplos. Assim, entendemos que, sob esse ângulo, a matéria apresenta baixíssimo custo social.

Entretanto, o projeto apresenta grau de densificação normativa relativo ao estabelecer que o Estado “apoiará a implementação de atendimento especializado à pessoa com deficiência visual”, ficando postergadas definições quantitativas. A proposição, nas palavras do jurista Canotilho, não se enquadraria em “normas concretas de decisão”, sendo a sua eficácia prática relativa. Vale lembrar que o momento em que os parlamentares podem intervir na gestão administrativa do Estado, com mais efetividade, é quando da tramitação das leis orçamentárias, por meio da apresentação de emendas.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 256/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Gustavo Perrella, relator - Ulysses Gomes - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 406/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., o Projeto de Lei nº 406/2011, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 219/2007, dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do acesso à internet para os alunos das escolas da rede estadual.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça solicitou que o projeto fosse baixado em diligência à Secretaria de Estado de Educação para que esta se manifestasse a respeito. Após estudo da nota técnica enviada pela Secretaria, a Comissão de Constituição e Justiça, em seu exame preliminar, concluiu pela juridicidade, pela legalidade e pela constitucionalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em análise de mérito, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 406/2011 pretende assegurar o acesso à internet nas escolas da rede estadual com o objetivo de facilitar a troca de informações didáticas e pedagógicas entre as escolas e oferecer a alunos e professores alternativas de pesquisa e possibilitar-lhes o acesso a outras modalidades de educação e formação cultural.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, ressaltou que a matéria já havia sido apreciada no Projeto de Lei nº 219/2007. Naquela ocasião, essa Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, alterando a Lei nº 13.082, de 1998, que “determina a criação de centros de informática nas escolas de ensino médio da rede pública do Estado”. A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que também apreciou a matéria naquela época, entendeu que a lei objeto da alteração sugerida pela Comissão de Constituição e Justiça já não estava em consonância com a concepção então vigente de utilização dos recursos de informática, devendo ser revogada. Para tanto, propôs o Substitutivo nº 2, para revogar a referida norma e aprimorar a proposição. Dessa forma, ao analisar a proposição em tela, a Comissão de Constituição e Justiça ratificou os argumentos apresentados por ocasião da análise do Projeto de Lei nº 219/2007, concluindo pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que reproduz o teor do Substitutivo nº 2, então apresentado pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse substitutivo aprimora a proposição original e revoga a Lei nº 13.082, de 1998.

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em análise de mérito, ressaltou que o Plano Decenal de Educação já estabelece a meta de prover todas as escolas de computadores com acesso à internet e que a Secretaria de Estado de Educação é contrária à aprovação do projeto em tela. Não obstante, a Comissão entendeu que o projeto deveria prosperar, uma vez que a obrigatoriedade da oferta de equipamentos e programas de informática, de acesso à internet em todas as escolas da rede estadual e a garantia de recursos materiais e humanos à manutenção dos equipamentos e à orientação técnica dos usuários são matérias que devem ser consolidadas em uma norma jurídica específica. Para a Comissão, “o compromisso de prover a conectividade das escolas deve ser mais que uma meta com prazo determinado para acabar”. Assim, opinou favoravelmente à aprovação do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e

Justiça, mas propôs a Emenda nº 1, que torna obrigatória também a oferta de orientação pedagógica para a conscientização dos alunos sobre o uso responsável da internet.

Quanto à análise de que cabe a esta Comissão, destacamos alguns aspectos.

Como já vem se pronunciando esta Comissão em matérias de cunho programático, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, determina que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA – e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O mesmo vale para os atos que criem ou aumentem despesas obrigatórias de caráter continuado, que são aquelas despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Assim, visto que não foram juntados documentos comprobatórios da origem dos recursos necessários para a implementação das medidas propostas, nem a estimativa do impacto financeiro-orçamentário da proposição, esta não encontra respaldo legal e não poderia prosperar.

Por outro lado, analisando a intenção do autor, quer-se promover o acesso à internet nas escolas públicas do Estado. A Secretaria de Estado de Educação informou, em resposta à diligência desta Comissão, que, desde 2004, implementa, em etapas, o projeto Escolas em Rede, que tem como objetivo a inclusão digital nas escolas públicas de Minas Gerais. Por meio desse projeto, a referida secretaria estabeleceu parceria com o Ministério da Educação, a fim de promover inclusão digital e fornecer conectividade para as escolas estaduais. Por esse motivo, a Secretaria de Estado de Educação exarou parecer contrário à aprovação da proposição, pois “já possui como política educacional a promoção do acesso de seus alunos e servidores à internet por meio do projeto ‘Escolas em Rede’: projeto de inclusão digital na escola pública de Minas Gerais”. Ainda de acordo com a Secretaria de Estado de Educação, em 2009, 95% das escolas estaduais já se encontravam conectadas à internet. Para que se efetive a universalização desse acesso, o Plano Decenal de Educação estipulou como meta para os níveis e modalidades de ensino em que o Estado atua prioritariamente – ensinos fundamental e médio, inclusive nas modalidades jovens e adultos, indígena e quilombola e profissional – a implantação de “laboratórios de informática conectados à internet, em até dois anos, em todas as escolas, garantindo-se suporte técnico, manutenção e atualização dos equipamentos e programas”.

Sem adentrar na seara jurídica do princípio da separação de Poderes, que veda legislar sobre matérias administrativas, e em que pese ao argumento da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sobre a necessidade de consolidar as ações em norma específica, é preciso lembrar que o objetivo de toda política é ter resultados concretos e positivos. O fim de uma política é a solução de um problema; é até indesejável que ela seja perene, pois isso pode significar que o problema não está sendo resolvido.

Assim, apesar de o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, corrigir parcialmente as ilegalidades da matéria, a criação de uma norma específica trazendo tais obrigatoriedades não é a forma pertinente de criação de ações governamentais em nosso ordenamento jurídico. Ressaltamos que o momento próprio para o legislador participar da elaboração de políticas públicas é aquele da apreciação do PPAG e da LOA nesta Casa, quando se pode, de fato, criar ou modificar políticas, direcionando recursos públicos para os objetivos almejados. A intenção do autor poderá ser mais bem aproveitada por meio desses instrumentos do que pela aprovação de uma norma destituída de efeitos e, mais ainda, pela atuação fiscalizadora e de monitoramento das políticas públicas em execução no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 406/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 2, a seguir apresentada, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

EMENDA Nº 2

Suprimam-se os arts. 1º e 2º.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Ulysses Gomes - Gustavo Perrella.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 615/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.994/2010, “estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e de gás natural no âmbito do Estado”.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Em seguida, a Comissão de Minas e Energia emitiu parecer pela aprovação do projeto.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo estabelecer “diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e de gás natural”. São elas:



. a reversão de ganhos econômicos e sociais gerados pelas atividades do setor “em benefício do Estado, com a geração de emprego e renda, o fortalecimento empresarial, a melhoria da qualidade de vida e a promoção do bem-estar social”;

. a redução dos impactos ambientais e sociais dessas atividades;

. a promoção do conhecimento sobre a matéria, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento tecnológico do setor.

Tais diretrizes orientam a definição dos seguintes objetivos:

. ampliar a formação de mão de obra para atender às necessidades do setor e criar incentivos para atração de empresas;

. qualificá-las, de forma a aumentar sua competitividade;

. incentivar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação desse setor e estimular a maior utilização do gás natural no Estado;

. promover estudos relativos ao impacto ambiental e social decorrente das atividades do setor;

. incrementar a infraestrutura de transportes para atender às demandas do setor e organizar um núcleo de estudos sobre o tema.

Na implementação da mencionada política, serão atribuições do Estado, entre outras, a avaliação da possibilidade de criação de linhas de fomento e incentivos fiscais destinados às empresas do setor, a avaliação da viabilidade de ampliação da oferta de gás canalizado, além da adoção de medidas de adequação da infraestrutura às demandas do setor, para que o Estado se torne competitivo na atração de investimentos da cadeia produtiva do petróleo e do gás natural.

De acordo com a justificação do autor, a medida proposta visa a estimular a participação do Estado na cadeia produtiva do petróleo e do gás natural, de forma a gerar emprego e renda.

Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça destacou que a matéria em exame está inserida no rol das competências concorrentes listadas no art. 24 da Constituição Federal. Observou ainda que a proposição estabelece diretrizes e orientações gerais para a implementação de uma política pública, não instituindo normas de natureza administrativo-programática, que é atribuição do Poder Executivo, e não contendo, portanto, vício de iniciativa.

A Comissão de Minas e Energia aprovou requerimento para que o projeto fosse baixado em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede -, que, em resposta à Comissão, considerou as diretrizes propostas alinhadas com a orientação do Executivo sobre o tema, manifestando-se favoravelmente à aprovação da matéria. De acordo com essa Comissão, a implementação de uma política estadual voltada para o estímulo da cadeia produtiva do petróleo e do gás natural é de fundamental importância para o Estado, uma vez que há perspectivas de vultosos investimentos nessa cadeia, em virtude da descoberta de jazidas na camada “pré-sal”.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspecto que compete a esta Comissão analisar, a implementação das medidas propostas não implica despesas para o erário, tendo em vista que o projeto se limita ao estabelecimento de diretrizes e objetivos para a atuação do Estado com vistas a estimular a cadeia produtiva do petróleo e do gás.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 615/2011.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Gustavo Perrella, relator - Ulysses Gomes - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 732/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, o projeto de lei em epígrafe “institui o Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes e Desastres Naturais”.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise tem por objetivo criar um Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes. Para tanto, autoriza o Poder Executivo a constituir o Fundo Estadual Anticatástrofes, estabelecendo fontes de recurso e a composição de seu grupo coordenador, e cria a Diretoria de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, entre outras providências.

O autor, em sua justificção, afirma que o projeto de lei pretende dotar o Estado de mecanismos para a prevenção de catástrofes, identificando áreas ameaçadas e realizando levantamentos geológicos para detectar os terrenos com probabilidade de deslizamento e riscos iminentes.

A Comissão de Constituição e Justiça informou que a matéria é de iniciativa privativa do Governador do Estado, já que a Lei Complementar nº 91, de 2006, exige que a norma instituidora do fundo defina o órgão gestor e o grupo coordenador, ambos pertencentes à estrutura do Poder Executivo. Desse modo, uma vez que tais dispositivos do projeto de lei são inconstitucionais, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, com vistas a efetuar as correções necessárias.

Em sua análise de mérito, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável considerou que Minas Gerais já dispõe de um sistema estadual de defesa civil estabelecido e operante. Além disso, informou que, a pedido da Comissão de Constituição e Justiça, a proposição foi baixada em diligência à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec –, mas a resposta à diligência somente chegou a esta Casa quando o projeto de lei já estava sendo apreciado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 2, com vistas a incorporar as medidas propostas pela Cedec.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira da proposição, destaca-se que a implementação das medidas constantes tanto no projeto original quanto no Substitutivo nº 1 impactaria o orçamento do Estado. Tais medidas devem atender às exigências constantes na Lei Complementar nº 101, de 2000, motivo pelo qual não podem ser aprovadas. Desse modo, opinamos pela aprovação do Substitutivo nº 2 que apenas determina a criação de fundo e de centro de estudos e pesquisas, mas não os cria, não havendo, portanto, impacto para o Erário.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 732/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Gustavo Perrella, relator - Ulysses Gomes - Dalmo Ribeiro Silva.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 746/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em epígrafe cria a Política Estadual sobre os Cuidados com a Saúde em Relação ao Uso do Computador e dá outras providências.

Preliminarmente, a proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia emitiu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou.

Vem agora a proposição a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, “d”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame propõe a criação de política estadual com o objetivo de orientar os estudantes das escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio sobre os cuidados com a saúde em relação ao uso do computador.

O autor, em sua justificativa, afirma que a proposta visa proteger a saúde dos jovens que passam muitas horas utilizando o computador, colocando em risco sua saúde visual, sua postura e a funcionalidade de seus membros.

A Comissão de Constituição e Justiça entendeu que o projeto de lei em análise estabelece, de forma minudenciada, ações inerentes à atividade do Poder Executivo, ferindo, assim, o princípio da separação de Poderes. Sendo assim, apresentou o Substitutivo nº 1, que retira do texto do projeto os dispositivos que preveem ações meramente administrativas e aqueles que definem competências específicas para órgãos do Poder Executivo; e estende as ações do poder público a toda a sociedade, deixando de limitá-las aos estudantes de escolas públicas.

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em sua análise de mérito, afirmou que já existem muitas publicações técnicas e educativas que versam sobre o tema, considerando desnecessário o dispêndio de recursos públicos para a criação de cartilhas. Ressaltou a necessidade de ampliação do escopo da Semana da Conscientização proposta no Substitutivo nº 1, de modo a incluir outros equipamentos de transmissão de dados de uso pessoal abarcados pelos termos “novas tecnologias de informação e comunicação”. Por essa razão, apresentou o Substitutivo nº 2.

No que concerne à competência desta Comissão para proceder à análise da repercussão orçamentária e financeira da proposição, destaca-se que a implementação das medidas constantes no projeto original resultaria em custos para o erário na criação e disponibilização de cartilhas. No entanto, os substitutivos apresentados não implicam despesas para o erário, pois contêm enunciado de caráter meramente genérico com vistas a instituir a Semana de Conscientização sobre o uso adequado das novas tecnologias de informação e comunicação. Como o projeto de lei original contém dispositivos que ultrapassam a competência legislativa e o Substitutivo nº 2 aperfeiçoa o conteúdo do substitutivo anterior, opinamos por sua aprovação.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 746/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Ulysses Gomes, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Gustavo Perrella.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.035/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira e resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.752/2007, a proposição em epígrafe pretende instituir a Política Estadual de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Regional da Zona da Mata e dá outras providências.

Foi o projeto distribuído, no presente turno, às Comissões de Constituição e Justiça – CCJ –, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Nos termos do art. 173, § 2º, do Regimento Interno, foi anexado à proposição o Projeto de Lei nº 1.465/2011, por apresentar conteúdo semelhante.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, em análise de mérito, opinou pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a matéria a esta Comissão para receber parecer nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.035/2011 é resultado de desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.752/2007. Este, por sua vez, era uma versão reduzida do Projeto de Lei nº 431/2007, fruto do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.319/2003, de autoria do Deputado Leonardo Moreira, que criava o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Regional da Zona da Mata e dava outras providências. O Projeto de Lei nº 1.465/2011, anexado a esta proposição, é idêntico aos Projetos de Lei nºs 431/2007 e 1.319/2003. Vale registrar que o Projeto de Lei nº 431/2007 foi considerado antijurídico, inconstitucional e ilegal pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido, em seguida, retirado de tramitação pelo autor. Desse modo, a matéria não é nova, já vem sendo discutida há várias legislaturas.

O Projeto de Lei nº 1.035/2011 “institui a Política Estadual de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Regional da Zona da Mata e dá outras providências”, com o objetivo de consolidar a região da Zona da Mata como polo de desenvolvimento e de negócios relacionados com o comércio exterior, por meio do aproveitamento da infraestrutura do referido aeroporto.

Para isso, o projeto atribui ao Poder Executivo as seguintes competências: apoiar a criação de centros de prestação de serviços na movimentação, distribuição e armazenagem de mercadorias; facilitar a realização dos transportes multimodal, intermodal e de transbordo e a utilização, consolidação e desconsolidação de cargas; incentivar a criação de parque industrial voltado para a indústria não poluente de alta tecnologia e de produtos de grande valor agregado; promover o incremento de operações de importação e exportação de mercadorias e da prestação de serviços, com utilização do transporte aéreo pelo Aeroporto Regional da Zona da Mata; incentivar o desenvolvimento ordenado dos Municípios situados no entorno do aeroporto, orientando-os para a instalação de empresas dedicadas às atividades do comércio exterior, de cargas e serviços e atividades complementares a estas; atrair empresas seguradoras, de entrega de encomendas, de transporte e de turismo para o entorno do aeroporto; criar incentivos para os setores hoteleiro e de alimentação; promover a criação ou ampliação de terminais de carga. O Projeto de Lei nº 1.465/2011, anexado à proposição, além de atribuir tais competências ao Poder Executivo, dispõe também sobre a concessão de incentivos e benefícios fiscais.

A Comissão de Constituição e Justiça, em análise preliminar, apontou vícios de inconstitucionalidade na proposição, uma vez que é vedado instituir programa por iniciativa legislativa. Conforme asseverou, “tem sido frequente a apresentação de projetos de lei de iniciativa parlamentar dispondo sobre a criação de política, como forma de superar o obstáculo constitucional de instituição de programa por iniciativa legislativa. Para tanto, é utilizado um expediente bastante simples: evita-se o termo 'programa', para não macular o projeto com o vício de inconstitucionalidade”. Assim, a fim de retirar da proposição as medidas que incidem em tais vícios, a Comissão apresentou o Substitutivo nº 1, que reuniu os dois projetos, evitando criar obrigações diretas ao Poder Executivo, elencando as competências mencionadas como objetivos gerais a serem alcançados e determinando a realização de estudos de viabilidade dos incentivos e benefícios fiscais propostos.

A Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, em análise de mérito, entendeu que a matéria é procedente, sendo importante a elaboração de instrumentos visando à industrialização e ao desenvolvimento da mencionada região, que apresenta grande potencialidade.

Quanto à análise que cabe a esta comissão, destacamos alguns aspectos.

Como já se pronunciou esta Comissão quando da análise da matéria em 2003, a Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, determina que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa serão acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes e de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA – e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O mesmo vale para os atos que criem ou aumentem despesas obrigatórias de caráter continuado, que são aquelas despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

A LRF também determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária das quais decorra renúncia de receita deverão estar acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na LDO. Além disso, deve-se demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária ou que existem medidas de compensação, como elevação de alíquotas.

Assim, visto que não foram juntados documentos comprobatórios da origem dos recursos necessários para a implementação das medidas propostas, nem a estimativa do impacto financeiro-orçamentário da proposição, nem a demonstração a respeito da renúncia de receitas, as proposições, nas formas originais, não encontrariam respaldo legal e não poderiam prosperar. Não obstante, o Substitutivo nº 1, apresentado pela CCJ, logrou contornar este problema, uma vez que não determina a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento da despesa, nem tornam obrigatórias a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária das quais decorra renúncia de receita.

Por outro lado, analisando a intenção dos autores, quer-se promover o desenvolvimento da região por meio de certas ações governamentais. A alocação de recursos orçamentários pelo poder público nesse tipo de ação demonstra claro objetivo de subvencionar um polo econômico. No caso da Zona da Mata, esse objetivo é demonstrado pelos ainda recentes gastos públicos com a



construção do aeroporto regional e pelas políticas públicas voltadas para o aperfeiçoamento do empreendimento, continuamente expressas nos Planos Plurianuais de Ação Governamental – PPAGs.

A esse respeito, merece destaque, no PPAG 2012-2015, o Programa 186 – Melhoria da Infraestrutura de Transportes, que objetiva “integrar o transporte ao desenvolvimento urbano, reduzir as deseconomias da circulação, ofertar um transporte público eficiente e de qualidade e contribuir para o desenvolvimento econômico”. O programa compreende a Ação 4571 – Desenvolvimento Aeroviário, cuja finalidade é “construir, reformar, ampliar, manter e melhorar a infraestrutura de aeroportos para o transporte de passageiros, cargas e serviços, objetivando a manutenção do bom estado de conservação do patrimônio aeroportuário implantado e a regularidade das operações aéreas do Estado”. Nessa ação, estão previstos R\$13.221.613,00 para aplicação no exercício de 2012 na Zona da Mata e mais recursos para aplicação nos anos seguintes.

No PPAG 2008-2011, constava do Programa Estruturador 024 – Inserção Competitiva das Empresas Mineiras no Mercado Internacional a Ação 1110 – Desenvolvimento dos Portos Secos de Minas Gerais, que direcionava recursos para a Zona da Mata durante os quatro anos de vigência do PPAG, com a finalidade de “incrementar o despacho/desembarço das exportações e importações em território mineiro”. A ação foi excluída em 2009, sem maiores questionamentos por parte desta Casa.

Destacamos que, apesar de o Substitutivo nº 1, apresentado pela CCJ, estabelecer os objetivos gerais da matéria, o objetivo central de subvenção econômica da região pode deixar de ser contemplado se não for replicado nos instrumentos pertinentes, isto é, no PPAG e na LOA. A aprovação da matéria é apenas o primeiro passo para que a intenção dos autores seja realizada. Assim, deve-se aproveitar o momento da apreciação do PPAG e da LOA nesta Casa, quando é possível, de fato, criar ou modificar políticas, para direcionar recursos públicos para os objetivos e ações almejados no projeto.

Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.035/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Romel Anízio, Presidente - Ulysses Gomes, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Gustavo Perrella.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.175/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe assegura aos consumidores a faculdade de solicitar o cancelamento do serviço pelos mesmos meios pelos quais foi solicitada a aquisição contratual de serviços continuados.

No 1º turno, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade; de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, que opinou por sua aprovação com Emenda nº 1, que apresentou; e a esta Comissão, a quem compete dar o parecer nos termos do art. 188, c/c o art.102, inciso VII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela institui mecanismos que facilitam a rescisão dos contratos de prestação de serviços continuados, tais como assinatura de jornais, revistas, periódicos, televisão a cabo, provedores de internet, entre outros.

A Comissão de Constituição e Justiça informou sobre barreiras criadas pelos fornecedores dos serviços, que dificultam ou até mesmo impedem o exercício legítimo dos consumidores de dar fim aos contratos que celebram. Acrescentou, ainda, que não existe qualquer vedação à instauração do processo legislativo por iniciativa parlamentar.

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte informou que a proposição visa, entre outras metas, assegurar ao consumidor que resolve desistir do contrato as mesmas facilidades encontradas na aquisição ou na contratação de serviço de natureza continuada. Esclareceu que é comum essas empresas não repassarem ao consumidor cópia do contrato em questão, que os sujeita a fidelização e multa em caso de rescisão. A Comissão entendeu que o projeto deve estender-se tanto a empresas de prestação de serviços quanto à venda de mercadorias, razão pela qual apresentou a Emenda nº 1.

No âmbito da competência desta Comissão, com relação à análise da repercussão financeira do projeto, constata-se que os custos inerentes a ele ficam reservados ao âmbito das empresas fornecedoras de produtos e serviços. Dessa forma, não se geram despesas para os cofres públicos, nem se fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta Comissão entende que o mercado fornecedor de produtos e serviços, por sua vez, não contém mecanismos eficientes para superar a vulnerabilidade do consumidor nem para mitigá-la. Assim sendo, é imprescindível a intervenção do Estado, razão pela qual o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.175/2011 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Romel Anízio, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Gustavo Perrella - Ulysses Gomes.



PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.756/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.756/2011, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares no P. A. Córrego Fundo – AAFCOF –, com sede no Município de Campina Verde, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.756/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares no P. A. Córrego Fundo – AAFCOF –, com sede no Município de Campina Verde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares no P. A. Córrego Fundo – AAFCOF –, com sede no Município de Campina Verde.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.771/2011

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.771/2011, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública a Associação São José União dos Pequenos Produtores Rurais, com sede no Município de Campina Verde, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.771/2011

Declara de utilidade pública a Associação São José União dos Pequenos Produtores Rurais, com sede no Município de Campina Verde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação São José União dos Pequenos Produtores Rurais, com sede no Município de Campina Verde.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Gilberto Abramo.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.801/2012

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.801/2012, de autoria do Deputado Rogério Correia, que declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar – Appra –, com sede no Município de Almenara, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 2.801/2012

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Almenara – Appra –, com sede no Município de Almenara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar de Almenara – Appra –, com sede no Município de Almenara.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.

Lafayette de Andrada, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva, relator - Gilberto Abramo.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/4/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Priscila das Graças Nascimento do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Clayton Martins Miranda para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Despacho do Gerente-Geral de Administração de Pessoal**Prorrogação do prazo de posse**

Maria Isabel Vale Rodrigues - Prorrogação do prazo de sua posse no cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, por 30 dias, a partir de 14/4/2012, com base no art. 91, § 1º, da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83. Deferido.

**ERRATAS****PROJETO DE LEI Nº 3.089/2012**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/4/2012, na pág. 4, no despacho, onde se lê:
“e de Meio Ambiente”, leia-se:
“e de Cultura”.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/4/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/4/2012, na pág. 9, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“2.799/2012, do Deputado Rogério Correia”, leia-se:
“2.799/2012, com a Emenda nº 1, do Deputado Rogério Correia”.